

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MICHELLE FERNANDA TASCA

***A FICÇÃO HISTÓRICA OITOCENTISTA: AS
CONFIGURAÇÕES DO HISTÓRICO E DO LITERÁRIO EM
VARNHAGEN E ALEXANDRE HERCULANO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política, Memória e Cidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Meneguello

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

T18f Tasca, Michelle Fernanda, 1984-
A ficção histórica oitocentista : as configurações do
histórico e do literário em Varnhagem e Alexandre Herculano
/ Michelle Fernanda Tasca. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012 .

Orientador: Cristina Meneguello
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Herculano, Alexandre, 1810-1877. 2. Varnhagen,
Francisco Adolfo, 1816-1878. 3. Literatura portuguesa.
I. Meneguello, Cristina, 1967-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The nineteenth-century historical fiction : settings of
history and literary in Varnhagen and Alexandre Herculano

Palavras-chave em inglês:

Portuguese literature

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Cristina Meneguello [Orientador]

Wilton José Marques

Edgar Salvadori De Decca

Data da defesa: 27-02-2012

Programa de Pós-Graduação: História

MICHELLE FERNANDA TASCA

**“A FICÇÃO HISTÓRICA OITOCENTISTA: AS CONFIGURAÇÕES DO
HISTÓRICO E DO LITERÁRIO EM VARNHAGEN E
ALEXANDRE HERCULANO.”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da
Profa. Dra. Cristina Meneguello.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 27 / 02 / 2012.

BANCA

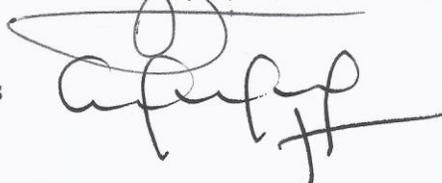
Profa. Dra. Cristina Meneguello (orientadora)



Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca



Prof. Dr. Wilton José Marques



Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (suplente)

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (suplente)

FEVEREIRO/2012

*Que é o Céu a pátria nossa;
Que é o mundo exílio breve;
Que o morrer é cousa leve;
Que é princípio, não é fim...*

(Alexandre Herculano, *Mocidade e Morte*)

AGRADECIMENTOS

Toda a pesquisa e a escrita dessa dissertação não seriam possíveis sem o apoio intelectual, o carinho e a amizade de pessoas queridas.

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais Natale e Cida Tasca, que tanto lutaram para me proporcionar uma boa educação, e não tenho dúvidas, foi a melhor. Aos irmãos Gustavo Tasca, André e Vanessa Vecchiato, pelos momentos de descontração tão importantes para as pausas no trabalho.

Ao Renato Denadai, por toda a paciência, amor, e as infinitas leituras e releituras dos meus textos, e as muito proveitosas discussões e divagações teóricas.

À Ligia Guido, pelas revisões e sugestões.

À minha orientadora Profa. Dra. Cristina Meneguello, pela amizade, ensinamentos e amadurecimento intelectual, que me ajudaram a iniciar o caminho profissional.

Aos professores Dr. Wilton J. Marques e Dr. Edgar S. de Decca, pelas críticas e comentários muito profícuos no exame de qualificação e por participarem tão prontamente da banca da defesa.

Às suplentes Profa. Dra. Isabel Marson e Profa. Dra. Márcia Abreu, que aceitaram tão simpaticamente o convite.

À Profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto, suplente por consideração, gostaria que existissem mais vagas na banca.

E finalmente, às instituições que financiaram a pesquisa CNPQ e FAPESP.

RESUMO

Essa dissertação propõe uma análise das obras do historiador lusitano Alexandre Herculano e do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, buscando compreender as relações entre a história e a ficção nos escritos literários do século XIX e a forma como essas duas fontes de conhecimento dialogaram no contexto romântico português. Ao utilizarem a história como base temática para suas narrativas, escreveram textos que atravessaram as fronteiras de uma verdade histórica objetiva, ao mesmo tempo em que criaram universos ficcionais que já não podiam ser considerados como essencialmente imaginativos. Considerando as características específicas das obras de cada autor, a meta é investigar a relação desses escritores entre si e sua importância na construção e difusão do conhecimento histórico e literário oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Herculano, Alexandre, 1810-1877. 2. Varnhagen, Francisco Adolfo, 1816-1878. 3. Literatura portuguesa.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the works of the two historians, the Portuguese Alexandre Herculano and the Brazilian Francisco Adolfo de Varnhagen, seeking to understand the relationship between history and fiction in literary writings of the nineteenth century and how these two sources of knowledge were related in the context of the Portuguese Romanticism. By using the History as the thematic basis for their narratives, these authors wrote texts that crossed the boundaries of an objective historical truth in the same time they were creating fictional universes that could no longer be considered as essentially imaginative. Considering the specific characteristics of the works of each author, the goal is to investigate the relationship between these writers themselves and their importance in the development and dissemination of historical and literary knowledge in the nineteenth century.

KEYWORDS: 1. Herculano, Alexandre, 1810-1877. 2. Varnhagen, Francisco Adolfo, 1816-1878. 3. Portuguese literature.

INDICE

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
Um paralelo biográfico	19
1.1. Formação e início da vida profissional	19
1.2. A imprensa periódica	23
1.3. Locais em que pesquisaram	31
1.4. Soberanos	34
1.5. Obras	36
1.6. Possíveis paralelos	38
CAPÍTULO 2	
A construção do pensamento historiográfico	41
2.1. Formação do conceito moderno de História	41
2.2. Os estudos históricos em Portugal	47
2.3. Varnhagen e a constituição da História no Brasil	54
2.4. A concepção de História em Herculano e Varnhagen	59
2.5. A Escola Romântica	68
CAPÍTULO 3	
Que nos resta senão o passado?	73
3.1. Relação de Herculano e Varnhagen com o universo literário	74
3.2. ... <i>Não somos nós românticos?</i>	83
3.3. Romance histórico	90
CAPÍTULO 4	
A imaginação e a história	97
4.1. A “Crônica do Descobrimento do Brasil” e as narrativas de Herculano	97

4.2. A Ficção histórica	111
4.3. A dialética entre a verdade e a verossimilhança	114
4.4. Personagens referenciais na “Crônica do Descobrimento do Brasil” e” O Bobo”	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
FONTES	133
Periódicos	133
Capítulos e obras completas	136
BIBLIOGRAFIA GERAL	138
ANEXO	147

INTRODUÇÃO

“Novella, historia, qual destas duas cousas é mais verdadeira?”
(Alexandre Herculano, *A Velhice*)

O mote dado por Herculano resume as indagações dessa dissertação. A história feita durante o século XIX pretendia-se verdadeira, mas como se portavam os mesmo escritores ao se dedicarem a um gênero tão diverso quanto a literatura? Tinham plena consciência das distâncias e divergências entre as duas instâncias? E no momento em que chegavam ao limite de operar com objetos históricos em elaborações literárias, quais ideais imperavam? Foram questões como essas que motivaram as pesquisas e os caminhos que seguimos.

O fascínio pelo passado, que guiou tanto os estudos históricos quanto muitas das obras literárias, foi a marca do Romantismo. Se por um lado a história tornava-se cada vez mais científica, propondo a separação entre as lendas e a realidade, por outro, surgia uma literatura que criava sua efabulação a partir de bases históricas, ou seja, elaborando ao mesmo tempo universos fictícios e referenciais.¹

Essa tendência ficou muito patente nos romances históricos escritos por Walter Scott (1771 – 1832), que para retratar a história medieval européia apresenta fatos e personagens que se mesclam entre a realidade e a ficção. Enquanto os historiadores valorizavam cada vez mais a veracidade nos relatos e pretendiam que seus textos seguissem uma trajetória fidedigna aos dados presentes nos documentos, essa literatura preenchia com a ficção e o imaginário as lacunas encontradas, dando vida aos frios personagens da história documental, dotando-os de sentimentos e paixões impossíveis de serem captados com a forma científica de se tratar o passado.

¹ MARINHO, Maria de Fátima. “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, n. 09, p. 97-117, 1992. p. 97.

Nessa relação flutuante entre a história e a literatura inserem-se também nossos autores: Alexandre Herculano foi um historiador e literato, que se dedicou ao estudo da história de Portugal na intenção de resgatar uma identidade que se pensava perdida frente às constantes crises que assolavam o território lusitano. No contexto romântico europeu, guiado pelo liberalismo político, suas obras refletem a necessidade de um povo em busca de suas origens para reafirmar sua nacionalidade. Sendo assim, ao dedicar grande parte de sua vida à pesquisas sobre a história de Portugal, deu especial atenção ao período medieval, até então pouco estudado. Publicou importantes obras para a historiografia lusitana, como os volumes que compõem a *História de Portugal* (1846-1853), a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), além de textos em importantes periódicos, tais como *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*, alguns dos quais reunidos posteriormente nos *Opúsculos*.

Francisco Adolfo de Varnhagen também foi historiador, mas nascido no Brasil. Estudou e se formou em Portugal, porém, sem deixar de almejar a nacionalidade brasileira que conquistou apenas depois de adulto. O encanto pela terra natal fez com que, mesmo em um país distante, se interessasse pela história brasileira, dedicando seus maiores préstimos a narrar e estudar suas origens. Ao contrário de Herculano, cujas iniciativas não se viam ligadas diretamente ao poder estatal, além de ser participante dos conflitos políticos, Varnhagen faz parte do desenvolvimento de uma história institucionalizada que intencionava forjar a identidade brasileira de forma independente da antiga metrópole, o que é reforçado por sua entrada no IHGB, que apoiava diretamente suas pesquisas e a publicação de suas obras. Nesse contexto escreveu obras de capital importância para o início da historiografia brasileira, como a conhecida *História Geral do Brasil* publicada primeiramente em 1857 e reeditada em 1872, *História das lutas contra Holandeses no Brasil* (1871), além de vários textos publicados nas páginas do jornal *O Panorama* e da *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, criado em 1838 e do qual se tornou correspondente em 1841.

Essas histórias que começavam a ser escritas eram voltadas para a criação de uma identidade nacional tanto para o Brasil quanto para Portugal, o primeiro preocupado em criar a memória de um país independente, agora separado da antiga metrópole e o

segundo em um período de reestruturação após as crises que se desenrolaram em seu território, com a saída da família real que rumara para o Rio de Janeiro em 1822, e os eventos que levaram ao desenrolar da Guerra Civil ocorrida durante os anos de 1832 e 1834, da qual participaram tanto Herculano quanto Varnhagen. Em tal momento, em que a construção de uma história nacional se fazia tão preponderante, os escritores contavam com o apoio direto dos soberanos de ambos os países, nomes que não deixam de citar e agradecer tanto na *História Geral do Brasil*, que Varnhagen dedicada à “Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II”, quanto na *História de Portugal*, em que Herculano reconhece as benesses de D. Fernando que propiciaram a escritura da obra, assim como sua pesquisa, o que não torna seu trabalho institucionalizado.

Ao mesmo tempo em que passavam horas a fio dentro de arquivos e bibliotecas européias² angariando documentação muitas vezes esquecida e inédita, a fim de comporem as respectivas histórias nacionais de seus países, escreveram também de forma literária utilizando invariavelmente o mesmo material selecionado para os trabalhos historiográficos. A obra de Herculano, de maiores proporções, é composta por romances e narrativas publicadas nos periódicos entre os anos de 1838 e 1846, e ainda por poemas datados desses mesmos anos iniciais de sua carreira. No caso de Varnhagen, encontramos alguns textos relacionados com literatura, a exemplo da “Crônica do Descobrimento do Brasil” (1840), mas seu foco principal recaía principalmente sobre a crítica e história literária. Não obstante, as características fundamentais do conjunto de obra dos autores serem um tanto divergentes em se tratando de literatura, a crônica de Varnhagen retoma muitos dos elementos que são plenamente desenvolvidos por Herculano em suas narrativas, e que tão bem caracterizaram o romance histórico português. A percepção de uma ficção histórica sendo escrita também com a pena de Varnhagen, nos levou a buscar quais eram esses elementos que aproximavam sua “Crônica do Descobrimento do Brasil” aos textos de Herculano, e a indagar o porquê do desenvolvimento desse novo estilo que a uma primeira análise contradiz os intentos da história científica, colocando em questão a abordagem de uma verdade que se pensava inerente ao conhecimento histórico.

² As grandes pesquisas de Varnhagen na primeira metade do XIX são feitas em arquivos europeus, sobretudo em Portugal.

Dessa forma, tanto as *Histórias* escritas por esses autores quanto as narrativas literárias embasadas por fundamentos históricos dão indícios das diferentes formas de se narrar o passado que começavam a se desenvolver durante a primeira metade do século XIX. Interessa-nos, portanto, investigar os caminhos utilizados pelos autores ao atuar nesse estreito limiar entre a história e a literatura: eles abririam mão da veracidade buscada nos relatos históricos quando escreviam literatura? Qual seria a função dela para esses autores, conhecidos, sobretudo por seus trabalhos historiográficos? Ou melhor, como observar essa relação, tendo em mente que tais conceitos talvez não estivessem consolidados no oitocentos da forma como concebemos atualmente?

O trabalho que se segue propõe uma leitura das obras do historiador lusitano Alexandre Herculano (1810-1877) e do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), no intuito de compreender como as relações entre a história e a literatura aparecem em seus escritos, assim como a forma com que a literatura contribuiu para a configuração das construções historiográficas no mesmo período. A opção específica por esses historiadores advém do interesse que ambos tiveram em utilizar a história como pano de fundo de seus trabalhos literários, produzindo obras com características semelhantes. Surge como meta, assim, investigar a relação entre esses escritores e sua importância na construção e difusão do conhecimento histórico em seus países de origem.

Para isso, nos detivemos ao estudo das primeiras décadas de trabalho dos autores, ou seja, entre 1830 e 1850, por ser o período em que Herculano e Varnhagen publicaram textos relacionados com a literatura, sendo que após essa fase de juventude, como podemos considerar, seus escritos adquirem um viés mais estritamente historiográfico.

O caminho seguido pela pesquisa empreendida foi percorrer e analisar os textos dos autores, inicialmente os que tratavam de história, e em seguida os que se relacionavam diretamente com a literatura, para chegar ao ponto principal, ou seja, a relação entre esses dois universos de conhecimento em suas obras.

No primeiro capítulo intitulado “Um paralelo biográfico” propusemos uma aproximação entre Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen, no que tange a formação intelectual e a atuação profissional no início de suas carreiras, passando pelos

arquivos e bibliotecas que frequentaram e pelos periódicos em que iniciaram a publicação de seus primeiros escritos, com especial importância para o *Panorama* e a difusão da estética romântica em Portugal advinda da publicação deste jornal.

Em seguida, observamos no segundo capítulo: “A construção do pensamento historiográfico em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen”, o desenvolvimento do ambiente intelectual europeu durante o XIX, e como a história adquire cada vez mais importância no meio letrado, passando por uma resignificação conceitual que irá refletir na forma como Herculano e Varnhagen concebiam e elaboravam seus estudos sobre a história. Abordamos também a constituição da historiografia no Brasil, ligada ao projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, preocupado com a construção da ideia de nação brasileira. A partir da compreensão da metodologia e dos conceitos utilizados pelos autores ao tratar a história, intentamos obter pistas de como essa mesma história foi utilizada na escrita literária, que fazia uso de documentação histórica para se constituir.

Os dois últimos capítulos, enfim: “Que nos resta senão o passado?” e “A imaginação e a história”, analisam o posicionamento dos autores em relação aos conhecimentos literários, a partir de artigos como “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir”, “Poesia: Imitação – Bello – Unidade” e “Futuro Literário de Portugal e do Brasil” de Herculano e de obras como *Épicos Brasileiros e Florilégio da Poesia Brasileira* de Varnhagen. Tendo estabelecido, portanto, o que os autores entendiam por História e como dialogavam com a literatura, passamos à compreensão dos dois universos de forma concomitante, através do estudo sobre a ficção histórica que emerge durante o romantismo europeu. E finalmente à análise dos textos: *O Bobo*, “O Bispo Negro” e *Eurico o presbítero* de Herculano e a “Crônica do Descobrimento do Brasil” de Varnhagen, onde podem ser observadas tanto as construções narrativas e romanceadas, quanto os recursos históricos, que vão desde a utilização de documentação primária, até a dramatização de personagens referenciais da história portuguesa e brasileira.

CAPÍTULO 1

Um paralelo biográfico

1.1. Formação e início da vida profissional

Autores coetâneos, Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen nasceram, estudaram e trabalharam em contextos semelhantes. Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo nasceu em Lisboa a 28 de março de 1810, e com a diferença de poucos anos, separados por um oceano de distância, veio ao mundo Francisco Adolpho³ de Varnhagen no dia 17 de fevereiro de 1816 em Sorocaba, interior de São Paulo, filho de pai alemão e mãe de provável descendência portuguesa. Um historiador português, ao lado de um brasileiro, foram fundamentais para a elaboração dos trabalhos históricos de seus respectivos países, contribuindo para a elaboração da almejada identidade nacional.

Reino e colônia passavam por momentos cruciais de suas histórias. Alguns anos antes do nascimento de nossos autores, em 1808, a Família Real portuguesa, ameaçada pelas tropas francesas de Napoleão, transferiu-se às pressas para o Brasil Colônia, estabelecendo no Rio de Janeiro a nova sede da Corte. Em 1810, Portugal sofria já a terceira invasão de seu território (setembro de 1810 a março de 1811), quando o exército napoleônico, que rumava em direção à Lisboa, foi enfim derrotado pelas tropas anglo-lusitanas⁴ aliadas ao exército espanhol.⁵ Em 1816, Portugal enfrentava uma crise motivada pela partida da Família Real, pela invasão francesa e pela dominação inglesa que se seguira, enquanto o Brasil, por sua vez, vivenciava uma série de implementações devidas ao

³ Grafia encontrada nos documentos de época.

⁴ Aliança entre Portugal e Inglaterra para de barrar a expansão francesa.

⁵ JONES-KELLOGG, Rebecca L. *Alexandre Herculano and the historical-gothic tradition in Portugal: dark times, mad monks and national critique in O Fronteiro d'África ou Três Noites Aziagas (1838), Eurico o Presbítero (1844) and O Monge de Cister (1848)*, University of Wisconsin-Madison, 2006. p. 17; FERREIRA, Ema Tarracha. Introdução à obra: Herculano, A. *Lendas e narrativas*. [Seleção e introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira] Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998, 2ª edição. p. 25.

estabelecimento da corte de D. João, e elevava-se à condição de Reino Unido à Portugal e Algarves.

Embora de origens distintas, as trajetórias dos dois autores começam a se aproximar no momento em que a família de Varnhagen deixa o Brasil em 1823, um ano depois de o Brasil tornar-se independente, e transfere-se para Portugal a fim de acompanhar o patriarca que viajara no ano anterior. De acordo com Pedro Calmon, o pai de Varnhagen (Frederico Luis Guilherme de Varnhagen) optara em se manter fiel servidor de Portugal quanto em 1822, pouco antes da independência do Brasil, em uma petição direcionada ao príncipe regente D. Pedro, ele diz que “honrado pela confiança do governo real de S. Majestade o Senhor D. João VI, resolvera seguir a sorte da metrópole, recolher-se a ela, e ali servir ao seu soberano.”⁶ Apesar de brasileiro de nascimento - não possuindo ainda tal nacionalidade reconhecida, como será abordado posteriormente - Varnhagen então com oito anos de idade, tem sua formação intelectual realizada em Portugal e não no Brasil, fato que determinará o enfoque no contexto português em muitos momentos dessa dissertação.

Estabelecendo-se ambos em Lisboa,⁷ inicialmente freqüentam instituições de ensino distintas, cada qual voltadas para as respectivas inclinações familiares. Após aprender as primeiras letras em casa paterna, Alexandre Herculano passou a frequentar as aulas dos padres da Congregação do Oratório de S. Felipe Néri no Hospício junto ao Paço Real das Necessidades, onde estudou disciplinas de Humanidades e a língua latina, embora, de acordo com Vitorino Nemésio, não se possa precisar com certeza as datas de entrada e saída de Herculano dessa instituição⁸, estando elas provavelmente entre os anos de 1820 ou 1821 a 1825⁹. Devido às fortes inclinações liberais de seu pai, fora-lhe designada a formação ministrada pelos padres do Oratório por apresentarem uma educação sólida e isenta,¹⁰ apesar da base bíblica e religiosa.

⁶ CALMON, Pedro. *Varnhagen*. In: *RIHGB*, v. 338, 1983, p. 249. Conferência proferida no IHGB em 9 de agosto de 1978.

⁷ Premissa que pode ser confirmada pelas instituições que freqüentaram.

⁸ NEMÉSIO, Vitorino. *A mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810-1832)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 144-145.

⁹ *Ibidem*, p.187.

¹⁰ *Ibidem*, p. 135.

Varnhagen por sua vez, filho de um oficial alemão que ocupara no Brasil o posto de sargento-mor dos Engenheiros e diretor da Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, localizada em Sorocaba, interior de São Paulo, teve seus estudos encaminhados desde o princípio para a carreira militar, como o sugere Clado Lessa.¹¹ Assim sendo, ingressou no ano de 1825 no Real Colégio Militar da Luz onde estudou disciplinas como as línguas francesa, inglesa e latina, além de filosofia, retórica, história e geografia, concomitante aos estudos militares. Findo este curso matriculou-se em seguida (1832) na Academia de Marinha de Lisboa, direcionando-se para a formação em Engenharia. Passou também pelo Colégio dos Nobres, onde habilitou-se em Alemão, pela Academia de Fortificação, para concluir o curso de Engenharia, pela Escola Politécnica de Portugal, pela Associação Mercantil de Lisboa, onde participou do curso de Economia Política e finalmente pelo curso de Diplomática e Paleografia na Torre do Tombo.¹² Embora exista a possibilidade de também Herculano ter estudado na Academia de Real de Marinha, a informação carece de documentação que o comprove¹³. Desta forma, a Torre do Tombo interessa-nos sobremaneira, pois é onde reside o primeiro ponto em comum na trajetória dos dois historiadores.

As instituições pelas quais passaram em geral não coincidem. Varnhagen teve maiores oportunidades de aperfeiçoar seus estudos nas diversas disciplinas a que se dedicou, freqüentando inclusive o curso superior de Engenharia. Herculano por sua vez, viu suas possibilidades de estudar em uma universidade se dissiparem no momento em que sua família entrava em crise financeira, desencadeada pela doença que cegara seu pai. Optou dessa forma por ingressar na Aula do Comércio, curso prático criado pelo Marquês de Pombal para os filhos dos negociantes, e freqüentar as aulas de Diplomática no Arquivo Real da Torre do Tombo entre 1830 e 1831¹⁴, quando teria entrado em contato com a obra de João Pedro Ribeiro (1758-1839), conhecido por seus trabalhos com a documentação

¹¹ LESSA, Clado Ribeiro. “Vida de Obra de Varnhagen”, in: *RIHGB*, v. 223, 1954. p. 96-98.

¹² *Ibidem*.

¹³ NEMÉSIO, op. cit., p. 188.

¹⁴ Data encontrada no site do Aquivo Nacional da Torre do Tombo <http://antt.dgarg.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/nascimento-de-alexandre-herculano/>. Consta na documentação referente à Herculano o registro frequência na Aula de Diplomática. Cota: Portugal, Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, N.º 11 A (cx. 6).

histórica dos arquivos portugueses.¹⁵ Varnhagen teria freqüentado o mesmo curso cerca de 10 anos depois, como demonstra em sua correspondência a Joaquim Helidoro da Cunha Rivara, diretor da Biblioteca de Évora, carta datada de outubro de 1842, quando Varnhagen transmite a seu colega a notícia de estar matriculado na Paleografia na Torre do Tombo: “Saberá que estou matriculado na Paleographia da Torre do Tombo, onde tenho por collega o seu amigo Marreca, e por Mestre o bom official maior Basto...”¹⁶

O fato de ambos terem freqüentado o curso de Paleografia e Diplomática na Torre do Tombo apresenta-se como um indício da forma como se desenvolveriam anos depois suas posturas como historiadores. Tais disciplinas, consideradas então como auxiliares da História, dotavam o estudioso de subsídios para o trato adequado da documentação de base invariavelmente antiga, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma crítica documental mais ampla e elaborada, que será delineada durante os anos de atuação dos dois historiadores. Importante frisar, no entanto, que talvez não houvesse uma intenção premeditada por parte dos autores em seguir de imediato uma carreira voltada para a investigação histórica, como sugere Fernando Catroga em relação aos estudos de Herculano na Torre do Tombo: “... se também habilitava para uma carreira no funcionalismo público, adestrava, igualmente, para a investigação histórica”.¹⁷

Em 1828, D. Miguel foi declarado legítimo rei de Portugal, assumindo a regência, restaurando a monarquia absoluta e anulando todas as decisões decretadas por D. Pedro, então Imperador do Brasil, inclusive a Carta Constitucional outorgada em 1826, após a morte de D. João VI. Alexandre Herculano, então com 21 anos, deixou os estudos para se unir aos constitucionais contra os absolutistas durante a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834). Da mesma forma o fez Varnhagen.

Para Herculano tal fato marcou profundamente sua vida, sendo que seu aporte intelectual ampliou-se para além do conhecido ambiente lusitano, uma vez que, devido a

¹⁵ FERREIRA, op cit, p. 11.

¹⁶ Carta de 31 de outubro de 1842 à a Joaquim Helidoro da Cunha Rivara, in: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa, Rio de Janeiro (RJ): INL, 1961, p. 89.

¹⁷ CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in TORGAL, MENDES, CATROGA. *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX). A História através da História*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 57.

sua participação no movimento civil, seguiu em exílio para Plymouth na Inglaterra, em seguida para a ilha de Jersey e posteriormente para o norte da França, com destaque para a região de Rennes. Nesse período teria frequentado diversas bibliotecas estrangeiras e tomado contato com teóricos e com as discussões intelectuais e historiográficas que estavam na ordem do dia desses países. O contato estabelecido por Herculano com tais localidades, pode ter influenciado sobremaneira sua visão sobre o atraso de Portugal ante os demais países europeus, como deixa transparecer em diversos escritos, sobretudo os que datam do início de sua carreira de escritor, como em “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, escrito em 1835, pouco tempo depois de sua volta, e publicado no jornal *Repositorio Litterario*, em que ao apresentar os problemas da literatura em Portugal afiança: “Os que conhecem o estado actual das letras fora de Portugal, na França, na Inglaterra, e ainda na Itália, sabem ao que alludimos. (...) Infelizmente em nossa pátria a litteratura há já annos que adormeceu ao som dos gemidos da desgraça publica ...”.¹⁸

1.2. A imprensa periódica

O grande crescimento das publicações periódicas que vieram a lume durante o século XIX, sobretudo com a introdução da máquina a vapor na imprensa iniciada na Inglaterra a partir de 1804 por intermédio de John Walter II, responsável pela edição do *Times*, representou o avivamento da produção cultural e intelectual que se tornava acessível a uma parcela maior da população letrada dos países que presenciaram o fenômeno. Em Portugal, os periódicos voltados à transmissão do conhecimento geral também ganharam maior fôlego e visavam desde um conteúdo político, invariavelmente de cunho partidário, até temas referentes à agricultura, literatura, história ou economia. Alexandre Herculano participou ativamente desse meio da imprensa até pelo menos a década de 1850, como Jacinto Baptista nos diz: “... sabemos, igualmente, que o futuro historiador fazia do

¹⁸ HERCULANO, Alexandre. “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, in: *Opúsculos*, Lisboa: Bertrand, 1909. Tomo IX.

jornalismo, nesta fase da sua vida, a ocupação permanente e que esta era a principal e (exceptuando talvez magros direitos de autor de um estreado nas Letras) fonte única de seus meios de subsistência.”¹⁹ Nesse sentido participa da redação de alguns semanários como: *O Panorama*, *O País*, *O Português* e *Diário do Governo*, e colabora com tantos outros a exemplo do *Repositório Literário* e da *Revista Universal Lisbonense*.

Os escritos de Herculano foram muito frequentes, sobretudo nos anos iniciais (entre 1841 e 1843), nas páginas da *Revista Universal Lisbonense*, período em que constam também algumas publicações de Varnhagen. Nos anos seguintes, Varnhagen aparece mais escassamente, e Herculano continua enviando vários textos para a redação, embora com intervalos bem maiores. Os escritos são de natureza variada, sobretudo os de Varnhagen, que publica inclusive textos que tratam sobre agricultura e olivais. Dos artigos publicados por Herculano, vale salientar *A Batalha de Chryssus* e *O Presbytero*, publicados em vários números entre os anos de 1842 e 1843 e posteriormente *Futuro Litterario de Portugal e do Brazil* em 1847.

No meio da diversidade de jornais e revistas que se publicavam, no entanto, *O Panorama* teve importância mais significativa na vida intelectual dos autores tratados, assim como no ambiente cultural português. Pode-se considerar que o jornal funcionou como uma escola de pensamento que envolveu seus diversos colaboradores, no sentido de desenvolver um determinado estilo de escrita e opções temáticas que refletiram os interesses da sociedade que o apoiava, dos seus dirigentes, e dos escritores que submetiam a ele uma série de artigos, como veremos a seguir. Como citado por Thiers M. Moreira, Varnhagen era “um homem de *O Panorama*”, formado nessa “escola” onde teria travado “os primeiros diálogos da inteligência”.²⁰

Considerado ainda como o primeiro grande divulgador da estética romântica em Portugal, seguindo os ecos do que se desenvolvia em outros países europeus à exemplo da Alemanha, da França e Inglaterra – vale lembrar que *O Panorama* segue o modelo da revista inglesa *The Penny Magazine*, fundada em Londres cinco anos antes – o periódico marcou fortemente as primeiras produções e a formação intelectual dos referidos autores,

¹⁹ BAPTISTA, Jacinto. *Alexandre Herculano – Jornalista*, Amadora: Bertrand, 1977. p. 16.

²⁰ MOREIRA, Thiers M. “Varnhagen e a história da Literatura Portuguesa e Brasileira”, in: *RIHGB*, v.275, 1967. pp. 159-160.

motivo pelo qual julgou-se de grande interesse deter-nos por alguns instantes à compreensão da trajetória do jornal, assim como de sua proposta intelectual e a forma como repercutiu nas obras e no pensamento de Alexandre Herculano e Francisco A. de Varnhagen nessa primeira fase de suas vidas.

Em 1837, Alexandre Herculano assumiu a direção do semanário *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*²¹, na qual permaneceu inicialmente até 1839. Ao mesmo tempo, Varnhagen torna-se diretor suplente do mesmo jornal até o ano de 1840, a partir de quando seu nome não consta mais entre os colaboradores ou organizadores do periódico, embora tenha mantido relações de amizade com o corpo editorial, enviando ainda artigos para serem publicados.²²

O Panorama, que contou com a participação ativa de ambos os historiadores e que tão grande importância teve no início de suas carreiras, sobretudo no caso de Herculano, foi um jornal lisbonense publicado a partir de 1837. Dedicado à Sua Majestade Fidelíssima “A Rainha”²³, teve seu primeiro número publicado em 6 de maio de 1837, seguindo periodicidade semanal aos sábados. Inicialmente constavam na Mesa da Assembléia Geral: Presidente – Exm.º Sr. Anselmo José Braamcamp, Vice-Presidente – Illm.º Sr. Luiz Duprat, Secretário – Illm.º Sr. Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda e Vice-Secretário – Illm.º Sr. Augusto Xavier da Silva. Como diretores: M. A. Vianna Pedra, João Baptista Massa, Feliz da Costa Pinto. E diretores suplentes: Illm.º Jorge Cezar de Fignière, Francisco de Salles e Brito e Francisco Adolfo de Varnhagen. Essa posição de destaque ocupada por Varnhagen ilustra sua integração na cultura e sociedade lusitana, e ao mesmo tempo, nos remete à participação ativa que parece ter tido na produção do *Panorama*. No caso de Herculano, embora as biografias o citem como redator e responsável pelo jornal nos seus primeiros anos de publicação, seu nome não aparece nas edições iniciais, o que provavelmente se deva ao anonimato exigido pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis tanto à redação quanto aos próprios artigos

²¹ O *Panorama* foi criado em 1837 e composto por cinco séries de publicação ao longo dos anos de sua existência: a primeira datada de maio de 1837 a dezembro de 1841 (5 volumes), a segunda de janeiro de 1842 a dezembro de 1844 (3 volumes), a terceira de setembro de 1846 a 1856 (5 volumes), a quarta que teve início em janeiro de 1857 e a quinta e última datada de 1866.

²² LESSA, Clado Ribeiro. “Colaboração de Varnhagen no “O Panorama””, in: *RIHGB*, v. 193, 1946. p. 105.

²³ Refere-se à D. Maria II (1819-1853).

publicados ao menos entre os anos 1837 e 1839, período que coincide com a direção de Herculano. Ou ainda como propõe Jacinto Baptista, seu nome não constaria inclusive entre os maiores cem acionistas da Sociedade por falta de pecúnia, já que nada mais seria do que um empregado da empresa “e dirigir o semanário foi o modo de, nesta época, ganhar a vida.”²⁴

Como mencionado, Alexandre Herculano foi o Redator chefe do *Panorama*, dirigindo o periódico da sua criação até o ano de 1839 (13 de junho – n. 115)²⁵, quando foi nomeado para o cargo de Diretor das Bibliotecas Reais da Ajuda e da Necessidade. Desta data consta seu primeiro artigo assinado nesse jornal: *Do Christianismo*, seguido de uma nota na qual anuncia que embora estivesse deixando o cargo de redator, não cessaria o envio de artigos para a redação, que passam a ser assinados com as iniciais de seu nome. A partir do número seguinte, também textos de outros autores passam a apresentar as respectivas iniciais, mesmo que alguns permaneçam anônimos.

*Tendo deixado por motivo de negócios pessoais o lugar de principal redactor deste jornal, e desejando, todavia, contribuir com os meus poucos cabedades para uma publicação, que me persuado tem feito algum bem a civilização nacional, continuarei a escrever, quanto outras ocupações m’o permittam, vários artigos, que serão sempre assignalados com as iniciaes do meu nome. A. Herculano.*²⁶

Herculano retornará ao cargo no penúltimo ano da segunda série, ou seja, em 1843. Nesse intervalo (1841 a 1842) a direção de *O Panorama* ficaria ao encargo de Antonio Feliciano de Castilho, que a deixará ao final desse período para editar a *Revista Universal Lisbonense*.²⁷ No entanto, permanece pouco tempo na função, já que em 1845 a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis se extingue, sendo o periódico adquirido pelo empresário Antônio José Fernandes Lopes. Os textos publicados nas páginas do jornal durante 1846 e 1847 mais uma vez carecem de assinatura, o que dificulta a identificação

²⁴ BAPTISTA, op. cit., p. 51.

²⁵ BITTENCOURT, Liberato. *Psychologia de Alexandre Herculano*, Imprensa Rio de Janeiro; Paris: F. Alves: Aillaud e Bertrand, [1910?]. p. 35.

²⁶ *Panorama*, 13 de junho de 1839, n. 115, p. 221.

²⁷ LIMA SANT’ANNA, Benedita de Cássia. “*O PANORAMA* (1837-1868): História de um jornal”, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 244-262, - jun. 2009. p. 250-251.

dos autores nesse período, impedindo mesmo que percebamos se Varnhagen ou Herculano ainda continuavam participando ativamente ou não. No n. 25, publicado em 27 de fevereiro de 1847, a redação do jornal adverte para uma possível nova suspensão, que ocorre em novembro do mesmo ano.

Passando de uma sociedade de intelectuais para a propriedade de um empresário que não consta ter participado das séries iniciais, *O Panorama* sofreu algumas modificações e passou por um período difícil de sua trajetória, momento de alterações e adaptações. Em 1852, quando *O Panorama* retoma sua atividade retomando a sequência que deixara inacabada em 1847, o editor cita o apoio de vários intelectuais, dentre eles o de Varnhagen e diz esperar obter o de tantos mais, incluindo o de Alexandre Herculano, que por sua vez, apenas voltará a colaborar de forma expressiva a partir de 1857, quando o jornal assume perfil mais literário, mas já se aproxima do seu fim.

Embora publicado em Lisboa, o jornal circulava também em outras províncias portuguesas, onde eram feitas as assinaturas e vendidos os exemplares, tais como: Abrantes, Villa dos Arcos de Val de Vez, Braga, Coimbra, Estremoz, Elvas, Évora, Porto, Setubal, Viana do Minho e em Vizeu. Contava também com correspondentes em Londres e Paris e nas Ilhas: Faial, Madeira, S. Miguel e Terceira. No Brasil era representado inicialmente por nomes como: João Maria Martelli Junior (Bahia), João Gualberto da Costa (Maranhão), Francisco Guadencio da Costa (Pará), Francisco Severiano Rebello (Pernambuco) e L. A. P. de Sousa (Rio de Janeiro). Ou seja, o alcance do jornal e conseqüentemente das idéias por ele divulgadas, ia muito além do restrito círculo lisbonense em que era editado, chegando inclusive a circular em território brasileiro, no que é possível presumir o contato de uma parcela da intelectualidade brasileira oitocentista com alguns dos exemplares.²⁸ Tal intercambio cultural pode ser considerado também no sentido inverso, ou seja, através das páginas do *Panorama* eram divulgadas informações sobre o Brasil, de forma que estas chegassem ao conhecimento do povo lusitano, fato que pode ser corroborado, por exemplo, através de artigos como os escritos por Varnhagen versando sobre temática brasileira, como: *Rio de Janeiro* ou *Brasil – A Picada do Mato Virgem*.

²⁸ Embora até o momento não possua informações certas sobre o nível de circulação do *Panorama* no Brasil, é possível constatar que, existem ainda alguns exemplares do jornal em arquivos brasileiros, como no Arquivo do Estado de São Paulo.

A ideologia propagada pelo *Panorama* vinha na esteira dos objetivos da instituição a que se via vinculado, ou seja, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis²⁹, preocupada com a disseminação de uma instrução variada que se tornasse acessível a diversas classes sociais aos moldes do que seria feito nos países europeus considerados mais “ilustrados”. Como vemos salientado na Introdução de abertura do primeiro volume do jornal:

*Assim a Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis julgou dever seguir o exemplo dos países mais ilustrados, fazendo publicar um jornal que derramasse uma instrução variada, e que podesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, accommodando-o ao estado de atraso, em que ainda nos achamos. Esta nobre empresa será por certo louvada e protegida por todos aquelles, que amam deveras a civilização de sua pátria.*³⁰

O jornal primava, portanto, pela divulgação do conhecimento relacionado à uma série de assuntos centrais, dos quais podemos citar: as ciências naturais, história, geografia, topografia, monumentos, economia e literatura, juntamente com artigos mais curtos e de fruição mais acessível, temática variada e visando o simples deleite do leitor.

Sobre essa questão temática, Catroga apresenta dados interessantes sobre a natureza dos artigos:

*... entre 1837 e 1844, os ensaios e as narrações de carácter histórico recobriram cerca de 17%, numero bastante significativo, pois ultrapassava, em muito, os outros assuntos mais tratados: geografia, 7,6%; moral, 6,8% (...) Por outro lado, importa ainda registrar a importância que um género literário, novo entre nós, ganhou nas suas páginas: o romance histórico, que representava 1,2% da temática total, percentagem superior à da poesia (0,69%) e à dos artigos sobre ciências jurídicas (0,5%), matemática (0,16%) e química (0,52%).*³¹

²⁹ A Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis foi uma associação criada no mesmo ano do jornal *O Panorama*, ou seja, em 1837, sob a proteção da rainha D. Maria II, cujo nome constaria inclusive na lista dos acionistas da Sociedade. Conforme o próprio nome diz, seu objetivo era “derramar conhecimentos proficuos e variados” de acordo com seus ideais patrióticos, para fazer frente ao atraso intelectual de Portugal em relação aos demais países europeus. Ver: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, n. 1, ano 1837.

³⁰ *O Panorama*, n.1, v. 1, 6 de maio de 1837, p. 2.

³¹ CATROGA, op. cit., p. 49.

Em meio a tal variedade temática, chamamos a atenção para os textos de caráter histórico e literário que passaram a compor parte considerável das páginas publicadas, como demonstram as porcentagens apresentadas. Foi nesse jornal onde surgiram as primeiras tentativas de novela histórica publicadas em Portugal, época em que esse gênero já estava mais desenvolvido na literatura européia e Walter Scott havia já produzido suas grandes obras. Como salienta Castelo Branco Chaves, era no *Panorama* que Herculano preparava o público para a ascensão desse novo tipo de novela, “acumulava informações eruditas para ilustração dos futuros novelistas, seja sobre a arquitectura gótica, situação das diversas classes sociais na Idade-Média, antigos foros e costumes, milícia, monumentos, cronistas portugueses, etc., etc.”³² É nesse contexto que escreve as novelas que vem a lume nesse periódico, e que serão citadas convenientemente. Seguindo essa linha, também outros autores se arriscaram no gênero da novela histórica que ganhava cada vez mais espaço com a divulgação do jornal, como é o caso de Cunha Rivara que publica seu texto “Um Feiticeiro (Crônica da Inquisição)” em 1840 no *Panorama*.³³

Os textos de Herculano apresentam duas características essenciais, que não deixam de remeter a um mesmo fim. Primeiro, a temática medieval presente em quase todos os textos referentes à história ou à literatura, no caso, contos ou excertos de romances mais tarde publicados; segundo, a insistência nas origens nacionais de Portugal, que Herculano localiza nesse período. No caso de Varnhagen, o mesmo recurso pode ser assinalado, embora adaptado aos seus interesses sobre o Brasil, ou seja, seus artigos em geral remetem ao início da história do Brasil, com destaque para o período do descobrimento e eventos referentes, em geral, aos séculos XVI e XVII.

Nesse sentido, Alexandre Herculano publicou uma vasta quantidade de artigos, versando invariavelmente sobre temas da história e literatura portuguesas, alguns assinados com seu nome, outros apenas com as iniciais. Muitos, no entanto, foram publicados anonimamente, o que dificulta em partes o conhecimento total de sua bibliografia. Como exemplares de seus interesses temáticos, podemos citar importantes textos sobre

³² CHAVES, Castelo Branco. *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Amadora: Bertrand, 1980. p. 16.

³³ *Ibidem*, p. 19.

historiografia como: *Historiadores Portugueses* (1839-1840), *Novellas de Cavalaria Portuguezas* (1840), *Archeologia Portuguesa* (1841-1843) e *Pouca Luz em muitas Trevas* (1844). Também uma literatura aos moldes dos romances históricos, que será discutida em momento oportuno: *O Castello de Faria – Chronica do 14º século* (1838), *A Morte do Lidador* (1839), *A Abóbada* (1839), *O Monge de Cister – Romance histórico (fragmento)* (1841), *Arras por foro d’Hespanha* (1841-1842), *O Bobo* (1843), *O Cavaleiro Negro* (1843) e *A Dama do Pé-de-Cabra* (1843). Textos poéticos ou traduções de poesias estrangeiras, além de textos de temática variada, desde discussões de cunho religiosas a arquitetura e crenças populares: *Crenças populares portuguesas* (1840), *Superstições populares* (1840), *A meditação de Jesus* (1841), *Christianismo* (1843), *Uma Villa –Nova Antiga* (1843) e *Antigos Castellos e Alcaides Mores* (1844).

A contribuição de Varnhagen é menos proeminente, mas ainda assim encontramos artigos como: *Chronica do Descobrimento do Brazil* (1840), *Gruta Admirável* (1840), *Sá de Miranda* (1841), *Salvador Corrêa de Sá e Benavides* (1841), *Belém (XIII)* (1843), *Rio de Janeiro* (1843) e *Sumé, lenda mytho-religiosa americana recolhida em outras eras por um Índio Moranduçara agora traduzida e dada à luz com algumas notas por um Paulista de Sorocaba* (1855), que são facilmente identificáveis pelas assinaturas que versavam entre: Varnhagen, F. A. de V., F. A. V., ou apenas V. No entanto, Clado Lessa³⁴ elabora uma lista mais completa com artigos por ele identificados apesar da ausência de assinatura. Alguns desses textos, apesar da atribuição dada a Varnhagen carecem de uma confirmação direta e específica, cabendo tal designação por parte dos conhecimentos de Lessa, dos quais podemos citar: *João Fernandes Vieira e Ação desinteressada* - aditamento à referida biografia (1839), *Noticia sobre a translação dos ossos de André de Rezende e Manuel Severim de Faria* (1839) e *Historiadores portugueses – IV – Gomes de Azurara* (1840) - Esse artigo merece destaque, pois vem na esteira de uma série de artigos com o mesmo título publicados pouco tempo antes por Herculano.

³⁴ LESSA, Clado Ribeiro. “Colaboração de Varnhagen no “O Panorama””, in: *RIHGB*, v. 193, 1946. p. 105-109.

Embora os textos de Varnhagen apareçam significativamente em menor número que os de Herculano³⁵, fica evidenciada sua atuação no meio intelectual lusitano, assim como o contato entre os dois historiadores que exerceram atuação concomitante nos periódicos assinalados. Pode-se entrever, dessa forma, a escrita dos autores como inseridas em um meio no qual a estética do romance histórico se desenvolvia e a preocupação em disseminar conhecimentos do passado tomava ares de importância na elaboração dos periódicos.

1.3. Locais em que pesquisaram

Em meio à atuação na imprensa periódica, Varnhagen e Herculano despenderam largos e preciosos momentos de suas vidas no interior de arquivos e bibliotecas européias garimpando documentos esquecidos e caros às histórias nacionais que passavam a ser cada vez mais valorizadas.

Alexandre Herculano exerceu diversos cargos na direção de importantes bibliotecas portuguesas, o que facilitava seu contato com os livros e a documentação que lhe era interessante. Logo após sua dispensa do serviço militar, voltando do exílio em que frequentara bibliotecas em França e Inglaterra, foi encarregado de organizar a Biblioteca Pública do Porto, cargo em permanecerá até 1836.³⁶ Abrindo mão de tal ocupação em 1836, depois da Revolução de Setembro, por fidelidade à Carta Constitucional, trabalhou algum tempo na direção de *O Panorama*, até que em 1839 foi nomeado conservador da Biblioteca Real da Ajuda em 1839 por D. Fernando II, rei consorte, cargo que conservou até quase o

³⁵ Em *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do pensamento histórico e da identidade nacional*, Kelly Carvalho identifica os principais trabalhos e documentos referentes Varnhagen e onde estão localizados, apresentando ainda um levantamento dos artigos publicados pelo autor na Revista do IHGB. Ver: CARVALHO, Kelly. *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do pensamento histórico e da identidade nacional*, Campinas, SP: [s.n.], 2002 (Mestrado, IFCH/UNICAMP).

³⁶ FIGUEIREDO, Fidelino de. *História Literária de Portugal (Séculos XII-XX)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, 3ª Ed. p. 334.

final de sua vida, até deixar Lisboa e a vida literária.³⁷ Anos mais tarde, no período entre 1853 e 1854, foi encarregado pela Academia Real das Ciências de examinar os arquivos públicos e bibliotecas manuscritas do reino visando a publicação dos *Portugaliae Monumenta Histórica*.³⁸ Dentre os principais arquivos que freqüentou em Lisboa estava o da Torre do Tombo, além de outros menores localizados nas províncias do norte de Portugal, onde reunira quantia considerável de documentos, muitas vezes deteriorados e em estado de abandono, referentes aos primórdios da história portuguesa.

Varnhagen freqüenta basicamente os mesmo arquivos e bibliotecas que Herculano, o que não poderia ser diferente, visto que neste momento ambos residiam na mesma localidade e tinham finalidades e interesses profissionais semelhantes, ou seja, documentação histórica referente à idade média portuguesa e à história brasileira, no caso de Varnhagen. Seus principais locais de trabalho, se resumem inicialmente, sobretudo, à Torre do Tombo e às Bibliotecas Nacional e da Ajuda³⁹, esta última ao encargo de Herculano a partir de 1839, como citado acima.

Pedro Calmon ressalta o contato de Varnhagen com membros importantes da intelectualidade portuguesa entre os anos de 1838 e 1839, inclusive com o próprio Herculano, apesar de este ser considerado um dos “homens mais esquivos e difíceis do seu tempo”⁴⁰. Teria sido graças à simpatia de membros importantes do governo espiritual para com Herculano, como D. Francisco de São Luis, depois Cardeal patriarca de Lisboa, que recomendou o historiador à direção da Torre do Tombo para que ele tivesse livre acesso para empreender suas pesquisas, que Varnhagen viu seus caminhos abertos para que encontrasse nesse arquivo uma série de documentos interessantes para a história brasileira, como o *Roteiro do Brasil* de Gabriel Soares, o *Diário* de Pero Lopes de Sousa e o original da carta de Pero Vaz de Caminha.

Tendo retornado ao Brasil para cuidar de questões relativas à sua cidadania brasileira, e travado relações com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em

³⁷ *Ibidem*, p. 334-335.

³⁸ BITTENCOURT, op. cit., p. 36.

³⁹ MOREIRA, Thiers M.. “Varnhagen e a história da Literatura Portuguesa e Brasileira”, in: *RIHGB*, v.275, 1967. p. 160.

⁴⁰ CALMON, Pedro. *Varnhagen*. RIHGB, 1983, 338, p. 249. Conferência proferida no IHGB em 9 de agosto de 1978. p. 251.

1838, Varnhagen é nomeado adido de primeira classe na Legação brasileira em Portugal em 1842, encarregado de pesquisar documentos relativos ao Brasil (história, geografia, legislação, etc.) nos arquivos europeus.⁴¹ Com esse intuito permanece em Lisboa até 1847, período em que viaja também para outras províncias portuguesas, como Coimbra e Évora. Após esse ano, deixa Portugal.

O período da vida de Varnhagen que se segue nos interessa sobretudo pelas obras que publicou até o ano de 1855, data de referência pela publicação de *Sumé em O Panorama*, e que serão abordadas convenientemente, sendo que sua atuação no meio lusitano especificamente, e que nos importa, se encerra nesse momento. No entanto, o diálogo intelectual continua profícuo, pois ainda constam colaborações suas no referido periódico, e referências aos arquivos portugueses de onde se originaram tantos documentos utilizados por ele próprio em seus escritos e enviados para o Brasil ao encargo do IHGB.

Nesse ínterim, escreve a Introdução à *Trovas e Cantares*, datada de 10 de julho de 1849, em que cita a colaboração de Herculano para obter e identificar a respectiva documentação. Nessa obra apresenta o que seria um códice de poesia do século XIV encontrado em Lisboa, pertencente inicialmente à biblioteca do extinto Colégio dos Nobres de Lisboa, com várias folhas descobertas depois em Évora e unidas em um “códice fundamental”, que se conservava na Biblioteca Real da Ajuda: “Dessas folhas, que hoje se publicam pela primeira vez, devemos a copia que possuímos á amizade do Sr. Herculano.”

42

Baseado na análise do conteúdo e formato do documento, Varnhagen atenta para a provável autoria do Conde de Barcellos, filho de el rei D. Diniz, tio da rainha D. Maria, a quem a obra seria dedicada: “... e com boas provas, reputado autor de um «Livro de Cantigas» que no seu testamento, feito em Latim aos 30 de Março de 1350, legou ao mesmo rei de Castella, talvez para assim deixar á sua bella, esposa deste, ocasião de ler as poesias que ella inspirara.”⁴³ Afirmação baseada em dados fornecidos por Alexandre

⁴¹ CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Revista Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez 2007. p. 169.

⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, “Introdução”. *Trovas e Cantares de um códice do XIV século: ou antes, mui provavelmente, o “Livro das Cantigas” do Conde de Barcellos*. Na Imprensa de D. Alexandre Gomes Fuentenebro, 1849. p. XV.

⁴³ *Ibidem*, p. VII.

Herculano que identificara o códice no mesmo volume, com folhas e letra no mesmo formato, de um livro de linhagens: “... que o Sr. A. Herculano crê ser o original do Nobiliário do mesmo Conde ...”, no que revela um diálogo com o historiador português. Além disso, o interessante desse texto é que o autor se debruça sobre uma documentação que é muito característica do trabalho de Herculano, ou seja, fontes do século XIV português.

1.4. Soberanos

Tanto Herculano quanto Varnhagen gozaram dos benefícios dos soberanos das nações a que pertenciam, ou que passaram a pertencer, no caso de Varnhagen, após conquistar a almejada cidadania brasileira. Tal auxílio foi de grande valia para conquistarem os cargos por eles exercidos durante muitos anos: Herculano foi nomeado diretor da Biblioteca Real da Ajuda graças à proteção de D. Fernando, e Varnhagen tornou-se membro do corpo diplomático brasileiro devido a intervenção de D. Pedro II, ocupações que lhes facilitaram o acesso à documentação histórica que se tornou tão importante para a escritura de suas obras.⁴⁴ Produções essas que não deixam de prestar honras aos respectivos soberanos, como salientado por Herculano ao final da Advertência à *História de Portugal*:

Esta situação vantajosa e excepcional devo –a a S. M. El Rei. Elle a creou para mim espontânea e generosamente: espontânea e generosamente m’a conservou, a despeito de mais de uma procella violenta, que tem ameaçado afundar o meu débil esquife, porque sou navegante assás rude e inhabel em evitar com arte a fúria das tempestades. Se este livro não for inteiramente inútil para a gloriosa pátria, a S. M. mais que a mim o agradeça a nação. Digo isto com verdade e singelesa. Esse sabe, como sabem todos os que me conhecem, que não costumo lisongear os príncipes, ou, o que não é menos raro, as paixões das turbas; e que nem á

⁴⁴ LESSA, op. cit., p. 125.

*popularidade entre estas, nem ao favor daquelles eu sacrificaria nunca as minhas doutrinas e convicções.*⁴⁵

Varnhagen dedica a *História Geral do Brasil* à “Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II”, reconhecendo ainda as benesses concedias pelo Imperador ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à que ele e sua obra se viam ligados:

O Brazil todo sabe que ao generoso amparo de Vossa Magestade Imperial deve o seu Instituto Histórico a existência, e. que delle Immediato Protector de facto, Vossa Magestade Imperial o Fez installar no próprio Paço, e Assiste ás suas sessões litterarias no intuito de fomentar o estudo da Pátria Historia, tão importante ao esplendor da Nação, á instrucção commum e até ao bom governo do paiz.

(...)

*E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, apesar das suas irregularidades e rudeza que a lima do tempo irá afeiçoando, ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvanço- me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para elle.*⁴⁶

Herculano também se refere aos interesses do jovem imperador brasileiro - com quem posteriormente irá travar relações muito próximas - relativos às letras e à assuntos intelectuais em “Futuro Literário de Portugal e do Brasil”, fato que à seu ver favorecia o progresso e desenvolvimento do Brasil:

É geralmente sabido que o jovem imperador do Brasil dedica todos os momentos que pode salvar das occupações materiais de chefe do Estado ao culto das letras. Mancebo, prende-se à mocidade, aos homens do futuro, por laços que de certo as revoluções não hão de quebrar; porque o progresso social não virá acometê-lo inopinadamente nas suas crenças e hábitos. Quando a idéia se encarnar na realidade, o seu espírito, como as outras inteligências que o rodeiam, ter-se-á alimentado dela, e saudará como os seus mais alumiados súditos o pensamento progressivo.

⁴⁵ HERCULANO, Alexandre. “Advertência”. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*, Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d., 8ª Ed., Tomos I, p. XIV.

⁴⁶ VARNHAGEN, F. A.. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em caza de E. e H. Laemmert, 1854. Tomo Primeiro.

*Não notais nestas tendências do moço príncipe um símbolo do presente, e uma profecia consoladora acerca do porvir do Brasil?*⁴⁷

Essa afinidade estabelecida entre os autores e o poder real terá parte importante também na definição e na forma como Alexandre Herculano e Varnhagen irão abordar a história de seus países, ou seja, o reconhecimento do auxílio real dado à elaboração das obras, sobretudo dedicadas à escrita da História de Portugal e Brasil, respectivamente, reflete a importância assumida por essa instância de poder na formação de um discurso nacional da qual esses autores farão parte.

1.5. Obras

As grandes obras das vidas dos autores estudados foram a *História de Portugal* (1846-1853) no caso de Herculano e a *História Geral do Brasil* (1854-1857) no de Varnhagen. Essas obras foram os frutos mais reconhecidos de tantos anos de trabalho nos arquivos lusitanos, mas não foram os únicos. Privilegiando sobremaneira o período medieval, até então pouco estudado, Alexandre Herculano publicou outras importantes obras para a historiografia portuguesa como a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854-1859), e alguns textos historiográficos reunidos posteriormente nos *Opúsculos*. Varnhagen por sua vez, brasileiro de nascimento e europeu por formação, escreveu obras também de capital relevância para o início da historiografia brasileira como: *História das lutas com Holandeses no Brasil*.

Ao mesmo tempo, ambos escreveram com pretensões literárias. A obra de Herculano, de maiores proporções, é composta pelas histórias publicadas entre 1838 e 1846 nos jornais *O Panorama* e *Ilustrações*, que foram editadas e reunidas por ele em 1851 nas *Lendas e Narrativas*. Das nove novelas organizadas em dois volumes, sete apresentam conteúdo histórico. O primeiro é formado por textos ambientados no primeiro e segundo

⁴⁷ HERCULANO, Alexandre. “Futuro Literário de Portugal e do Brasil”, in: In *Revista Universal Lisbonense*, Tomo VII, Lisboa, ano de 1847-1848.

períodos da Idade Média: “O Alcaide de Santarém”, publicado pela primeira vez na revista *A Ilustração* em 1845 e 1846, se passa durante o século X (950-961), durante o domínio árabe na Península Ibérica; “Arras por Foro de Espanha”, “O Castelo de Faria” e “A Abóboda”, se passam entre o século XIV e início do XV, sendo que as duas primeiras durante o reinado de D. Fernando e a última sob o reinado de D. João I. O segundo volume, por sua vez, é composto por três novelas históricas: “A Dama do Pé de Cabra”, “O Bispo Negro” e “A Morte do Lidador”, e por duas novelas que fogem um pouco dessa linha: “O Pároco da Aldeia”, que possui um tom mais idílico e campesino, e uma narrativa de cunho autobiográfico que constitui um excerto de seu texto *Memórias*. Dessas narrativas compiladas, algumas delas são anteriores aos primeiros escritos dos romances, sendo que “O Castelo de Faria” data de 1838, “A Abóboda”, “O Bispo Negro” e “A Morte do Lidador” de 1839, “Arras por Foro de Espanha” e “A Dama do Pé de Cabra” de 1841.

Dentre os romances, *Eurico, o Presbítero, O Monge de Cistér e O Bobo*, foram publicados respectivamente em 1844, 1848 e 1878. Este último veio a público no n° 55 do jornal *O Panorama* em 14 de setembro de 1843, saindo como romance apenas em 1878, após a morte do autor. *Eurico, o Presbítero*, por sua vez, teve seu primeiro fragmento publicado a 22 de setembro de 1842, na *Revista Universal Lisbonense*, n° 1, sob o título de “A Batalha do Chryssus”. Seguiram-se outros trechos nessa mesma revista até que em 1843, no volume II de *O Panorama*, foi publicada mais uma série de passagens com o título *A Meditação no Promontório* e, em nota, *Fragmento de um livro inédito*, que seria o capítulo IV de *Eurico*.⁴⁸

A ficção de Varnhagen é menos proeminente e se resume a poucas obras conhecidas⁴⁹: *Crônica do Descobrimento do Brasil*, publicada inicialmente em 1840, também nas páginas do jornal lisbonense *O Panorama*, e republicada no *Diário do Rio de Janeiro* com o nome de *O Descobrimento do Brasil: crônica do fim do 15º século; O matrimônio de um bisavô ou o Caramuru*, publicado em 1848, no tomo 10 da *Revista do IHGB; Amador Bueno: drama épico histórico americano em quatro actos, e três mutações;*

⁴⁸ Mapeamento feito por Vitorino Nemésio na edição: HERCULANO, A. *Eurico, o Presbítero* – Direção: Vitorino Nemésio – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, 2ª edição.

⁴⁹ O fato dos artigos publicados nos periódicos durante o século XIX nem sempre apresentarem identificação de autoria dificultam a atribuição dos textos a seus respectivos autores.

Sumé, lenda mito-religiosa-americana, recolhida em outras eras por um índio moranduçara, agora traduzida e dada à luz por um paulista de Sorocaba, publicada no *Panorama* em 1855 e em um volume publicado em Madrid no mesmo ano.

1.6. Possíveis paralelos

Alguns autores reconheceram as semelhanças que aproximavam a trajetória e os trabalhos de Alexandre Herculano com os de Francisco A. de Varnhagen. José Honório Rodrigues em *Teoria da História do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1949, detém sua análise nas relações teóricas possíveis de serem estabelecidas entre as obras de ambos os historiadores. Dessa forma, os considera como os iniciadores da crítica histórica, que define como: “Um autor é crítico em história quando é capaz do uso adequado e correto das fontes históricas, examinadas sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e inteligibilidade...”⁵⁰. Nesse sentido, afirma que Herculano e Varnhagen teriam sido os historiadores que primeiramente fizeram uso dos processos críticos de exame e análise das fontes nas historiografias portuguesa e brasileira, ao escreverem a *Historia de Portugal* e a *História Geral do Brasil*, respectivamente.

Clado Lessa em artigo de 1954 promove vários paralelos entre Varnhagen e Herculano, desde as concomitâncias dos locais por eles freqüentados, até as condições de desenvolvimento e escrita de seus trabalhos. Suas obras adquiriram características e se utilizaram de conceitos similares, em razão da situações análogas em que se encontravam os autores, já que tiveram inclusive uma formação intelectual mais ou menos parecida.⁵¹

Empenhando-se em tarefa análoga à de Herculano, fazendo parte do mesmo grupo literário colaborador do O Panorama, tão possuído pela ânsia de renovação e da curiosidade científica característica do movimento romântico, e que conseguiram fazer desse periódico

⁵⁰ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, São Paulo, SP: Instituto Progresso Editorial, [1949?]. p. 309.

⁵¹ LESSA, op. cit., p. 119.

*riquíssimo repositório de narrativas e estudos acerca do antigo Portugal, é muito natural que entre as manifestações literárias de ambos os estudiosos haja pontos de contato.*⁵²

Embora de maneira um tanto laudatória, exigida talvez pela própria circunstância em que a exposição era proferida, ou seja, um ciclo de conferências para - nas palavras do autor - “comemorar a glória de Francisco Adolfo de Varnhagen”, Pedro Calmon apresenta um breve panorama da vida de Varnhagen entre os anos de 1838 e 1839.

Em geral as diversas biografias e estudos sobre a obra de Varnhagen que foram publicados ao longo das décadas na Revista do IHGB seguem uma vertente laudatória, que o proclama como o primeiro e grande historiador brasileiro, a quem se deve prestar infinitas homenagens. Exemplo disso são as conferências publicadas por nomes renomados no cenário historiográfico brasileiro como José Honório Rodrigues, Pedro Calmon, ou mesmo Clado Lessa - responsável tanto pela biografia de Varnhagen, quanto por compilações de correspondências e levantamentos de artigos publicados em periódicos como o Panorama, por exemplo -, que em suas intenções de apresentar o ilustre e primo historiador na imagem de Varnhagen não deixam de clamar suas qualidades e seus feitos relativos a construção da história do Brasil e da nacionalidade do país. A perspectiva crítica acaba sendo deixada parcialmente de lado, em vista da figura quase intocada em que Varnhagen teria se transformado ao longo dos anos.

A historiografia mais recente, com destaque para nomes como Manoel Salgado Guimarães e Temístocles Cezar, entre outros, tem se preocupado com uma nova abordagem, com um lado crítico mais aguçado, procurando fugir dos discursos enaltecidos para buscar os caminhos que levaram à construção dessa História nacional que se constituía ao longo do XIX, e como a atuação de Varnhagen teria contribuído com esse processo.

Enfim, as concomitâncias apontadas entre a formação e atuação profissional de Herculano e Varnhagen não são mais do que um aporte para adentrar à temática central dessa dissertação, focada nas aproximações teóricas e paralelos possíveis de serem estabelecidos em relação às suas obras.

⁵² Idem.

CAPÍTULO 2

A construção do pensamento historiográfico

2.1. Formação do conceito moderno de História

A historia pode comparar-se a uma columna polygona de marmore. Quem quizer examiná-la deve andar ao redor della, contemplá-la em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas excepções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios de pedra, medir-lhe a altura por palmos, pollegadas e linhas. E até não sei dizer ao certo se estas indagações se teem applicado a uma face ou unicamente a uma aresta.

(Alexandre Herculano, *Cartas sobre a História de Portugal*)

O século XIX trouxe consigo uma série de mudanças e transformações nos diversos planos da sociedade. Se nos é permitido pensar, por exemplo, em algumas das palavras com que Eric Hobsbawm inicia a *Era das Revoluções*, algumas delas inventadas, outras ressignificadas na virada do século XVIII para o XIX, tais como: “indústria”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo”, “socialismo”, “aristocracia”, “ferrovia”, “liberal”, “conservador”, “nacionalidade”, “cientista”, “crise” (econômica), “ideologia”, percebemos a amplitude das novidades advindas com o novo século. E se pudéssemos, assim, traduzir o novo cenário emergente apenas em palavras soltas, acrescentaríamos também a “história”. Não por ter sido inventada durante esses anos, mas pela nova carga de significados e abrangências que passa a comportar.

Reinhart Koselleck trabalha na perspectiva da alteração de significados ligados à palavra “história” ao longo do tempo, concentrando sua análise nas mudanças lexicais e semânticas em língua alemã – onde o fenômeno se tornaria mais evidente - cuja alteração é sinalizada pela utilização do termo *Geschichte* em detrimento do *Historie*. O termo *Historie*, inicialmente empregado, significava, sobretudo “o relato, a narrativa de algo

acontecido, designando especialmente as ciências históricas”.⁵³ Utilizado no plural, essas histórias comportavam exemplos morais e remetia ao que Koselleck chama de o *topos* da história, a *historia magistra vitae*, ou “História como mestra da vida”, servindo como modelo para que as sociedades do presente não incorressem nos mesmos de outrora.⁵⁴

*“A história ensina”, e com esta nova afirmação estava claro aquilo a ela subjacente: a história do Papado, da Igreja, de uma batalha, enfim, a história de alguma coisa ou de alguém (portanto histórias) ensinava alguém o que acontecera.*⁵⁵

Em meados do século XVIII, portanto, o *topos* original é esvaziado e dentro das diversas alterações pelas quais passa o conceito, o termo *Geschichte* adentra como novo protagonista. Dotado de uma conotação singular, não dissocia mais sujeito e objeto, sendo a história seu próprio sujeito e objeto concomitantemente. Comporta a soma de todas as histórias possíveis, significando ao mesmo tempo “o relato, o pensamento, o falar sobre a história, enquanto campo empírico”. Adquiriu, assim, significado transcendental e absoluto “que se prolonga em direção ao futuro” e que é capaz de articular experiências individuais numa totalidade abstrata.⁵⁶ Ou seja, o conceito de história passou a significar não apenas o próprio acontecimento em si, mas também o seu relato.⁵⁷

*Enquanto o sentido do acontecimento [Ereignis] e da representação confluíam no termo Geschichte, preparava-se, no âmbito lingüístico, a revolução transcendental, que conduziu a filosofia da história própria do Idealismo. A compreensão da “Geschichte” como um conjunto de ações coincidentes remete a essa revolução. A fórmula de Droysen, segundo a qual a historia [geschichte] nada mais é senão o conhecimento de si própria, é o resultado desse desenvolvimento, a convergência desse duplo significado alterou por sua vez o significado de uma história como vitae magistra.*⁵⁸

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006. p. 48.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992. p. 142.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 142-143.

⁵⁷ KOSELLECK, op. cit, p. 48.

⁵⁸ *Idem*.

Na Alemanha, considerada como a grande propulsora da nova e profissionalizada historiografia⁵⁹, os historiadores B. G. Niebuhr (1776-1831) e Leopold Von Ranke (1795-1885) são exemplares desse momento. Embora Ranke não seja seu único expoente, como foi considerado anteriormente por intelectuais como Lord Acton, por exemplo, ele simboliza as grandes mudanças sofridas pelos estudos históricos durante o oitocentos, que podem ser percebidas em sua obra *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514* (1824) (História dos povos românicos e teutônicos), em que define os novos princípios da crítica documental que será a base para os novos estudos em história.

Apesar da teoria de Koselleck partir de um exemplo alemão, seria interessante evocar também o caso francês, pois de acordo com o autor teria sido com a própria Revolução Francesa que o conceito de *Geschichte*, da escola alemã, teria se tornado mais evidente.⁶⁰ Nesse sentido, François Hartog aborda o que teria sido uma Reforma Histórica desenvolvida pela “geração liberal de 1820” na França, que tendo como membros nomes como Guizot, Thierry e Barante⁶¹, propunham a reconquista de um passado nacional.⁶² Manoel L. Salgado Guimarães, por sua vez, evidencia a disputa entre dois modelos históricos distintos no cenário intelectual francês na primeira metade do XIX. O primeiro, encabeçado por Guizot - que implementa uma série de medidas preocupadas com a organização do conhecimento do passado na busca pelas raízes nacionais e na proposta de estabelecer uma única identidade definidora da nação francesa - previa a escrita de uma história nacional que teria seus ideais definidos na criação da Sociedade de História da França. O segundo, herdeiro de uma história filosófica com pretensões universalizantes

⁵⁹ BANN, Stephen. *Romanticism and Rise of History*, New York: Twayne Publishers, 1997. p. 18.

⁶⁰ KOSELLECK, op. cit, p. 52.

⁶¹ Com os acontecimentos políticos que assolam a França na década de 1830, os liberais se fortalecem e muitos historiadores aliados a essa vertente assumem cargos no poder público. Guizot torna-se ministro da Instrução Pública entre 1832 e 1837, Augustin Thier e Victor Cousin assumem como ministros e Prosper de Barante é embaixador nesse mesmo período. Ver: DOSSE, François. *História a Prova do Tempo: da História em Migalhas ao Resgate do Sentido*, São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 13.

⁶² HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*; tradução Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 98.

advindas do século anterior, tomara forma no Instituto Histórico de Paris, que possuía ligações próximas com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁶³

No entanto, é provável que esses dois modelos não se distanciassem totalmente, sendo que a construção da história nacional estava lado a lado com a concepção universalizante proposta pelos Institutos Históricos, uma vez que a própria escrita da história pátria era concebida por essas mesmas instituições. No caso brasileiro, a obra de Varnhagen, que elaborava uma história nacional, foi concebida no âmbito do Instituto Histórico Brasileiro, que seguiria a linha do Instituto Francês.

Em Portugal, com o fim do Antigo Regime surgira também a necessidade de “refundar” a Nação a partir dos novos ideais liberais. A busca pela nacionalidade e o retorno às origens foi refletido sobremaneira nos assuntos historiográficos: “... a crença de que, com a nova ordem, a *existência* de Portugal teria, finalmente, possibilidade de coincidir com sua *essência*, consubstanciada na “alma nacional” e revelada na cultura popular, nos monumentos, nos costumes, na memória, enfim, na história.”⁶⁴ Nesse sentido, como afirma Catroga, a retomada romântica das raízes nacionais teria sido um movimento mais amplo, ocorrido não apenas em países como França e Alemanha, mas também em Portugal, cujo objetivo último seria também “nacionalizar as consciências”.⁶⁵

As ressignificações do conceito de história das quais trata Koselleck, assim como a Reforma Histórica francesa abordada por Hartog, podem ser observadas concomitantemente ao desenvolvimento dos estudos históricos e da profissionalização do historiador em três culturas européias distintas: britânica, germânica e francesa, conforme argumenta Stephen Bann⁶⁶, mas que mantiveram certas características básicas da ideologia desenvolvida durante esses anos. Seguindo essa mesma linha, podemos observar também as transformações ocorridas em Brasil e Portugal, e as peculiaridades surgidas a despeito das concomitâncias do pensamento desenvolvidas nos demais países europeus. Importa-nos, portanto, considerar a relevância que o mesmo século teve no desenvolvimento dos estudos

⁶³ GUIMARÃES, Manoel L. S. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”, Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002. p191.

⁶⁴ CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”, in: TORRALBA; MENDES; CATROGA, *História da História em Portugal – Sécs. XIX – XX*, Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 46.

⁶⁵ CATROGA, op. cit., p. 48.

⁶⁶ BANN, op. cit., p. 17.

históricos em Portugal e no Brasil, quando o estudo da história passa a ser repensado e abordado sob novas técnicas e perspectivas.

Se considerarmos esse período como um momento de construções e ressignificações de preceitos mais do que de idéias postas e estabelecidas, percebemos o surgimento de diversos debates que levaram a variadas formas de se compreender o conceito de história, que se refletiram nas diferentes maneiras que os intelectuais encontraram para escrever suas obras. Como assinala José Honório Rodrigues, foi nesse século que se firmou o método de trabalho e investigação do historiador com base no exame crítico das fontes e da recolha minuciosa de documentos que teve início nos séculos anteriores.⁶⁷

Ao lado, portanto, desse movimento em busca de uma história científica e “verdadeira”, ascende também a escola do pensamento romântico, representada no campo historiográfico francês por Barante (1782-1866) e Jules Michelet (1798-1874), dentre outros. Enquanto se considerava que a preocupação de Ranke estaria em demonstrar o que realmente acontecera, para Barante o propósito da escrita da história não seria provar, e sim narrar, sugerindo a possibilidade do uso da “imaginação” no discurso histórico.⁶⁸

Stephen Bann cita ainda a escola inglesa, onde o pensamento romântico teria seguido um ritmo distinto das nações continentais invadidas pelas tropas francesas, principiando assim, antes mesmo da entrada do século XIX. Representada por escritores como T. Carlyle e T. B. Macaulay, que seguindo o mesmo caminho delineado por Edward Gibbon, concebiam a história como sendo essencialmente ligada a ideais políticos e não profissionalizada, desenvolvendo-se de maneira pessoal e independente, ainda desligada das universidades.⁶⁹

Essa divergência entre as correntes historiográficas que disputavam o mesmo cenário intelectual pode ser observada também em uma passagem de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), quando diz que:

⁶⁷ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, São Paulo, SP: Instituto Progresso Editorial, [1949?]. p. 52.

⁶⁸ BANN, op. cit., p. 20-21.

⁶⁹ BANN, op. cit., p. 18.

*A tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e completa for esta exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência do seu ofício, e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado. Visto por esse lado, o historiador se mostra receptivo e reproduzidor, jamais autônomo e criativo.*⁷⁰

Ou seja, entravam na pauta dos debates certos questionamentos acerca do fazer historiográfico, do sentido adotado pela história, assim como dos métodos e caminhos para abordá-la. O relato do historiador deveria buscar a fidelidade plena ao evento referido, deixando de lado a subjetivação e a criatividade. No entanto, o autor continua: “A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de parte invisível do fato”⁷¹. Dessa forma, percebe-se a relativização tanto do conceito de verdade quanto da forma de proceder em relação aos fatos a serem narrados, o que evidencia as definições e redefinições sofridas pelo conceito de história entre os finais do século XVIII e início do XIX.

Seguindo essa mesma linha, o objetivo desta dissertação é, a partir de uma leitura das obras de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen, questionar a visão recorrente do século XIX como o período da exclusiva cientifização e objetivação da História, contrariando a tese que considera que durante o oitocentos a história se emancipa da filosofia e da literatura, alterando assim o foco das preocupações do historiador. O intuito é demonstrar que embora houvesse tais propósitos, eles não eliminariam os recursos à literatura, à subjetividade e à imaginação histórica.

Para alcançar este objetivo, é importante estabelecer as percepções historiográficas de ambos os autores, sem adentrar - ainda - nos seus méritos literários. Para tanto, centrar-nos-emos na compreensão do meio intelectual e cultural em que os autores trabalharam, assim como na análise de alguns escritos que possibilitem perceber com quais pressupostos operavam na construção do conhecimento histórico. Ao se estudar tais premissas historiográficas, intenta-se reunir subsídios para compreender, posteriormente,

⁷⁰ HUMBOLDT, Wilhelm Von. “Sobre a tarefa do historiador (1821)”. *História pensada: teoria e método na historiografia européia do Século XIX* / organizador Estevão de Rezende Martins. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 82.

⁷¹ *Ibidem*, p. 83.

como a história aparece e se desenvolve nos seus textos literários. A partir do momento em que temos em mente o que era a história para esses autores, estaremos aptos a discutir as relações estabelecidas entre ela e a literatura. Dessa forma, propomos, a seguir, um panorama de como os estudos históricos se desenvolveram em Portugal e no Brasil, países que são palco dos historiadores eleitos para o estudo, a fim de compreender como as fronteiras fluidas da história que se estabelecia permitiram a escrita de obras literárias fronteiriças entre o romance e o histórico.

2.2. Os estudos históricos em Portugal

Ao contemplarmos o caminho seguido pelo estudo da história em Portugal, não podemos nos abster de olhar para trás e apreender um pouco de sua origem. Muito do que percebemos como característica da historiografia oitocentista advém dos desdobramentos da forma de pensar e das atitudes tomadas por intelectuais de séculos anteriores. Ou seja, a forma de conceber a história, a crítica documental, a valorização da fonte primária, o procedimento seguido pelos historiadores do XIX, a exemplo, sobretudo de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen como será abordado pertinentemente, apenas foram possíveis porque algum tempo antes outros intelectuais e homens de letras se dedicaram infinitamente ao estudo e à análise do que entendiam por história. E como esta não pode ser concebida como algo posto, mas que se constrói, desconstrói e se modifica com o passar das décadas, nada mais justo do que compreender um pouco do processo que levou nossos autores a elaborarem suas concepções teóricas e a produzirem suas obras.

Ligada sobremaneira ao meio religioso, os procedimentos de erudição e crítica documental tanto em Portugal quanto nos demais países europeus, remontam a meados do século XVII⁷². No entanto, apenas durante o século XVIII passam a adquirir a significação

⁷² Dentre as várias obras que se dedicaram ao estabelecimento da crítica documental, duas delas são consideradas fundamentais na elaboração dos caminhos a serem seguidos pelos estudiosos que se dedicassem ao trabalho com documentação. A *Acta sanctorum*, escrita em 1643 pelo jesuíta Jean Bolland, (1596-1665) é considerada como um marco do nascimento do novo espírito erudito desenvolvido com a paleografia, ao

moderna que será utilizada por Herculano e Varnhagen, tendo como um dos elementos mais importantes a ascensão do pensamento iluminista na Península Ibérica.

Não apenas em termos do pensamento filosófico e teórico, mas também na continuidade das instituições fundadas durante o período Iluminista e que continuaram atuando durante o século seguinte, passando obviamente por uma série de transformações e rupturas, o desenvolvimento intelectual culminou na forma como a história foi vista e concebida durante o XIX, quando a filosofia do Iluminismo já não estava mais na ordem do dia, sendo substituída por outras correntes de pensamento. Assim, dentre as diversas formas de se pensar a história que afloraram durante o oitocentos, importa-nos as correntes ligadas ao pensamento romântico, científico e historicista e seu desenvolvimento a partir do século anterior, para compreender posteriormente como tais preceitos aparecem ou não ligados aos trabalhos selecionados de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Durante o Iluminismo, o pensamento de autores como Voltaire (1694-1778) e Montesquieu (1689-1755) teria influenciado sobremaneira a forma como a história foi concebida e deu os primeiros passos para a cientifização desse conhecimento. Pragmática, a história estava atrelada à crítica racionalista, e datam desse período tanto a secularização quanto a noção de progresso relacionados à prática historiográfica.

Dessa forma, a convencionada racionalização do conhecimento, iniciada durante o Iluminismo, teria sido a mola propulsora para a vertente que pretendia conquistar para a História um lugar dentre as ciências. De acordo o filósofo Ernest Cassirer, ao abordar o que chamou de “A conquista do mundo histórico”, a filosofia da História desenvolvida paralelamente ao Iluminismo teria dado maior relevância à história antes mesmo da entrada do século XIX, considerado como crucial nos debates sobre esse tema. O

contestar a autenticidade de documentos merovíngios sobre a propriedade de mosteiros beneditinos. Algumas décadas à frente, a obra *De Re Diplomatica Libri Sex* (1681) escrita pelo francês Dom Jean Mabillon (1632-1701), monge beneditino da Congregação de St. Maur aparece como fundadora da ciência da diplomática dando subsídios para a identificação de documentos autênticos em detrimento daqueles que poderiam ter sido forjados ou manipulados. Na península Ibérica tal erudição crítica também se desenvolvia, existindo certa tradição em utilizar fontes diplomáticas e documentais para completar ou mesmo contestar dados retirados das crônicas na elaboração de sínteses mais amplas. Como exemplo temos: a *Historia general de España* (1601) escrita pelo Pe. Mariana; *Monarchia Lusitana* (1609) de Fr. Bernardo de Brito, que inclusive transcrevia documentos completos no interior de sua obra; Fr. António de Yepes na sua *Cronica general de la orden de San Benito*, de 1607 a 1618; *Monarchia Lusitana*, publicada em 1632 por Fr. António Brandão. Para mais informações consultar: MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, c1997.

mérito estaria na sistematização e racionalização do conhecimento histórico que levou à progressiva profissionalização e especialização da História como disciplina ⁷³. Em suas palavras:

*Com efeito, é ainda o século XVIII que, nesse domínio, formulou o problema propriamente filosófico, questionando as condições de possibilidade da história, tal como já questionara antes as condições de possibilidade da física. Trata-se apenas, evidentemente, de um primeiro esboço, mas ele esforça-se por estabelecer essas condições a fim de apreender o “sentido” do devir histórico, para adquirir uma idéia clara e distinta do que seja esse sentido, para fixar as relações ente “idéia” e “realidade”, ente “lei” e “fato”, e para traçar limites estáveis e seguros ente esses termos.*⁷⁴

Na mesma linha, J. Guinsburg também concede grande importância ao Século das Luzes, ao ressaltar a pertinência do Iluminismo em abandonar a visão de uma História teocêntrica e teológica judio-cristã que se mantivera desde a instauração do Cristianismo na Europa, submetendo “à crítica da Razão as peripécias da História Sagrada” ⁷⁵. Nesse processo de historicização, Manoel L. Salgado Guimarães remete ao pensamento de Reinhart Koselleck e ao nascimento do moderno conceito de História, advindo das intensas transformações sociais da segunda metade do século XVIII, ou seja, em contexto do pensamento Iluminista: “Nesse sentido, ao mesmo tempo que os eventos são agora compreendidos como parte de uma História, esta mesma História organiza as condições de ação do homem no mundo, visto como mundo histórico.”⁷⁶ Dessa forma, a filosofia da História desenvolvida no século XVIII teria transformado o passado em História, tornando-o passível de um conhecimento sistemático, primeiro passo importante para a história concebida como científica e disciplinar do XIX.⁷⁷

Em Portugal, por sua vez, como afirma José Murilo de Carvalho, o Iluminismo seguiu mais de perto a corrente italiana do que francesa, tornando-se mais “progressista,

⁷³ CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 267-269.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 267-268.

⁷⁵ GUINSBURG, J., *O romantismo*, São Paulo, SP : Perspectiva, 2005. p. 14.

⁷⁶ GUIMARÃES, Manoel L. S., “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. *Estudos sobre a escrita da história* / Organizador: Manoel Luiz Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 69.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 70.

reformista, nacionalista e humanista” do que propriamente revolucionário e anti-histórico como no caso francês, em suma, um iluminismo “essencialmente cristão e católico”⁷⁸, o que não significa que a vertente francesa não tenha sido de crucial relevância, no entanto, isso será importante para a compreensão das obras históricas que serão escritas nessa ocasião, voltadas a para os interesses eclesiásticos.

Nesse momento em que o advento iluminista influenciava fortemente os intelectuais e o modo de pensar a sociedade e as ciências, foi criada a Academia Real da História em 8 de dezembro de 1720, durante o reinado de D. João V. Seu objetivo era racionalizar e metodizar a história, primando pela elaboração de uma memória histórica portuguesa que suprisse a falta de bases científicas das obras anteriores.⁷⁹ São frutos desse período as grandes compilações de fontes e inventários levadas a cabo pela intensa valoração do documento e rigor cronológico, que são contudo criticadas por José Mattoso, ao afirmar que teriam sido feitas de forma não criteriosa, desordenada e sem objetivos claros.⁸⁰ Proposição que pode ser contestada ao se considerar que, provavelmente, as metas eram outras e os objetivos ao se realizar tais recolhas serviriam a fins distintos. Dessa forma, sabe-se que a criação da Academia acabou por impulsionar os estudos diplomáticos⁸¹, marcada pelos princípios dos trabalhos eruditos franceses e com grande influência de Mabillon.⁸²

Corroborando a proposição de José Murilo de Carvalho acerca de um Iluminismo cristianizado, a meta prioritária dessa instituição era a escrita da história eclesiástica dos reinos ligados a Portugal, ou seja, toda a recolha documental e o trabalho em historiografia promovido eram ainda pautados por um viés religioso. Em segundo plano

⁷⁸ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a Política Imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 67.

⁷⁹ *Dicionário de história de Portugal*. Co-autoria de Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1992, vol. IV. p. 92.

⁸⁰ MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, c1997. p. 106

⁸¹ A diplomática era considerada, na época da criação da Academia Real da História, como uma das mais importantes ciências auxiliares da História, que propunha a descrição e a explicação da forma da fonte escrita, na intenção de distinguir entre documentos verdadeiros e falsos. Como ciência organizada data do século XVII, mas desde o século XII podem ser encontrados indícios de trabalhos de crítica documental seguindo esse modelo. Em Portugal, durante o reinado de D. Dinis teriam sido utilizados métodos seguindo tais princípios de crítica para identificar documentos falsos relativos à Ordem dos Templários. Ver: “Diplomática”, in: *Dicionário de história de Portugal*. Co-autoria de Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1992, vol. II. p. 309-314.

⁸² *Ibidem*, p. 313.

estaria a história dos demais elementos ligados a esses reinos, assim como de suas conquistas. Nessa perspectiva foram elaborados trabalhos como: a *Coleção de Documentos e Memórias* (1721-1736), em que foram catalogados e dispostos em 15 volumes uma série de documentos acerca das instituições religiosas; *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. Antônio Caetano de Sousa, escrito entre 1735-1748; *Memórias sobre D. Sebastião* (1736-1751) de Diogo Barbosa Machado; *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (1732-1747) por D. Jerônimo Contador Argote.⁸³

Dente os historiadores que foram importantes para a configuração do panorama historiográfico português do século XVIII, podem ser citados nomes como Matias Aires (1705-1763), Frei Francisco de S. Luís Saraiva (1765-1845) e Antonio Caetano do Amaral (1747-1819). De acordo com Luís A. de Oliveira Ramos, esses historiadores refletiriam a necessidade de uma abordagem crítica da História, de acordo com os pressupostos das Luzes já então estabelecido tanto em Portugal quanto nos demais países europeus. A obra de Matias Aires, afirma ele: “Directamente, parece encaminhar o leitor rumo ao cepticismo radical, isto é, para um hipercriticismo histórico de tipo voltairiano, muito embora se trate de atitude de raiz e fisionomia híbrida, da medida em que tem, por igual, marcas da cultura seiscentista.”⁸⁴

Décadas depois, seguindo propósitos não tão distintos, a criação da Academia Real das Ciências⁸⁵ de Lisboa, em 1779, promovera consideráveis avanços nos estudos históricos de Portugal, assim como importantes medidas tomadas em prol do melhoramento e conservação do acervo da Torre do Tombo. Fruto das reformas pombalinas, que visaram também a Universidade de Coimbra a partir de 1772 e levaram a um grande avanço em relação aos estudos da legislação nacional e da história pátria, a Academia tinha como meta o desenvolvimento das ciências em Portugal, incentivando o estudo das instituições e da história portuguesa. Uma de suas principais medidas foi incentivar a busca por documentos pelo reino, assim como a publicação de obras inéditas de autores portugueses, com o intuito de tornar cada vez mais consistente o estabelecimento de uma História de Portugal baseada

⁸³ *Dicionário de historia de Portugal*. Co-autoria de Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1992, vol. I. p. 14.

⁸⁴ RAMOS, Luis A. de Oliveira. “Concepções sobre a História (Segunda metade do século XVIII), in: “Revista de História”, v. XII, Porto, 1993. p. 247.

⁸⁵ Ver: “Academias” in: *Dicionário de História de Portugal*, op. cit., p. 15.

em documentos legítimos. Dessa forma, em 1790, foi nomeada uma equipe de intelectuais encarregados de percorrer os arquivos do país em busca de documentação que remetesse à história pátria e à legislação. Dentre seus membros constavam: Santa Rosa Viterbo, Frei Joaquim de Santo Agostinho, Ferreira Godo e João Pedro Ribeiro.⁸⁶ Posteriormente Alexandre Herculano participará da Academia, sob cujos auspícios iniciará a publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*.

Como é possível perceber, nesse momento em que os procedimentos de erudição e crítica documental começavam a se fortalecer e a se definir, os trabalhos sobre a história de Portugal eram muito ligados às instituições nascentes durante este século, ou seja, a Academia Real da História (1720) e posteriormente a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) e atrelados sobremaneira ainda aos interesses eclesiásticos, características que se modificarão com a virada para o oitocentos, como será tratado a seguir.

Considerado por vezes como precursor dos trabalhos de Alexandre Herculano, o nome de João Pedro Ribeiro (1758-1839) é o que merece maior destaque nessa questão. Como fruto de seus conhecimentos sobre a documentação da história portuguesa, propõe à Academia uma série de estudos, a exemplo de um índice cronológico dos documentos existentes nos arquivos do reino e uma memória das Cortes portuguesas antigas. Em vista dessa experiência em pesquisa e do contato próximo com elementos da história de Portugal, tornou-se mais crítico e consciente ao observar o estado em que se encontrava historiografia nacional. Via, assim, a necessidade de se estabelecerem métodos e regras para apreender com maior rigor os fatos históricos.⁸⁷

*Na verdade, a história pátria era até ai, em grande parte, fabulosa e carecedora de conhecimentos. (...) “Os falsos Documentos, - diz Ribeiro – que no fim do século XVI e principio do século XVII, se fabricarão da Hespanha, e mesmo em Portugal, enredarão de tal maneira a nossa História, que dous Séculos, e o trabalho de tanto Sábios não tem bastado a reduzi-la a sua pureza. A ignorância augmentou o mal, produzindo-nos cópias inexactas, e cada passo defeituoso, principalmente nas datas.”*⁸⁸

⁸⁶ BARREIRA, Aníbal. “João Pedro Ribeiro – sua posição na historiografia nacional”, in Revista de História da Faculdade de Letras do Porto, 1979. p. 54.

⁸⁷ Ibidem, pp. 56-58.

⁸⁸ Ibidem, p. 58.

No ano de 1796 foi nomeado lente da recém-criada cadeira de Diplomática que funcionava junto à Universidade de Coimbra, atuando no intuito de formar pessoal especializado no trato e interpretação de documentos antigos. Em fevereiro de 1801, o curso foi transferido para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.⁸⁹ Curso que será freqüentado por nomes como Alexandre Herculano algumas décadas depois, sendo também relevante citar os intensos períodos de pesquisa de Varnhagen nos arquivos da Torre do Tombo.

A relevância da atuação de João Pedro Ribeiro está não apenas do trabalho de recolha de documentação, mas na abordagem desse material. Como afirma Aníbal Barreira, Ribeiro estabelece os princípios de uma história crítica, que se evidencia com a publicação de *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomatica portugueza* (1798): “apresenta-nos um relatório sobre o estado dos arquivos do reino e sobre a forma de proceder à sua defesa e conservação, disserta sobre aspectos técnicos no domínio da diplomática – uso da língua latina e portuguesa nos nossos documentos, sobre assinaturas, selos, datas, etc.”⁹⁰

Quando Alexandre Herculano começa a desenvolver seus trabalhos, percebemos uma importante alteração no status da história, ela não se apresenta ligada diretamente às instituições como as Academias do século anterior ou mesmo às universidades, visto ele mesmo não ter tido qualquer tipo de formação acadêmica, como ficou evidenciado no capítulo anterior. Embora mantivesse estreitas ligações com a Academia Real das Ciências, sendo encarregado, por exemplo, de recolher documentos para a escrita dos *Portugaliae Monumenta Histórica*, e mesmo tratando essas instituições sempre de forma muito respeitosa, seus trabalhos mais importantes não são vinculados a elas. A história que desenvolve, reconhecida inclusive pelo poder real, inicia com seus estudos pessoais enquanto trabalhava como bibliotecário inicialmente na Biblioteca Pública do Porto e mais tarde na Biblioteca Real da Ajuda, empregos que aceita para conseguir se sustentar, como ele mesmo afirma em 1848, em carta ao duque de Saldanha explicando porque aceitara do rei, o cargo de bibliotecário: “Acceitei da mão d'elle um cargo na sua

⁸⁹ *Dicionário de historia de Portugal*. Co-autoria de Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1992, vol. V. p. 341.

⁹⁰ BARREIRA, op. cit., p. 58.

casa, que espontaneamente me conferiu. Aceitei-o porque sou pobre; porque preciso de ganhar o pão com o meu trabalho.”⁹¹ E mais importante, a publicação de seus escritos inicia também desligada do meio institucionalizado, sendo publicados na forma de artigos de periódicos que foram importantes para a divulgação de um conteúdo intelectual antes demasiadamente restrito aos círculos eruditos ligados as Academias e ao clero. O desligamento da história dos interesses religiosos é característica que ganha destaque com Herculano, visto que grande parte de seus predecessores, incluindo João Pedro Ribeiro, eram ligados à Igreja, o que levava, querendo ou não, a uma escrita da história influenciada por tais interesses. Tanto que, embora Herculano seguisse a fé católica, uma das maiores querelas em que se vê envolvido é justamente com o clero, que não concordava com o novo viés secular apresentado pelo historiador, que desmistificava acontecimentos importantes da história portuguesa contada a partir de acontecimentos fantásticos definidos por intervenção divina.

2.3. Varnhagen e a constituição da História no Brasil

Após compreender os caminhos que levaram à constituição dos estudos históricos em Portugal, e como Herculano opera na continuação de uma tradição histórica que ele transforma, pois o modo de conceber a história nesse momento já é diferente, convém atentar para o contexto brasileiro no momento em que Varnhagen realiza seus estudos sobre a história. Embora a formação intelectual de Varnhagen tenha se dado em Portugal, o Brasil não foi esquecido por ele. Na época de sua vinda à terra natal em busca da cidadania brasileira, torna-se correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e encarregado de coletar documentação referente à história do Brasil em arquivos europeus. Essa relação de Varnhagen com o IHGB fará a ponte entre o historiador e a historiografia que se desenvolvia no Brasil, pois na época da publicação de suas obras

⁹¹ HERCULANO, A. *Cartas*, 3ª ed., Lisboa, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Bertrand, Livraria Francisco Alves, s.d., p. 7.

sobre a história brasileira, possui já um contato com os trabalhos desenvolvidos no país, assim como com os intelectuais que se preocupavam com o estabelecimento dos princípios a serem seguidos para a elaboração da história nacional brasileira.

O intercâmbio das relações intelectuais entre Brasil e Portugal pode ser observado em diversos momentos dos séculos anteriores, mas especialmente durante o setecentos, muitos jovens brasileiros passam a freqüentar as universidades européias. Com as reformas pombalinas, a Universidade de Coimbra torna-se um dos centros difusores mais significativos do pensamento das Luzes, e até o período da Independência era onde se concentrava a formação dos estudantes brasileiros, embora Maria Odila Leite da Silva destaque também as universidades de Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo⁹², sem falar em outras instituições portuguesas também importantes, como a Real Academia da Marinha e o Colégio dos Nobres.

Influenciados pelo pensamento de Voltaire e dos enciclopedistas franceses, os estudantes voltavam seus interesses para o estudo das ciências, e traziam consigo essa nova mentalidade que aos poucos se integrava no meio brasileiro. Dessa forma, juntamente com o interesse pelas ciências físicas e naturais, tomavam contato também com a história que lutava por conquistar seu lugar entre elas. Assim, o pensamento historiográfico que começa a se desenvolver durante esse período vem impregnado da vertente crítica e de valorização documental que predominava tanto em Portugal quanto na Inglaterra, França e Alemanha. No entanto, a historiografia brasileira nascente adquire características muito peculiares, sobretudo no que se refere à idéia da criação de um passado nacional que desse ao país a legitimidade para se afirmar como nação independente e separada do reino português.

O grande marco inicial do século XIX brasileiro, convencionado pela historiografia, foi a vinda da família real portuguesa para o Brasil no ano de 1808, e a instalação da corte na cidade do Rio de Janeiro, que levou o país à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Embora considerada já uma corte decadente, a instalação de D. João e sua corte nas terras brasileiras trouxe grandes transformações no plano político e cultural. As atividades políticas inicialmente delegadas aos portugueses da corte, logo passam a ser influenciadas por membros da elite brasileira que vão adquirindo cada vez

⁹² DIAS, Maria Odila. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*, SP: Alameda, 2005. p. 30.

maior importância. Também foram criadas novas instituições como a Imprensa Régia (1808), que possibilitou a produção de jornais e periódicos produzidos agora em terras brasileiras, a Biblioteca Real (1810), o Jardim Botânico (1811) e o Museu Real (1818), sem falar na vinda da Missão Artística Francesa em 1816 e da fundação da Academia Real de Belas Artes, que criaram um ambiente propício para o desenvolvimento cultural e intelectual que antes apenas poderia ser freqüentado por brasileiros que se deslocassem até a Europa.

Já no início do século XIX surgem obras dedicadas à escrita da história do Brasil, mas advindas de autores estrangeiros, como é o caso das obras inglesas: *History of Brazil*, editada entre 1810 e 1819 por Robert Southey, e da *História do Brasil* de John Armitage, publicada em 1836 na Inglaterra e traduzida para o português no ano seguinte. Mas não se tratam ainda de produções escritas e pensadas no contexto nacional.

Proclamada a Independência, revelava-se, de acordo com Nilo Odália, o grande vazio ideológico em que se desenvolvera o processo de emancipação, tornando necessário o preenchimento desse espaço “por meio de uma ação deliberada e racional, orientada no sentido de construir o que não havia”.⁹³ Teriam sido lançados, então, projetos em busca da formação de uma nacionalidade ainda não existente. Nas palavras de Manoel L. Salgado Guimarães: “É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil seguindo postulados próprios de uma história comprometida com o desenvolvimento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB”.⁹⁴

Dessa forma, o grande impulso para o desenvolvimento da historiografia nacional se dará durante o período regencial, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, a partir da proposta do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos feita durante as sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.⁹⁵ A produção historiográfica no Brasil se estabeleceria, portanto, nos moldes das academias de ilustrados, muito em voga na Europa nos fins do século XVII e XVIII - compostas por membros escolhidos e eleitos a partir de certas

⁹³ ODÁLIA, Nilo. As formas do mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: UNESP, 2001. p. 25-28.

⁹⁴ GUIMARÃES, op. cit., p. 6.

⁹⁵ *Resenha Histórica (1838-1988)*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1988.

relações sociais e pessoais e de acesso demasiadamente restrito. Dessa forma, como afirma Manoel L. Salgado Guimarães: “O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil permanecerá até um período bastante avançado do século XIX vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”.⁹⁶

A grande preocupação do IHGB era estabelecer os moldes para a criação de uma história nacional, assim como dos “procedimentos adequados, capazes de assegurar a verdade do narrado segundo os protocolos em construção e que começam a vigir para esse tipo de escrita peculiar”.⁹⁷

*Mais do que simplesmente narrar os fatos passados localizando-os temporalmente, seria preciso a intervenção do historiador/autor, fornecendo ao leitor um eixo de leitura, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora a um trabalho de seleção e enredamento específicos. Reconstruir o passado que se deseja narrar, essa a tarefa dessa primeira geração de escritores e literatos que igualmente vão se construindo, através da escrita que propõem, como os primeiros historiadores do Brasil.*⁹⁸

Era, portanto, um período em que a reconstrução do passado ainda se definia, não apresentando uma forma “única e acabada” de discurso, mas inúmeras tensões e possibilidades. De acordo com Temístocles Cezar, da mesma forma como a nação estava ainda sendo construída, também a “história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador”.⁹⁹

Tanto Manoel L. Salgado Guimarães como Temístocles Cezar analisam o processo de estabelecimento de um projeto historiográfico para o Brasil a partir do que Guimarães chama de “textos de fundação”, ou seja, textos apresentados durante as reuniões do IHGB que discutiam sobre os procedimentos adequados para a elaboração de uma forma peculiar para a escrita da história, ou seja, como se pensar a escrita da história nacional no

⁹⁶ GUIMARÃES, op. cit., p 5.

⁹⁷ GUIMARÃES. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”, in: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* / organização de José Murilo de Carvalho – Rio de Janeiro: Brasileira, 2007. p. 99.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 101.

⁹⁹ CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da História, Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX”, *Diálogos*, DHI/UEM, v.8, n.1, 2004. p. 12.

Brasil oitocentista¹⁰⁰, criando normas e regras para guiar o ofício do historiador. O discurso de Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) é abordado por ambos os historiadores, pois apresenta um novo projeto de historiografia e estabelece normas a serem seguidas no IHGB no que compete aos trabalhos históricos.¹⁰¹

Para Januário da Cunha Barbosa, seguindo as sugestões de Prosper de Barante, a narrativa histórica deve ser capaz de restituir os eventos a seus cenários originais, conferindo novamente vida àquilo que pela passagem inexorável do tempo fora condenado à morte. Nesse sentido, a narrativa histórica nacional idealizada por esse fundador do IHGB, compartilha os princípios norteadores de uma cultura histórica oitocentista, voltada para a luta contra a morte, representada pelo esquecimento, num esforço, semelhante ao do taxidermista moderno, preocupado em restituir a aparência de vida a seus animais empalhados.¹⁰²

Nessa mesma linha temos também os discursos de homens como Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) e Raimundo José da Cunha Matos (1776 – 1839) que, da mesma forma de Januário da Cunha Barbosa, lançam as bases para uma crítica documental erudita, além do levantamento dos arquivos espalhados pelo território do Império e posteriormente europeu. O mais importante nesse momento era o intenso debate em torno dos procedimentos a serem seguidos e das formas mais adequadas de elaborar a escrita da história, pois não existiam ainda regras postas a serem seguidas. É a partir dessas discussões que de acordo com Guimarães serão estabelecidas as normas que regerão o trabalho do historiador, baseadas, sobretudo, na utilização de documentos para a construção de um discurso legitimador: “Compartilham ainda a concepção da história como mestra, mesmo que esse *topos* esteja sendo revisto pela escrita oitocentista, apoiando-se na defesa do que denominam uma história filosófica.”¹⁰³

A partir desses princípios, os membros do IHGB reconheciam a existência de trabalhos anteriores dedicados à escrita da história do Brasil, mas propunham que fossem revistos e corrigidos, num processo que Temístocles Cezar denomina de *purificação*, ou

¹⁰⁰ GUIMARÃES, op. cit., p. 99.

¹⁰¹ CEZAR, op. cit., p. 13.

¹⁰² GUIMARÃES, op. cit., p. 107.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 118.

seja, a remodelação da produção historiográfica antecedente visando nacionalizar toda a cadeia cognitiva que se debruçava sobre a história brasileira desde o período colonial.¹⁰⁴ A grande importância da criação do IHGB, portanto, está na institucionalização da escrita da história voltada para a construção de um passado nacional. Quando Varnhagen publica sua *História Geral do Brasil* (1854), toda essa discussão sobre os parâmetros da escrita histórica já toma conta dos membros do instituto, e sua obra é prontamente reconhecida e aceita.

2.4. A concepção de História em Herculano e Varnhagen

Ao considerar a grande importância assumida pelos escritos historiográficos nos debates intelectuais oitocentistas, voltados para a sistematização dos conhecimentos históricos e ao trato específico e valorização das fontes primárias, aliados ainda à escrita das histórias nacionais, Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen elaboraram obras dedicadas ao estudo do passado de seus países de origem. Dentre os principais escritos temos: *História Geral do Brazil*, composta de dois volumes publicados respectivamente em 1854 e 1857, e que se dedica à construção de uma história do Brasil, como o título já deixa claro, iniciando com as teorias de Raymundo Lull e os projetos de circunavegação da África e da Europa, até a chegada das embarcações ao território americano e posteriormente brasileiro, ou seja, finais do século XV e início do XVI, finalizando com a declaração de Independência em 1822 e a criação do Império do Brasil; a *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* datada de 1871 e *A questão da capital: marítima ou no interior?* de 1877, todas de Varnhagen. Sendo que de Herculano encontramos: as *Cartas sobre a História de Portugal* escritas à Revista Universal Lisbonense entre 1842 e 1843, tratando de uma gama de temas caros à constituição da história de seu país, sobretudo dos primórdios da formação da nação portuguesa. Compõem um total de cinco cartas, com os títulos: “Sobre a História de

¹⁰⁴ CEZAR, op. cit., p. 14.

Portugal” (Cartas 1 e 2); “Separação de Portugal do Reino de Leão”; “Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História”; “Ciclos ou grandes divisões históricas” e que posteriormente foram reunidas no Tomo V – “Controvérsias e Estudos Históricos”, dos *Opúsculos*. Nessas cartas o autor delinea tanto a forma como concebia a história, críticas aos trabalhos de estudiosos anteriores, como a maneira de interrogar os documentos e discussões acerca de fatos e eventos tidos *a priori* como certos e incontestáveis. Dessa forma, também temas como Nação e memória constituem pontos cruciais de sua abordagem. Os quatro volumes de *História de Portugal* datados respectivamente de 1846, 1847, 1849 e 1853, cujo recorte temporal se restringe aos séculos XII e XIII, abordando desde as origens da monarquia portuguesa até o fim do reinado de D. Afonso III. E os dois volumes correspondentes à *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, de 1854 e 1855. Além de uma série de outros escritos publicados inicialmente em periódicos e depois reunidos na edição dos *Opúsculos* e da organização do *Portugaliae Monumenta Histórica*, com documentos relativos à história de Portugal recolhidos nos principais arquivos do país.

Retomando as características da historiografia européia oitocentista delineadas anteriormente, exemplificadas por autores como os alemães B. G. Niebuhr (1776-1831) e Leopold Von Ranke (1795-1885) e a “geração liberal de 20” na França, que contava com membros como François Guizot (1787-1874), Augustin Thierry (1795-1856) e Barante (1782-1866) ¹⁰⁵, considerando também o caminho seguido pelos estudos históricos em Portugal e no Brasil, assim como a diversidade de concepções e formas de se desenvolver a história que despontavam durante o século XIX, Alexandre Herculano e Varnhagen fizeram suas opções teóricas e metodológicas ao elaborar seus trabalhos.

Um primeiro e importante elemento que merece ser destacado refere-se ao apurado trabalho de crítica documental contido nesses textos. Na *História Geral do Brasil*, Varnhagen remete constantemente aos documentos utilizados descrevendo muitas vezes na íntegra diversas passagens, como acontece com a carta de Pero Vaz de Caminha:

¹⁰⁵ HARTOG, op. cit., p. 98.

*Dispensa-nos dessa tarefa o minucioso chronista deste descobrimento, o ingênuo Pero Vaz de Caminha, cuja narrativa epistolar dirigida ao próprio rei, destas plagas virgens em tudo, tanto nos encanta. Não podemos porém deixar de transcrever aqui a sua narração do modo como o capitão mór tratou dois indivíduos da terra trazidos a bordo, como os mandou sentar no chão em uma alcatifa, á maneira dos orientaes, e como finalmente os agasalhou, até que no dia seguinte os devolveu á terra ricos de insignificantes presentes. Eis as expressões de Caminha...*¹⁰⁶

Não deixando ainda de remeter ao original em nota, que nesse caso diz localizar-se na Torre do Tombo em Lisboa, com a especificação do local do arquivo e característica do documento: “escrito em sete folhas de papel florete”.¹⁰⁷ Da mesma forma procede Herculano, que indica categoricamente todas as fontes das quais retira suas informações, comentando inclusive da falta de documentos sobre certos períodos da história portuguesa:

*A escaceza de memorias e documentos divulgados sobre a historia de nosso paiz na ultima decada do seculo XI apenas consente uma luz frouxa e duvidosa, que mal deixa descobrir o fio que prende os successos daquella epocha. O que parece resultar da comparação attenta dos diversos monumentos que nos restam, é que Henrique começou a governar o territorio portugalense ainda, talvez, nos fins de 1094, ou principios de 1095...*¹⁰⁸

Essa crescente importância dada aos documentos caminha ao lado de questões referentes à busca por uma “verdade” histórica, à crítica dos documentos utilizados como base para a construção das narrativas e à imparcialidade do historiador, noções que remetem à busca de um universo de conhecimento científico, que ganhava importância no meio intelectual oitocentista. Podemos ver essas preocupações expostas nos seguintes trechos da *História Geral do Brasil* e na *História de Portugal*, respectivamente:

A historia que empreendemos escrever, bem que envolva algumas noções, fundadas em factos, interessantes á anthropologia, e algum

¹⁰⁶ VARNHAGEN, op. cit., p. 14

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*, Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d., 8ª Ed., Tomo II. p. 17.

conselho para os que venham a ter a alta missão de governar ou de organizar estados novos, é mais de aturados trabalhos e de adversidades que de brilhantes glórias. Não comprehende ella discórdias entre príncipes, nem tremendas vinganças, nem horríveis crimes, próprios ao paladar de grande número de leitores, que, no saborear taes alimentos do espirito, sem piedade se esquecem das victimas á custa de cujo sangue elles se condimentaram. Assim pare de ler quem nas historias dos povos só busca o deleite, ou as emoções, digamos assim, dramáticas. Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade.

Pela nossa parte em attingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, puzemos todo o desvelo: convencidos de que ella, e só ella, pode offerecer harmonia eterna entre os factos; ao passo que a falsidade, mais dia, menos dia, é punida pela contradição que o tempo não tarda a manifestar.—Assim fosse possível ao historiador possuir, quando escreve, a messe de esclarecimentos que só pouco a pouco vai colhendo a investigação de muitos, e que nos faz quasi invejar a melhor situação, em que, para julgar alguns successos, poderão encontrar-se os litteratos dos séculos que hão de vir...¹⁰⁹

Averiguar qual foi a existencia das gerações que passaram, eis o mister da história. O seu fim é a verdade. Onde o auctor errou involuntariamente é condemnavel o livro; onde pretendeu illudir os que o lêem, a condemnação deve cair sobre o livro e conjuntamente sobre o auctor. Nenhunas considerações humanas podem alterar esta regra, e por isso, longe de pedir indulgencia, pedirei aos homens competentes a severidade para com este escripto. É o interesse da sciencia que o exige. Nas doutrinas de opinião talvez sejam licitas as concessões: nas matérias de factos seriam absurdas. A verdade histórica é uma. Os que não sabem abstrahir do amor proprio, para só porem a mira no progresso da sciencia, mentem se dizem que a amam. Aman-se a si; mas amam-se como insensatos.¹¹⁰

Uma análise proposta a partir de tais elementos, aliada à perspectiva de Koselleck¹¹¹ que aponta a importância que o recurso da verdade passa a ter na constituição do moderno conceito de história que surge em meados do século XVIII, pode aproximar esses historiadores de uma concepção científica e objetiva do conhecimento do passado. Como ressaltaram alguns historiadores, a exemplo de Francisco da Gama Caeiro (1977), as bases científicas do pensamento de Herculano seriam frutos de uma forte ligação com a

¹⁰⁹ VARNHAGEN, op. cit., p. 11.

¹¹⁰ HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*, Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d., 8ª Ed., Tomo I. p. 19.

¹¹¹ KOSELLECK, op. cit., p. 51.

Escola Histórica alemã da primeira metade do XIX, que teria lhe fornecido as idéias, métodos e bases científicas para seu trabalho,¹¹² relação já apontada também por Albin Eduard Beau em *Considerações sobre Alexandre Herculano e a Historiografia Alemã* (1937). Da mesma forma, temos a concepção de Barradas de Carvalho (1971) que apresenta o pensamento de Herculano de forma dicotômica, afirmando que este buscara o método na escola alemã e a teoria na escola francesa, a partir, sobretudo, das obras de Guizot e Thierry, motivo pelo qual foi muito criticado por Fernando Catroga¹¹³, que ressalta acertadamente o exagero de se afirmar que Herculano teria herdado especificamente da Alemanha os princípios da análise documental e da coleta de informações, como se essas preocupações metodológicas fossem monopólio de tal historiografia.

Como também é salientado por Temístocles Cezar, ao analisar o caso de Varnhagen, mais do que a ligação a uma corrente historiográfica específica, o historiador “compartilharia uma série de noções iguais e difusas da moderna historiografia oitocentista que surge um pouco por todos os lugares à revelia da identificação com uma corrente teórica determinada.”¹¹⁴ Ou seja, os preceitos relativos à valorização do documento original, à objetividade da narrativa e à imparcialidade do historiador não seriam características exclusivas de uma ou outra concepção histórica, mas preceitos partilhados por varias delas.

Isso posto, propomos considerar que embora aceitemos que tanto Herculano quanto Varnhagen possam ter tido contato com tais correntes de pensamento européias, os trabalhos que desenvolveram adquiriram traços muito peculiares, não se constituindo como cópia de uma teoria estrangeira, nem em elaborações feitas exclusivamente sob a luz de uma ou outra escola. O que significa que os trabalhos portugueses e brasileiros teriam tanta importância quanto os alemães ou franceses, e que embora em contato com tais correntes,

¹¹² CAEIRO, Francisco da Gama. “Herculano – homem romântico ou liberal?”, in: *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo – Ciclo de conferências*, Lisboa: 1977. p. 17.

¹¹³ CATROGA, op. cit., p. 63.

¹¹⁴ CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”, Rio de Janeiro: Revista *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez 2007. p. 161.

desenvolveram suas metodologias de acordo com os interesses e características de cada sociedade.

Ao lado dos princípios que levaram à escrita do que tratamos como história científica, estava a necessidade eminente da concepção ou reelaboração de um discurso sobre o passado tanto de Portugal quanto do Brasil. Vivenciando momentos distintos em seus aspectos político, econômico e cultural – o primeiro em meio ao retorno do Imperador ao seu território de origem, às disputas pelo poder e as revoluções liberais que assolavam o território e colocavam o país em cheque, levando intelectuais a saírem em busca da identidade perdida do povo português, desenvolvendo o sentimento de pertencimento a uma nação cujas origens buscavam na Idade Média; e o segundo, encontrando-se liberto do domínio lusitano, empenhava-se em se afirmar como nação independente, não mais sob o jugo de Portugal, mas como portadora de uma história própria e particularizada, preocupada com a criação da identidade do povo brasileiro e os princípios de sua história, que teria início com o descobrimento.

Ao tecer a origem de suas respectivas nações, alocam-nas em momentos muito peculiares de suas trajetórias. A história portuguesa começa com o nascimento do povo português, ou seja, todo o pensamento histórico de Herculano e a forma como busca e interroga suas fontes são baseados no desejo de construir o passado nacional e apreender as origens de sua Nação. Para isso retorna aos primórdios da ocupação da Península Ibérica pelo império Visigodo, sua queda devido ao poderio e força dos árabes que invadiam o território, a reação cristã e a separação de Portugal da monarquia de Leão.¹¹⁵ Varnhagen, por sua vez, a fim de legitimar a identidade brasileira que era então idealizada nos decorridos anos do século XIX, retorna ao que considera como o nascimento de sua Nação com a chegada dos portugueses ao Brasil, ou seja, narra os acontecimentos que levaram a esquadra lusitana capitaneada por Pedro Álvares Cabral a aportar na desconhecida terra.

Dessa forma, o interesse dos autores pela escrita de uma história nacional pode ser observado a partir de duas perspectivas distintas. Primeiramente, por estarem ligados

¹¹⁵ O início dos romances *Eurico, o Presbítero* e *O Monge de Cister* de Herculano, narram justamente esse momento da história peninsular. Também nas narrativas mais curtas, há personagens e eventos relacionados ao contexto árabe.

direta ou indiretamente ao poder imperial, a escrita nacional a que se dedicam passa a ser inerente a seus trabalhos, ponto que não invalidaria a objetividade e imparcialidade, visto que conceberiam a história da nação como uma forma de por em prática tais preceitos e não entrar em um embate direto com o poder do Imperador, que muitas vezes financiava suas pesquisas, assim como a elaboração e edição das obras. Nesse sentido temos o posicionamento de Herculano ao escrever a “Advertência” à *História de Portugal*, quando considera que o historiador deve ser imparcial mesmo ao escrever a história de sua terra natal, sendo o patriotismo um péssimo conselheiro:

*Tenho fé que não me cegou malevolencia para com estranhos, nem parcialidade pela terra natal. Para o homem sacrificar a longas e aridas investigações, freqüentes vezes sem resultado, todas as faculdades do espírito, quasi todas as horas da vida, com o intuito de dar ao seu paiz uma historia, senão boa, ao menos sincera, é necessario, creio eu, algum amor da patria. Cifrei-o nisso tão sómente. Convertendo em realidade o meu pensamento, procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me tê-lo alcançado. O patriotismo póde inspirar a poesia; póde aviventar o estylo; mas é o péssimo conselheiro do historiador...*¹¹⁶

Por outro lado, como percebemos nas *Cartas Sobre a História de Portugal*, não se abstém de comentários enaltecendo sobre o povo português e seu passado medieval, período que considera como o auge da civilização portuguesa:

*... nação composta de um punhado de homens, mas homes como nunca a terra vira; homens cujo braço era de ferro, cujo coração era de fogo, que achavam seu remanso nos braços das procellas, seu folgar nas batalhas de um contra cem, e que, na morte buscavam para sudário em que se involvessem ou as enxarcarias e velas das naus voadas e mettidas a pique, ou os pannos rottos de muros de castellos e fortalezas derrocadas; homens que sogigaram os mares e fizeram emudecer a terra; homens emfim, que saldaram completamente com o islamismo e com a Asia a avultadissima divida de desar e affronta, que a Cruz e a Europa lhes deviam desde os tempos em que as desventuras e revezes das Cruzadas se completaram pela perda fatal de Constantinopla.*¹¹⁷

¹¹⁶ HERCULANO, op. cit., p. 20.

¹¹⁷ HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”. *Opúsculos*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1886. Tomo V.

O interesse por uma história nacional aparece também na obra de Varnhagen, quando cita, por exemplo, no “Prefácio” à *História Geral do Brasil*: “Assim a integridade do Brasil, já representada magestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional”¹¹⁸, e mais adiante complementa: “uma conscienciosa historia geral da civilização de nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independencia chegaram a possuir, ou não possuem ainda...”¹¹⁹.

Essa perspectiva nacionalista que irá constar na obra dos dois historiadores abre outra possibilidade de interpretação, ligada dessa vez aos pressupostos românticos. Com a derrota do absolutismo miguelista em 1834, a nova ordem liberal política e econômica ascende juntamente com a necessidade da legitimação de seu poder, considerada a partir de uma valorização romântica do passado, com o objetivo de estabelecer um “consenso nacional”.¹²⁰ Ou seja, no momento em que Portugal era considerado um país decadente, ainda tinha seu passado glorioso para legitimar a grandiosidade da nação.

*Para as elites intelectuais românticas, era verdade aceite que só a razão histórica, e não tanto a razão abstracta do iluminismo, poderia servir de fundamento à compreensão da essência e da vocação de uma Nação a renascer; o que obrigava a que a procura objetiva da verdade fosse comandada pela responsabilização ética e cívica da pratica historiográfica.*¹²¹

De acordo com J. Guinsburg¹²², ao tratar do romantismo em escala européia, o movimento traria consigo a relevância da “consciência histórica”, propondo pensar a sociedade historicamente. Pressuposto que estaria de acordo com Michael Löwy e Robert Sayre, para os quais a nostalgia romântica orientaria o olhar para a busca de um passado mais ou menos longínquo (invariavelmente localizado na Idade Média), em que o estado

¹¹⁸ VARNHAGEN, Francisco A., *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: em casa de E. e H. Laemmert, 1857, Tomo Segundo. p. VI.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ CATROGA, op. cit., p. 47.

¹²¹ Ibidem.

¹²² GUINSBURG, op. cit., p. 14.

ideal da sociedade pudesse ser reencontrado¹²³, ponto que justificaria o interesse dos autores nas origens de seus países, considerando no caso de Varnhagen o grande valor dado ao período dos descobrimentos e início da colonização do Brasil, que assumiria o lugar idealizado da Idade Média européia.

O recurso ao medievalismo, muito presente, sobretudo, no trabalho de Herculano, também é ressaltado por Francisco da Gama Caeiro, ao afirmar que “esse regresso de interesse devia-se antes a uma nova e conseqüente filosofia da História, que correspondia à expressão teórica dada aos apelos da época, de natureza ideológica e política, de feição católica e nacionalista.”¹²⁴ Nesse sentido, o romantismo poderia estar ligado às correntes historicistas citadas anteriormente.

Com base nessa volatilidade de concepções historiográficas, propomos a abordagem dos trabalhos de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen como inseridos nessas discussões, mas sem pretender projetar o desenvolvimento dessas teorias de forma direta e determinante no pensamento de ambos os historiadores. Como já assinalado, procuramos compreendê-los dentro de um universo teórico múltiplo que se construía, apreendendo seus posicionamentos e a forma como participaram do desenvolvimento dos estudos históricos em seus países. Dessa forma, nos documentos selecionados para a análise vemos como a idéia de uma história científica e a busca por um “conhecimento verdadeiro” podem ter sido esboçadas em seus textos, sendo que ao mesmo tempo operariam com pressupostos ligados ao romantismo, sobretudo no que se refere ao interesse pelas origens e nacionalidades de seus países, sendo que o estudo concomitante dos dois historiadores selecionados permitiriam ainda perceber a amplitude de tal fenômeno e se foi compreendido da mesma forma por intelectuais responsáveis pela escrita da história de duas nações distintas.

¹²³ LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*, Imprensa Petrópolis: Vozes, 1995. p. 40-42.

¹²⁴ CAEIRO, op. cit., p. 17.

2. 5. A Escola Romântica

A ausência de uma definição única das bases teóricas sobre as quais se desenvolviam os estudos históricos permitiu o surgimento de uma historiografia romântica pareando, e em certos sentidos complementando, os ideais perseguidos pela vertente científica. Para além da admiração pela Idade Média, e do estabelecimento dos conceitos de nação e nacionalismo, a escola romântica se caracterizou por um tipo peculiar de construção da narrativa histórica. De acordo com Hayden White, não intrinsecamente ligada a uma escrita objetiva, a historiografia romântica faria uso do modo metafórico para a caracterização do campo histórico, “e o *mythos* da estória romanesca para representar-lhes os processos.”¹²⁵ Essa escrita permitiria apresentar ao leitor o passado de forma artística, tendo sido este já estudado a partir dos parâmetros científicos de investigação documental.

Dentre os historiadores considerados exemplares do romantismo, o francês Jules Michelet¹²⁶ (1798-1874) representa a tentativa de conciliar a tensão existente na historiografia oitocentista entre o veio poético e a objetividade científica¹²⁷, ou seja, para ele, “uma sensibilidade poética, criticamente autoconsciente, proporcionava acesso a uma apreensão especificamente realista do mundo,”¹²⁸ sua proposta estaria na utilização do modo metafórico para alcançar e reviver o passado em sua totalidade.

Antes de Michelet, no entanto, Barante já fazia uso da metáfora inserindo também o uso da imaginação para conceitualizar a relação com a história “*as if it were a dramatic representation: we also imagine what we cannot see as if it were a “picture”*”¹²⁹

¹²⁵ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, São Paulo: USP, 1995. p.155.

¹²⁶ A classificação de um autor como sendo ou não romântico, necessárias por vezes como um recurso esquemático para guiar determinadas análises, é um ponto invariavelmente controverso. Nesse caso, Edmund Wilson questiona tal classificação quando aplicada à Michelet: “Há quem chame Michelet de romântico; e de fato, sua história tem muita movimentação, muito de pitoresco, bem como, nas partes iniciais, trechos de retórica verborrágica. Porém não há dúvidas de que a atitude fundamental de Michelet é, conforme ele próprio insiste, realista e não romântica.” WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 16.

¹²⁷ LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p.125.

¹²⁸ WHITE, op. cit., p. 160.

¹²⁹ “... como se ela fosse uma representação dramática: também imaginamos que não podemos vê-la como vemos um quadro.” [tradução da autora] In: BANN, op. cit., p. 21.

Para ele, como resultado da tendência dos historiadores seus contemporâneos em anunciar demasiadamente sua relação com as pesquisas, muitos acabaram por se perder em reflexões políticas e morais, negligenciando, enfim a imaginação, os heróis fictícios do drama, da épica ou da novela, tornaram-se frequentemente mais vivos aos olhos dos leitores do que os personagens reais da história.¹³⁰ Defende assim uma nova forma de narrativa, exposta em sua obra *Ducs de Bourgogne* (1824-1826).

Para Stephen Bann, Barante e Michelet estavam dispostos a aceitar que o historiador deveria apelar para a imaginação do leitor, mas não abandonaram a visão de que sua prática seria, de modo essencial, distintiva e inimitável. Isso não significa necessariamente dissolver a especificidade da operação histórica, mas implica inevitavelmente em suspender a operação universal da dicotomia ente verdade e ficção. Essa dicotomia, de qualquer maneira, seria o instrumento mais cego para analisar a proliferação de novas formas em que o entendimento histórico procurou se expressar no período romântico.¹³¹

Esse processo permitiria, então, a concepção de duas definições distintas de história. A primeira ligada ao desenvolvimento da história como profissionalizada e científica, que se coloca além da atividade de amadores e rejeita a abordagem da história como objeto desinteressado. A segunda viria da inundação de formas de expressão literárias, visuais e espetaculares com uma tonalidade histórica, que torna-se em si mesma um fenômeno de grande importância, sem necessariamente entrar em conflito com a visão anterior.¹³²

Como ressaltado por Luiz Costa Lima, ao lado do projeto da história científica baseada na razão e legada pelo Iluminismo, a história mantinha seu lugar entre as belas letras.¹³³

Assim a História não nos oferece mais do que probabilidades porque não poderia deixar de visualizar o palco, conquanto incessantemente mudado, do eterno combate que a razão entretém com as paixões e os preconceitos.

¹³⁰ Ibidem, p. 22.

¹³¹ Ibidem, p. 25.

¹³² Ibidem, pp. 25-26.

¹³³ LIMA, op. cit., p. 116.

*Sempre assediada, nem sempre vitoriosa, a razão sente-se pouco a vontade na História.*¹³⁴

Ou seja, ao conceito moderno de História que se firmava, estava presente a querela entre a razão e a imaginação na formação interna do discurso. Mesmo com a cientificação da História, o elemento poético se mantém como um “indesejável clandestino”, constituído a partir do mesmo culto das fontes.¹³⁵

*Em suma, portanto, quer a animosidade nutrida contra a res fictae, quer a importância concedida pelo historicismo estético à poesia levam a um mesmo resultado: a historiografia se encara a si própria como ciência, surgindo sob sua auto-imagem, a face escarminha, debochada, inescrupulosa da arte. Aí, submersa, recalçada, ela como que se vingava, fazendo-se perversa. Onde a indesejada seja reconhecida, será o desprezo de seu praticante.*¹³⁶

Como é possível perceber, a escrita da história oitocentista não se desenvolvia de forma única e estruturada exclusivamente sobre as bases científicas. Por mais que esses ideais fossem intensamente almeçados, existiram historiadores que no mesmo período se utilizaram e defenderam conscientemente os recursos da imaginação e literatura aplicados aos estudos históricos. O que nos leva a uma proposição mais ousada, sugerindo que talvez esses mesmos recursos pudessem transparecer nas obras de autores que pregavam os ideais de objetividade e imparcialidade, o que intensifica a idéia da história oitocentista como uma matéria fluida, ainda em constituição.

Herculano e Varnhagen estão inseridos dentro de um universo teórico múltiplo que se constituía. Dessa forma, nos documentos analisados vemos como a idéia de uma história científica e a busca por um “conhecimento verdadeiro” foram esboçadas ao lado do interesse pelas origens e nacionalidades de seus países.

A partir do que foi levantado, cabe-nos fazer a seguinte pergunta: para além de seus posicionamentos diretos quanto à forma de se conceber a história, os preceitos de imparcialidade e objetividade eram postos em prática em suas narrativas? E de que forma

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Ibidem, p. 117-122.

¹³⁶ Ibidem, p. 123.

eram operados? Além disso, a preocupação com uma escrita nacional, também presente em suas obras, influiria ou mesmo invalidaria a objetividade? E, indo mais além, poderíamos encerrar, portanto, os autores dentro dessa perspectiva científica e historicista que parecem apregoar com tanta clareza?

A esta última questão, propomos uma resposta negativa, pois é possível conjecturar que esses pressupostos professados não se mostrassem de maneira hegemônica e determinante no momento em que Varnhagen e Herculano construía suas narrativas, mas que caminhassem de forma fluida e ainda em definição. Uma hipótese que se apresenta válida é investigar se apesar de toda a busca por uma história verdadeira e objetiva, os autores realmente conseguiam abster-se de artifícios literários e recursos imaginativos para compor a narrativa histórica. Essa observação justifica a importância em estudar suas narrativas que seguem de perto a estética do romance histórico, como elemento importante para compreender como o pensamento histórico se desenvolvia nas suas diversas possibilidades.

Se a história, portanto, estava sujeita aos procedimentos desenvolvidos nesse capítulo, podemos cogitar também o processo inverso, ou seja, a utilização de recursos historiográficos nos escritos literários para construir e embasar as narrativas. Tanto os escritos históricos quanto os literários não tinham ainda suas fronteiras definidas conforme se concebe atualmente. Isso que nos leva ao próximo ponto a ser discutido: a possibilidade de o romance histórico ser encarado como um gênero de fronteira entre a literatura e a história, como será abordado a seguir.

CAPÍTULO 3

Que nos resta senão o passado?

O capítulo anterior findou tratando da escrita da história oitocentista e como apesar da objetividade e cientificidade, houve também espaço para uma narrativa histórica que aliasse recursos literários e imaginativos em sua constituição.

Desta maneira, pode-se considerar que no século XIX o interesse pela história se manifestou de duas formas distintas: a primeira, anteriormente abordada, previa a busca por documentos referentes à história mais remota do país, nos primórdios da constituição da nacionalidade, com a cientifização e a disciplinarização de um conhecimento que até então vivia em um misto ente o mito e o real. E em segundo lugar, o surgimento de uma “efabulação com base histórica”, termo utilizado por Maria de Fátima Marinho para designar essa literatura que se utilizava simultaneamente de elementos ficcionais e referenciais para sua construção de seu universo característico¹³⁷.

Ao se ter em mente, portanto, que no período em questão não existiam fronteiras plenamente estabelecidas entre as duas disciplinas, essa indefinição propiciou a existência de uma zona limítrofe na qual as duas áreas se encontravam, mesclando características de uma com outra e gerando obras de cunho tanto literário quanto histórico. Após termos caminhado pelo universo histórico e constatado todo o envolvimento de Herculano e Varnhagen com documentação, metodologia e debates historiográficos, é necessário agora investigarmos a relação dos autores com a literatura a fim de compreender como atuaram entre esses dois pólos ao escreverem as ficções históricas, considerando sempre as características específicas de cada disciplina.

¹³⁷ MARINHO, Maria de Fátima. “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, n. 09, p. 97-117, 1992. p. 97.

3.1. Relação de Herculano e Varnhagen com o universo literário

Como bons intelectuais e homens de letras oitocentistas, Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen publicaram entre as décadas de 1830 e 1850 uma vasta gama de textos versando sobre diversas matérias, mas privilegiando sobremaneira os temas históricos, as críticas e análises literárias e os escritos romanescos, nos quais aliavam o interesse pela história à elaboração de narrativas literárias. O que gostaríamos de ressaltar nessa relação é o conhecimento aprofundado desses historiadores em ambas as matérias, ou seja, podiam dissertar com propriedade tanto sobre questões historiográficas quanto sobre literatura clássica e contemporânea, nacional ou estrangeira, apresentando um indício de que esses conhecimentos eram mais próximos e complementares do que se poderia imaginar a partir de nosso olhar acadêmico contemporâneo, em que essa divisão de gêneros de escrita e das disciplinas é mais claramente estabelecida. No entanto, no século XIX, esses dois pólos, hoje mais claramente diferenciados, eram unidos por uma preocupação em comum, que os perpassava e interconectava: a identidade nacional. Nesse momento, portanto, daremos especial atenção a alguns textos nos quais nossos autores dialogam com o conhecimento literário, para assim elucidarmos, através do elemento chave da identidade nacional, a forma como Herculano e Varnhagen relacionavam história e literatura.

Nesse sentido, temos alguns textos de Herculano que foram publicados em periódicos: “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir” e “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, que saíram no jornal *Repositório Litterário* respectivamente nos anos de 1834 e 1835, “Novellas de Cavallaria Portuguesa”, publicadas no *Panorama* entre os anos de 1838 e 1840, e finalmente “Futuro Literário de Portugal e do Brasil”, na *Revista Universal Lisbonense* em 1847. Varnhagen, por sua vez, teve seus livros *Épicos Brasileiros* de 1845 e *Florilégio da Poesia Brasileira*, em que também consta o prólogo intitulado “Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil”, editados pela Imprensa Nacional de Lisboa em 1850.

Embora ambos os autores tenham se dedicado a tais escritos sobre literatura, cada um deles seguiu um estilo de escrita muito peculiar, visando inclusive objetivos

distintos. Os textos de Herculano eram produzidos para integrar os periódicos, no caso o *Repositório Litterario*, o *Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*, cada qual com sua linha própria de publicações e objetos de interesse, mas todos coincidindo no espaço dedicado a temas da literatura e história nacional. Por mais aprofundado que cada artigo pudesse se apresentar, sempre havia, no entanto, a limitação da quantidade de páginas disponibilizadas em cada edição, motivo das reclamações de Herculano em “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, quando se retrata pela forma breve com que aborda algumas das grandes obras da literatura européia:

*Passamos de leve na aplicação de uma parte de nossos princípios aos cinco mais celebres poemas da velha e nova Europa, porque não era compatível com a brevidade o fazê-lo de outro modo; por essa razão fomos talvez obscuros. Ser-nos-há porventura dado algum dia tractar d’esta matéria, fora de uma folha periódica...*¹³⁸

No entanto, o raciocínio desenvolvido não apenas nesse, mas nos demais artigos selecionados, sugere um conhecimento aprofundado da matéria tratada, assim como uma ampla erudição refletida nas constantes citações de autores literatos e teóricos, além de conceitos de arte e filosofia que embasam suas teorias e críticas. No mesmo texto, por exemplo, em que apresenta sua opinião sobre a crítica literária em Portugal e a necessidade de estabelecer um campo doutrinário que afiançasse a liberdade do poeta e o trouxesse para os limites da razão, Herculano discute conceitos do belo, da imitação e da unidade, assim como da verdade e verossimilhança, todos aplicados à poesia. Nesse sentido, dialoga com uma série de autores como Boileau, Burke, Delaunay, Batteux e Aristóteles, além de citar e comentar alguns dos que considera os grandes poemas da Europa: a *Ilíada*, a *Eneida*, o *Orlando Furioso*, os *Lusíadas* e *Jerusalém Libertada*, os quais analisa de acordo com os princípios citados.

Será, pois, em nosso systema o primeiro passo a dar no exame de qualquer poema o buscar qual foi essa idéia, esse deus in nobis que constrangeu o poeta a revelar-se ao mundo em cantos

¹³⁸ HERCULANO, Alexandre. “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”. In: *Opúsculos*. 3ª ed., Lisboa: Livraria Bertrand, 1909. Tomo IX. p. 68.

*harmoniosos. Nós a buscaremos nos cinco mais celebres poemas da Europa – a Ilíad, - a Eneida - o Orlando Furioso - os Lusíadas - e a Jerusalém Libertada.*¹³⁹

A mesma linha é seguida em *Qual é o estado da nossa litteratura?* cujo mote continua sendo a literatura e a crítica literária em Portugal, desenvolvida a partir de questões filosóficas sobre a poesia e a eloquência, passando pelo belo e o sublime e pelo abandono dos cânones clássicos.

Varnhagen não sofreu tanto com a limitação das páginas ao escrever, pois seu interesse pela literatura ficou mais patente nos livros do que em artigos publicados em periódicos. Sua posição crítica se evidencia principalmente nos textos de abertura e suas obras, tanto os *Épicos Brasileiros* quanto o *Florilégio*¹⁴⁰ da Poesia Brasileira, consistem em compilações de textos literários brasileiros, sendo que o primeiro corresponde à reedição do que considera as primeiras epopéias brasileiras versando sobre temas nacionais: *O Uruguay* de José Basílio da Gama, primeiramente publicada em 1769, seguindo-se novamente em 1811 e 1822, a primeira e a última publicadas em Lisboa e a segunda no Rio de Janeiro. E *Caramuru*, de Fr. José de S. Rita Durão, datado inicialmente de 1781, 1836 em Lisboa e 1837 na Bahia.¹⁴¹ A segunda obra, por sua vez, consiste em uma reunião de poemas nacionais coletados pelo autor em meio às pesquisas realizadas por ele sobre a história da América.

Ele também não apresenta o mesmo caráter de discussão filosófica sobre arte ou conceitos literários baseados em teoria, como ocorreria nos textos de Herculano, mas constrói um importante panorama sobre a situação da literatura brasileira através de levantamentos e descrições do que se produzia até então.

¹³⁹ Ibidem, pp. 50-51.

¹⁴⁰ Para se distinguir do *Parnaso Lusitano ou Poesias Selectas dos autores portuguezes antigos e modernos* de Almeida Garret publicado em 1826, Varnhagen opta por apresentar os poemas em ordem cronológica, precedidas pela biografia de cada autor e por utilizar a denominação de *florilégio* ao invés de *parnaso*, alegando estar em briga com a mitologia. Por *florilégio* também remeter às flores, esse título estaria mais de acordo com a diversidade dos poemas selecionados: “Escolhemos as flores, que julgamos mais adequadas para o nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra pique por alguns espinhos, ésta não tenha aroma, aquella pareça antes uma descorada orchydea, e aquell’outrauma parasyta creada com ajuda de seiva alheia, etc.” in: VARNHAGEN, Francisco A. de. *Florilegio da poesia brasileira: ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as lettras no Brazil*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. Tomo I. p. IV-V.

¹⁴¹ VARNHAGEN, Francisco A. de. *Épicos brasileiros*, Lisboa: Impr. Nacional, 1845. p. 445.

A obra de Varnhagen, contudo, não foi pioneira na tarefa de reunir textos da literatura brasileira durante o século XIX. Algumas décadas antes, por exemplo, em 1829, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, membro fundador do IHGB, publicara o *Parnaso Brasileiro*. Em 1842, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Emílio Adet publicaram *Mosaico Poético, poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*, e no ano seguinte, na intenção de completar a antologia do Cônego Januário da Cunha Barbosa, J. M. Pereira da Silva lançou *Parnaso Brasileiro ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedido de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira*.¹⁴² Essas coletâneas, ao estabelecerem como critério básico para seleção o que houvesse de mais brasileiro na literatura, inseriram elementos do nacionalismo nos trabalhos de crítica e análise literária, prática que será amplamente seguida durante o Romantismo brasileiro.¹⁴³

Assim consideradas, essas obras pertencem ao que Antonio Cândido denominou como a primeira fase do romantismo brasileiro, possuindo ligação direta com o IHGB, fundado em 1838. Dessa forma, além de ter como mérito a criação da crítica literária no Brasil, um dos pontos cruciais em seus debates era o problema da autonomia, ou seja, questionava-se sobre a existência de uma literatura especificamente brasileira distinta da portuguesa¹⁴⁴, que seria um ponto crucial na afirmação da identidade e valorização do elemento nacional, meta de grande parcela dos intelectuais nesse período.

A essa problemática, tanto Alexandre Herculano quanto Varnhagen dedicaram algumas páginas de seus trabalhos. No Prólogo de *Florilégio da Poesia Brasileira*, Varnhagen reluta em adentrar nos méritos das divisões entre as literaturas portuguesas e brasileiras baseando-se em critérios nacionalistas:

Repugnará sempre a nosso ânimo entrar em tal questão, por nos parecer que os argumentos de parte a parte poderão correr o risco de sair

¹⁴² CAIRO, Luiz Roberto Velloso. “Do Florilégio à Antologia da Poesia Brasileira da Invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira”. *Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v.3, out. 95, p. 46.

¹⁴³ *Ibidem*, 47.

¹⁴⁴ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 32.

*pedantes, ou demasiado escolasticos, sem falar dos mal entendidos preconceitos de amor próprio nacional n'uma questão litteraria.*¹⁴⁵

No entanto, mantém sua firme e declarada convicção da poesia brasileira ser independente do desenvolvimento literário português:

*... pois desgraçado do poeta do Brazil que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar em Portugal um de seus filhos, que nunca tivesse ido á America (pois a estes se acostuma o ouvido como é natural), se tal ou tal palavra lhe promove o riso, como o jacarandá ao censor.*¹⁴⁶

Varnhagen não propõe uma ruptura completa com os princípios da literatura européia ao se referir a uma literatura de raízes brasileiras. Em sua concepção, a grande distinção entre as duas literaturas estaria primeiramente nas particularidades da própria linguagem, distinta do português de Portugal, e nas inspirações advindas das originalidades do território brasileiro. O que não implicaria uma menor importância dos clássicos portugueses na instrução dos poetas e literatos.

*A America, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia, principalmente no descriptivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mäs enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adoptar, e possuir-se bem dos preceitos do bello, que dos antigos recebeu a Europa.*¹⁴⁷

Considerando toda a ligação de Varnhagen com Portugal, relativa tanto à sua formação quanto à sua produção intelectual, é possível perceber que embora o apreço pela constituição de uma literatura brasileira, assim como pela construção do elemento nacional, seja muito forte e marca crucial de seus trabalhos, não existe a proposta de uma ruptura com Portugal. Como salientado por Antonio Candido, mesmo a imagem do indígena brasileiro criada por ele poderia ser considerada anti-romântica, por apresentá-lo como selvagem, cruel, sem instituições e crenças humanizadoras, remetendo a um ponto de vista

¹⁴⁵ VARNHAGEN, op. cit., p. VI.

¹⁴⁶ Ibidem, p. VII.

¹⁴⁷ Ibidem, p. XVI.

conservador, coerente com o discurso europeu de colonização e política metropolitana.¹⁴⁸ Além disso, o afastamento total do universo europeu e aceitação das tradições indígenas implicaria um distanciamento desproporcionado da “civilização”, que não seria o objetivo da elite imperial brasileira, a que o Instituto Histórico se via ligado, mesmo em trabalhos em que a imagem do indígena aparecia de forma idealizada.

Alexandre Herculano também aborda a relação entre Brasil e Portugal em seus textos, principalmente em *Futuro Literário de Portugal e do Brasil*, escrito em 1847 logo após entrar em contato com a obra *Primeiros Cantos: Poesia por A. Gonçalves Dias*, poeta brasileiro. Encantado com as “nobres inspirações” do poeta, ressalta a força e juventude da literatura desenvolvida no Brasil, frente à decadência de Portugal. Sua visão do cenário português segue uma linha pessimista e amarga, apresentando o país como um velho decrepto e triste, já degradado e moribundo, não comportando mais as grandes obras literárias e poéticas de anteriormente: “Poeta, nesta terra é noite! Por que não te acolheste ao teu ninho? Agora o que te resta é morrer. Vae abrigar-te entre os orbes; vae derramar em canções a tua alma no seio immenso de Deus. Ahi é que sempre é dia.”¹⁴⁹ O Brasil, por sua vez, seria o jovem território onde despontava uma literatura nova e em desenvolvimento: “É um mancebo vigoroso que derriba um velho cachetico, demente e paralytico.”¹⁵⁰ Além de sua imprensa já ultrapassar a da antiga metrópole, tanto em relação à publicação de periódicos quanto à de livros, o Brasil tornara-se grande consumidor do que se imprimia em Portugal, fato que ressalta a importância e prosperidade do novo território em face ao atraso em que caíra o antigo.

Essa visão acerca de um Portugal intelectualmente atrasado em relação às demais nações, tanto a brasileira quanto as européias, em que as letras que um dia haviam sido brilhantes e promissoras encontravam-se em franca decadência aparece em outros dois textos citados no início do capítulo: “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” e “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”.

¹⁴⁸ CANDIDO, op. cit., p. 34.

¹⁴⁹ HERCULANO, Alexandre. “Futuro Literário de Portugal e do Brasil”. In *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, vol. VII, p. 5-8, 9 de dezembro de 1847. p. 6.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

Os questionamentos que dão título ao primeiro texto refletem diretamente as preocupações do autor no que concernem à problemática levantada e dão lugar à “dolorosa confissão da decadência em que se acha em Portugal a poesia e a eloquência”¹⁵¹. O exagero das metáforas e a valorização extrema da forma em detrimento das idéias teriam levado à criação de uma literatura corrompida que, para Herculano, atingira o auge nos princípios do décimo oitavo século. Em “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, embora permaneça uma perspectiva ainda obscura, considerando a literatura portuguesa adormecida, surge a idéia de um despertar, a esperança de que “o amor da literatura vencerá todas [as dificuldades] quando ajudado do estudo e do gênio.”

Varnhagen, por sua vez, apresenta uma perspectiva mais otimista em relação à literatura nacional brasileira, elencando em seu discurso algumas das obras que considera mais importantes para a história dessa literatura. Seu intuito era acima de tudo enaltecer a produção dos poetas, não se detendo em críticas ou muito menos em decadências ou atraso, valorizando a produção nacional e os projetos de uma nacionalidade que despontava.

Ponto em comum nos dois escritores, dessa forma, é a temática nacional. Embora Herculano critique intensamente o atraso e sonolência da literatura portuguesa, mantém acesa a esperança de tempos melhores contanto que certas medidas fossem seguidas para sanar o “atraso” de Portugal em relação aos demais países, tais com um bom curso de literatura que impulsionasse as letras além de medidas relacionadas à melhoria dessa parcela do ensino público, pois a nação portuguesa possuía homens de gênio e erudição, mas as tiranias teriam conservado o país na obscuridade de que agora deveria sair.¹⁵²

Infelizmente em nossa pátria a litteratura há já annos que adormeceu ao som dos gemidos da desgraça publica: mas agora ella deve despertar, e despertar no meio de uma transição de idéas. Esta situação é violenta, e muito mais para nós, que temos de passar de salto sobre um longo prazo de progressão intellectual para emparelharmos o nosso andamento com o do século. Se as opiniões estivessem determinadas, o mal ainda não seria

¹⁵¹ HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” in: *Opúsculos*, Lisboa: Bertrand, 1909. Tomo IX. p. 3.

¹⁵² HERCULANO, Alexandre. “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”. In: *Opúsculos*. 3ª ed., Lisboa: Livraria Bertrand, 1909. Tomo IX. p. 25.

*tão grande; mas é num chãos que nos vamos mergulhar e do qual nos teraremos talvez muito depois de outras nações. A influencia da litteratura estrangeira torna necessário este acontecimento, se aquelles a quem está encarregada esta porção do ensino publico não tratarem de estabelecer uma theoria segura que previna tanto o delírio d'uma licença absurda como a submissão abjecta que exige certo bando litterario. Sabemos as difficuldades que tal trabalho encerra; porem o amor da litteratura vencerá todas quando ajudado do estudo e do gênio.*¹⁵³

A idéia de nação apresenta-se como uma constante em seus discursos. Seja na forma de crítica ou de reflexão, o que estaria em pauta seria sempre a compreensão da situação de seu país, considerando os problemas, mas também a existência de um passado brilhante que legara obras como os *Lusíadas* de Camões, obra que analisa em Poesia, ao lado da obra de Virgílio: “Só por Camões nós os portugueses seríamos grandes.”¹⁵⁴

Um primeiro ponto sobre a construção de uma identidade nacional na obra de Varnhagen pode ser visualizado em *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*. Em algumas dezenas de páginas, Varnhagen constrói um panorama sobre a literatura desenvolvida no Brasil, desde o descobrimento e colonização do país, quando lamenta o fato de praticamente não existirem obras portuguesas dedicadas a narrar, comentar ou enaltecer a conquista americana como ocorreram com os feitos portugueses na África e Ásia, que contaram com obras de celebres escritores como Camões, Corte-Real e Vasco Mausinho, por exemplo.¹⁵⁵ A única obra mais extensa sobre o Brasil relacionada a esse período seria de autoria de Gabriel Soares, datada do ano de 1587.¹⁵⁶ O autor considera também as primeiras tentativas literárias do século XVI, advindas da poesia indígena e das instituições jesuíticas que dominavam tanto a catequese dos nativos quanto a educação dos jovens em território brasileiro. Foram também dos colégios jesuítas que vieram a sair os primeiros humanistas e poetas brasileiros. No entanto, Gregório de Matos seria o primeiro

¹⁵³ Ibidem, p. 24.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 65.

¹⁵⁵ VARNHAGEN, Francisco A. de, “Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil”. In: *Florilegio da poesia brasileira: ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as letras no Brazil*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. Tomo I. p. XI.

¹⁵⁶ Varnhagen refere-se ao *Tratado descritivo do Brazil* de Gabriel Soares de Souza, datado de 1587, sobre o qual escreveu suas reflexões críticas, confirmando a autoria do documento e operando com as diferentes cópias do manuscrito existentes.

poeta que se fez notável no Brasil, seguindo o estilo satírico e sendo muito influenciado por Quevedo, escritor espanhol do século XVI.¹⁵⁷

O *Florilégio da Poesia Brasileira* segue a mesma vertente de uma série de outros críticos românticos da literatura dedicados a estabelecer um paradigma relacionado ao nacionalismo literário. Preocupados com a definição de uma literatura brasileira autônoma, esse procedimento intentava encontrar novos parâmetros que caracterizassem a literatura da nova nação independente. Nesse sentido, como sugere Luiz Roberto Velloso Cairo, através do pensamento de August Schlegel e Madame de Staël, introduzidos no meio brasileiro sobretudo por influência de Ferdinand Denis, passava-se a relacionar o classicismo ao Brasil colônia e o romantismo ao independente.¹⁵⁸

A inserção de Herculano e Varnhagen no universo literário, sobretudo como críticos, reflete a importância assumida pela literatura nesse momento. Ou seja, não apenas os estudos históricos entravam na pauta das discussões, mas também o desenvolvimento literário dos países envolvidos, sempre sob o viés da definição dos parâmetros de uma literatura com bases nacionais, preocupada tanto com a criação de uma identidade, sobretudo no caso brasileiro, quanto com o retorno a uma perdida “idade de ouro”, no caso da literatura portuguesa, quando atuaram seus grandes poetas, a exemplo de Camões.

A preocupação dos autores gira, portanto, em torno de dois pontos: delinear uma identidade nacional e ao mesmo tempo delimitar a literatura que seria sua verdadeira expressão, pois para eles essa produção literária seria tanto um ingrediente desse ser nacional, como também o veículo pelo qual este se daria a ver. Como veremos a seguir, quando Herculano e Varnhagen passam da crítica para a produção literária propriamente dita, tratam sempre de temas caros à história de seus países, visando o estabelecimento de uma nacionalidade através dos escritos literários, e que apenas seria possível através da história. Tais noções poderão ser mais bem compreendidas se forem consideradas ao lado do desenvolvimento do romantismo, pano de fundo de todas as grandes questões abordadas nesse trabalho.

¹⁵⁷ VARNHAGEN, op. cit., p. XXIII.

¹⁵⁸ CAIRO, op. cit., p. 44.

3.2. ... Não somos nós românticos?

... inocentes os corações dos primeiros românticos,
ébrios de liberdade, de amor e de angústia também.
(José Augusto França, *Perspectiva do romantismo português*)

Ao abordarmos a relação dos autores com a literatura, e mesmo com a história, o romantismo adentra a cena de forma insistente. Fato é que Herculano e Varnhagen viveram e, acima de tudo, trabalharam em meio aos acontecimentos e produções intelectuais que se tornaram expoentes do romantismo, e originaram obras e formas de pensar que despontaram durante esse momento do século XIX.

O objetivo inicial desse tópico é primeiramente promover a leitura de um excerto escrito por Herculano, com cuja discussão finaliza o texto “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, em que aborda diretamente sua relação com o romantismo. E, em seguida, compreender por que sua obra é constantemente classificada como tal, abordando também a existência ou não da relação de Varnhagen com esse universo.

O próprio questionamento de Herculano sobre ser ou não romântico indica que o nascimento dessa problemática, que produziu tantas discussões ao longo dos anos acerca dos preceitos e definições implicadas por tal doutrina, antecede os estudiosos modernos e não era clara mesmo na mente dos pensadores contemporâneos a ela. Se a pergunta elaborada por ele: “Mas, pretendendo destruir o systema da echola classica, não somos nós românticos?”¹⁵⁹ mereceu ser feita e respondida em um texto de livre acesso a um público interessado, foi porque o tema era já debatido nos círculos intelectualizados. E parece indicar, também, que a possibilidade de Herculano ser classificado como um romântico o levou a esclarecer seu posicionamento.

Essa reflexão desponta no texto sucedendo a análise da poética e conceitos como o belo, a imitação e a unidade em alguns dos grandes poemas da literatura européia.

¹⁵⁹ HERCULANO, Alexandre. “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”. In: *Opúsculos*. 3ª ed., Lisboa: Livraria Bertrand, 1909. Tomo IX. p. 68.

Ao questionar pressupostos clássicos, Herculano se vê nessa encruzilhada: seria um romântico por se contrapor ao pensamento de Aristóteles, por exemplo?

Em sua perspectiva, poderia ser chamado de romântico se isso remetesse à sua ideologia de valorização da nacionalidade portuguesa através dos elementos de sua história e sua literatura, ao invés de ter seus expoentes nos elementos das antigas culturas grega e romana, sem deixar, no entanto, de dotá-las de seus respectivos valores:

*... Diremos sómente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma litteratura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a patria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos historicos, os quaes o Christianismo com sua doçura, e com seu enthusiasmo e o character generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil imperio de Constantino, tornaram mais bellos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradaveis para elles, mas ridiculos para nós e as mais das vezes inharmonicos com as nossas idéas moraes: que substituam por nossa mythologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela philosophia e pela moral na lyrica. Isto queremos nós e nesses sentido somos românticos...*¹⁶⁰

Em “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”, Herculano apresentaria o que seria sua “filosofia da arte”, ao se distanciar dos ideais clássicos:

Embora se apresentassem dificuldades insuperaveis, embora fosse preciso recorrer ás razões mais frageis, aos argumentos mais illusorios, uma vez que as regras fossem ou se cressem originaes, ou derivadas dos escriptos de Aristoteles ou de Horacio, de Cicero, de Quintiliano ou de Longino, era obrigatorio defendê-las sob pena de ser havido por ignorante ou por homem de minguido criterio. Boileau disse em uma das suas satiras que só a verdade era bella: o padre Castel profundo litterato que escreveu sobre o bello e sublime e que jurava ante os numes defender esta proposição (porque em fim era de Despreaux), sem mesmo se aproveitar da vaga distincção do verdadeiro e verosimil, que tem salvado muita coisa e muita gente, começou a applicá-la por esse mundo poetico; mas embicou logo com Virgilio. O verso Provehimur portu terraeque urbesque recedunt recalcitrava, além de outros, contra a sentença do mestre. Que fez o bom do padre?--Zás--Uma razão digna de Fr. Gerundio: «O verso de Virgilio exprime uma idéa verdadeira, porque ha ahí uns annos descobriu-se a theoria do movimento; e voto a Apollo que a regra ha-de passar inconcussa: o verso é bello porque é verdadeiro». Se

¹⁶⁰ Ibidem, p. 69.

fosse possível um padre grave ludibriar o publico, nós diríamos que elle estava escarnecendo os leitores. Desejariamos que o padre Castel nos tivesse explicado porque o verso era achado bello antes d'essa theoria e porque o continuaria a ser mesmo se ella fosse destruida. Taes são as miserias que teem resultado do modo porque durante muitos seculos foram tractadas as letras. ¹⁶¹

Herculano encontra-se em meio a querela entre o clássico e o romântico, afasta-se do pensamento aristotélico que considera a arte como imitação da natureza, e põe em cheque os termos: imitação – belo – unidade – verdade ou verossímil, conceitos bases para o desenvolvimento da concepção da poesia como imitação do belo na natureza.

Talvez alguém as julgue em demasia abstrusas; mas, ou o bello, objecto da poesia, seja inteiramente resultado das relações das nossas faculdades intellectuaes entre si, ou das d'estas faculdades com o mundo objectivo, ou, finalmente, resida neste, é sempre a alma do homem quem o sente e goza. Para nós a sua existencia depende da nossa; e a metaphysica influirá sempre em qualquer systema que sobre tal objecto venhamos a adoptar. Tem-se dito, e mil vezes repetido, que é preciso para que a litteratura floresça afastá-la d'esta sciencia: isto equivale a dizer-se que para os ramos de uma arvore se conservarem virentes é mister decepar-lhe o tronco principal. ¹⁶²

(...)

Será este typo resultado da experiencia? Cremos que não. Onde existe o typo da Venus de Medicis, de Laocoonte, ou de Marco Sexto? Quem se pôde gabar de o ter encontrado na natureza? Elle existia na mente dos artistas: as idéas d'estas creações foram para elles antes de ser para nós: unisonas com o seu typo, o genio as traduziu no marmore, no bronze e na tela. Dir-se-ha, em ultimo caso, que o estatuario e o pintor reuniram o bello parcial para formar o todo. Porém seria aggregado uno? Além d'isso, não é claro que para essa escolha precisavam de um guia existente na sua alma? Quem os moveu a escolher esta fronte, estes labios, este collo com preferencia a outros? Parece-nos que estas perguntas ficarão sem resposta emquanto os homens procurarem fóra de si o principio vivificante das artes. ¹⁶³

O belo para ele estaria ligado diretamente à alma do artista, e sua fruição se daria como resultado da relação das faculdades intelectuais entre si, dissociado de um

¹⁶¹ Ibidem, p. 30-31.

¹⁶² Ibidem, p. 25-26.

¹⁶³ Ibidem, p. 37-38.

modelo exterior, com base no modelo único da natureza. Esse ideal do belo, caminhando ao lado de uma subjetividade estaria de acordo com a perspectiva romântica, que na proposição de Margarida Cardoso, seria uma contribuição da leitura de alemães e franceses, tais como Kant, Schlegel, M.me de Staël e Chateaubriand.¹⁶⁴

Por outro lado, Herculano considera-se completamente dissociado da vertente romântica obscura e desesperada, produtora de uma literatura com base na irreligião e imoralidade, como uma crítica direta ao gênero criado por Byron, que execra como o mais abjeto escritor poético por seu estilo e ideologia, embora não deixe de reconhecer as habilidades literárias do poeta. Ou seja, além de imbuído de premissas nacionais e do distanciamento da escola clássica, o cristianismo era outra marca importante do romantismo de Herculano, que mesmo entrando em conflito com o clero, não deixa de seguir em toda sua vida.

*Com um sorriso espantoso, elle escarneceu de tudo. Religião, moral, affectos humanos, mesmo a liberdade e a esperança foram seu ludibrio. A leitura dos seus poemas só produz, em geral, descoroçoamento ou antes desesperação. Byron é o Mephistopheles de Goethe lançado na vida real.*¹⁶⁵

Percebe-se ao longo das questões levantadas, como a figura do homem romântico se delineia através das críticas elaboradas a autores tidos como dogmáticos, às definições que surgem em meio à reflexão e também ao distanciamento entre as formas pelas quais o romantismo se desenvolveu nos diversos países e mesmo nos diversos grupos de autores. Ao considerar a contrariedade de Herculano ao romantismo de Byron, deve-se levar em conta a existência de um romantismo multifacetado ao invés de universal, ou seja, o surgimento de diversos romantismos com as especificidades de cada grupo, mas unidos por certos elementos em comum que propiciasse a todos a mesma denominação.¹⁶⁶ Conforme argumenta Atayde Pereira, Herculano assimilara grandemente a literatura

¹⁶⁴ CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano” in: *História da Literatura Portuguesa*, Portugal: Publicações Alfa, 2003. p. 157.

¹⁶⁵ HERCULANO, op. cit., p. 70.

¹⁶⁶ LÖWY, M.; SAYRE, R.. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*, Imprensa Petrópolis: Vozes, 1995. p. 10.

romântica inglesa durante os anos em que permanecera em exílio: “dentro de suas temáticas, estéticas, historicistas e até políticas”¹⁶⁷, dialogando também com a literatura romântica alemã e francesa, embora o romantismo em Portugal tenha adquirido feições e características próprias. Como se desenvolveu então esse romantismo português, e quais seriam as suas especificidades?

É costume geral apresentar o romantismo português como um movimento amplamente dependente do ambiente intelectual estrangeiro, visto que o pioneirismo dessa estética estaria ligado à Alemanha, Inglaterra e França. Daí deriva que muitos autores compram a idéia do atraso de Portugal frente a essas nações, por ter permanecido por um bom tempo alheio aos movimentos artísticos e culturais europeus. O romantismo apenas adentraria em Portugal quando determinados escritores portugueses entram em contato com o ambiente intelectual da Europa.¹⁶⁸

Da mesma forma como ocorreu em alguns desses países, o romantismo refletiu a grande transformação do gosto literário durante o oitocentos, ligado ao desenvolvimento da crítica filosófica, da Revolução Francesa, do esgotamento da estética clássica e da ascensão da burguesia, ligada aos movimentos liberais.¹⁶⁹ Mas, nomeadamente em Portugal, como assinala José Augusto França: “liberalismo e romantismo se confundem, neste momento axial da nossa história política e mental, numa única experiência vivencial, como Vitor Hugo desejava.”¹⁷⁰ Ou seja, o romantismo português iniciou com poetas e escritores exilados por defenderem o regime liberal, e que participaram da guerra civil, junto com o exército libertador, para defender os direitos de D. Maria II, uma “rainha inocente”¹⁷¹, daí que desde o início o movimento teve fortes bases nacionais.

Isso relativiza a proposição de um romantismo português condicionado exclusivamente pelo desenvolvimento do pensamento romântico estrangeiro. Embora o exílio desses intelectuais tenha promovido o contato com o ambiente cultural desses países,

¹⁶⁷ PEREIRA, Leonardo Atayde. *O Sentido de História para Alexandre Herculano: uma interpretação romântica (1830-1853)*, São Paulo: USP, 2009. Dissertação de Mestrado. p. 66.

¹⁶⁸ CHAVES, Castelo Branco. *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Amadora: Bertrand, 1980. p.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO, Fidelino de. *História Literária de Portugal (Séculos XII-XX)*. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 325.

¹⁷⁰ FRANÇA, José-Augusto. “Perspectiva do Romantismo Português”. In: *História da Literatura Portuguesa*, Portugal: Publicações Alfa, 2003. p. 47.

¹⁷¹ *Ibidem*.

o próprio contexto político e social português, ligado às batalhas nacionais em defesa do regime liberal levaram a um romantismo com características próprias, marcado por um intenso nacionalismo.¹⁷²

Quando Almeida Garret publica seu poema *Camões*¹⁷³ em 1825, considerado o marco inicial da instauração do romantismo português, e encontrando-se exilado fora de Portugal, o ideal romântico já estaria conscientemente formado, na concepção de Fidelino Figueiredo.¹⁷⁴ Tanto Garret, quanto Herculano foram soldados que lutaram do lado liberal, e quanto este último publica suas impressões sobre o romantismo dez anos depois do texto de Garret, encontra-se já num ambiente literário romântico estabelecido, podendo referir-se a ele de maneira crítica.

Algumas das características desse movimento romântico citadas por Fidelino Figueiredo incluíam: o predomínio da forma poética, a reação contra o racionalismo do século XVIII, a opção por temas tradicionais e nacionais, a exaltação da imaginação e do sentimento que remetesse preferencialmente ao período medieval.¹⁷⁵

Desta forma, as características apontadas remetem à proposição de Michael Löwy e Robert Sayre, de que o romantismo seria por essência uma reação contra o modo de vida da sociedade capitalista¹⁷⁶, o que aproxima tanto Herculano quanto Varnhagen de tal corrente, visto que ambos recorrem a um passado medieval no caso do português e do descobrimento no brasileiro, para ambientar seus estudos, como uma fuga da sociedade presente. Fato também corroborado pela visão pessimista da sociedade portuguesa contemporânea apresentada por Herculano, que localiza os anos dourados do povo português na época do nascimento de sua nação.

De acordo com esses autores, ao adentrar na discussão sobre a conceitualização do romantismo, “a visão romântica é caracterizada pela convicção dolorosa e melancólica

¹⁷² MONTEIRO, Ofélia Paiva. “A geração formadora”, in: *História da Literatura Portuguesa*, Portugal: Publicações Alfa, 2003. p. 157.

¹⁷³ *Camões* será uma importante referência no romantismo português, muitos escritores recorreram a ele, para simbolizar o mito da Pátria e da liberdade. FRANÇA, op. cit., p. 47.

¹⁷⁴ FIGUEIREDO, op. cit., p. 327.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ LÖWY, M.; SAYRE, R, op. cit., p. 34.

de que o presente carece de certos valores humanos essenciais que foram alienados.”¹⁷⁷ Ou seja, esses valores essenciais teriam existido em um passado mais ou menos distante, e a sociedade moderna havia se abdicado deles. Nesse sentido, percebemos onde Varnhagen e Herculano localizam seu ideal de sociedade, o primeiro retornando ao descobrimento da nova terra, e o segundo à Idade Média, período este, já ressaltado inclusive durante o primeiro romantismo alemão: época do cavaleiro, do amor e do conto.¹⁷⁸

No entanto, o romantismo brasileiro adquire características distintas tanto do romantismo da Inglaterra, França ou Alemanha, quanto do próprio Portugal. Sua principal peculiaridade foi a ligação com o poder imperial. Como bem ressalta Luiz Costa Lima, o romantismo europeu foi marcado pela rebeldia contra a sociedade instituída: “Sua ida à natureza era pois um estímulo à auto-reflexão libertadora”. No caso brasileiro, essa noção não seria possível, pois já a primeira geração romântica recebia apoio oficial.¹⁷⁹

Essa primeira fase do romantismo brasileiro, programático e imbuído pelo desejo de autonomia e sentimento patriótico, esteve ligada ao Instituto Histórico, o que contribuiu com o ar de oficialidade que o circundava, tanto que, a partir dos anos de 1840 ele passou a ser freqüentado e financiado por D. Pedro II. Como aponta Lília Moritz Schwarcz, foi a partir da entrada do imperador do IHGB que o romantismo, guiado pelo nacionalismo, transforma-se em projeto oficial.¹⁸⁰ De maneira que, em vista da pobreza circundante esse apoio foi realmente bem acolhido, mas por outro lado, ao favorecer o conformismo palaciano, inibiu o aparecimento de rebeldias românticas, que só apareceria tempos depois, em outra situação.¹⁸¹

Embora Varnhagen atuasse no contexto português, como já ressaltado, o intercâmbio entre os Brasil e Portugal, assim como o contato mantido por ele com a intelectualidade brasileira e, sobretudo, a composição geral de sua obra em que descreve e analisa os processos que levaram a formação do Brasil como nação, o ligam ao movimento

¹⁷⁷ Ibidem, p. 40.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 40.

¹⁷⁹ LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 134.

¹⁸⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131.

¹⁸¹ CANDIDO, op. cit., p. 31-32.

romântico brasileiro. Como ressalta Antonio Candido: “A sua obra, tomada no conjunto, exprime a ambição construtiva dessas gerações, que definiram o que eram a nacionalidade e a literatura brasileira, procurando não apenas estabelecer o cânon desta, mas interpretá-la segundo o espírito da época...”¹⁸².

3.3. Romance histórico

No cenário romântico que se delineava, desponta um novo gênero romanesco que fornecerá importantes bases para a compreensão da obra de Herculano, e ao mesmo tempo auxiliará na análise da “Crônica do Descobrimento do Brasil”, que se fará adiante. Alexandre Herculano foi o grande precursor do romance histórico português, e autor de algumas das obras mais significativas da primeira fase romântica, cujo ideal propunha uma revolução literária no país: “A revolução litteraria que a geração actual intentou e concluiu, não foi instinto: foi resultado de largas e profundas cogitações; veio com as revoluções sociaes, e explica-se pelo mesmo pensamento d'estas.”¹⁸³ Seus romances históricos e suas narrativas, consideradas como as primeiras tentativas no gênero dentro da literatura portuguesa, poderão ser melhor consideradas, se compreendermos em que consistiu o romance histórico oitocentista e quais as suas implicações.

Antes do romance histórico¹⁸⁴ aparecer em Portugal, ele já era conhecido em outros países europeus, sendo a Inglaterra considerada a grande pioneira pela publicação das obras de Walter Scott (1771-1832) nas primeiras décadas do século XIX. A principal inovação de Scott não foi apenas a utilização de recursos históricos em seus romances, mas a forma como o fez.

¹⁸² CANDIDO, op. cit., p. 38.

¹⁸³ HERCULANO, Alexandre. “Elogio Histórico de Sebastião Xavier Botelho”, in: *Opúsculos*, Lisboa: Bertrand, 1909. Tomo IX.

¹⁸⁴ Desde o século XIX, muitos autores se dedicaram à definição e discussão acerca do romance histórico. Dentre os mais relevantes temos: o italiano Alessandro Manzoni, que publicou *Del romanzo: e, in genere, de' componimentimisti di storia e d'invenzione* (1870), Victor Hugo que escreveu *Sur Walter Scott* em 1834 e Georg Lukács com *The Historical Novel* em 1837.

Embora iniciado com a obra do escritor escocês, o gênero foi amplamente difundido na Europa oitocentista, tendo por principais expoentes nomes como: Alexandre Dumas (1802-1870), Alfred Vigny (1797-1863) e Victor Hugo (1802-1885) na França; o italiano Alessandro Manzoni (1785-1873), autor de *I promessi sposi* publicado pela primeira vez em 1823; Alexandre Herculano (1810-1877) em Portugal, autor de romances como: *O Bobo* (1843), *Eurico, o Presbítero* (1844) e *O Monge de Cistér* (1848), além de narrativas curtas publicadas em periódicos. No Brasil, o romance histórico tornou-se mais patente na obra de José de Alencar, que publicou *O Guarani* (1857), seguido de *As Minas de Prata* de (1862-65), *Iracema* (1865) e *A Guerra dos Mascates* (1874), embora romances como *A Cabeça de Tiradentes* (1856) de Joaquim Norberto e posteriormente *Os Farrapos* de Oliveira Bello, publicado em 1877, também figurem dentro dessa categoria.¹⁸⁵

Autores como Maria L. Bettencourt Pires apontam o romance gótico europeu setecentista como um dos precursores do romance histórico tradicional, devido ao seu interesse pela Idade Média. No entanto, a medievalidade criada nesses trabalhos pouco tinha de um conhecimento histórico denso e documentado, o que acabava por resumir as narrativas a eventos sobrenaturais e ruínas de castelos.¹⁸⁶ Lukács considera ainda a existência de novelas com temas históricos já no século XVII, embora os elementos históricos fossem superficiais e com o intuito de compor apenas uma aparência histórica, visto que todos os recursos utilizados corresponderiam ao período do próprio escritor.¹⁸⁷ A maioria dessas novelas, invariavelmente ambientadas em um passado medieval, faziam uso de ruínas, castelos e conventos como cenário e derivavam sua força narrativa de situações extremas e geralmente de terror. A essas obras anteriores a Scott faltaria, no entanto, precisamente a especificidade histórica.

O nome mais conhecido pelo seu pioneirismo na construção das novelas góticas é o de Horace Walpole. Sua obra *The Castle of Otranto* foi escrita na Inglaterra em 1764, narrando a história de intrigas cortesãs com fantasmas e assassinatos, à qual incorpora o

¹⁸⁵ Para maiores informações ver: RIBEIRO, José A. Pereira. *O romance histórico na literatura brasileira*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia / Conselho Estadual de Cultura, 1976.

¹⁸⁶ PIRES, Maria L. Bettencourt, *Walter Scott e o Romantismo Português*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1979. p. 19.

¹⁸⁷ LUKÁCS, Georg. *La Novela Historica* / tradução: Jasmin Reuter. México: Ediciones Era, 1966. p. 15.

sobrenatural e o maravilhoso para criar uma atmosfera de suspense e medo ambientada em cenário medieval. O importante nessa narrativa é justamente a curiosidade e a excentricidade do espaço descrito, e não a representação artística fiel de um período histórico concreto.¹⁸⁸ Como afirma Lovecraft, a importância estaria na criação de um tipo inovador de narrativa.

Essa nova parafernália dramática consistia, antes de tudo, do castelo gótico com sua antiguidade espantosa, vastas distâncias e ramificações, alas desertas e arruinadas, corredores úmidos, catacumbas ocultas insalubres e uma galáxia de fantasmas e lendas apavorantes como núcleo de suspense e pavor demoníaco. Incluía também, além disso, o nobre tirânico e perverso como vilão; a heroína santa. Muito perseguida e geralmente insípida que sofre os maiores terrores e serve de ponto de vista e foco das simpatias do leitor, o herói valoroso e sem mácula, sempre bem-nascido, mas frequentemente em trajes humildes; a convenção dos nomes estrangeiros altissonantes, principalmente italianos, para os personagens; e a série infinita de acessórios de palco que incluía luzes estranhas, alçapões úmidos, lâmpadas apagadas, elaborados manuscritos ocultos, dobradiças rangente, cortinado se mexendo e tudo o mais.¹⁸⁹

Seguindo a mesma vertente, diversas escritoras¹⁹⁰ se dedicaram a essa literatura, a exemplo de Clara Reeve que publica o romance *The Old English Baron* em 1777, e posteriormente Ann Radcliffe, que publicou seus principais romances *The Romance in the Forest*, *The Mysteries of Udolpho* e *The Italian* respectivamente em 1792, 1794 e 1797. Sua obra tornou-se muito popular seguindo o modelo da frágil donzela instigada pelo vilão a se casar sem amor, enquanto é separada de sua real paixão. Essas obras combinavam o uso do sobrenatural, por vezes explicado racionalmente ao final da trama,

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ LOVECRAFT, H. P. *O horror sobrenatural em literatura*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2008. p. 28.

¹⁹⁰ Entre o final do século XVIII e início do XIX, muitas mulheres oriundas da classe média ou da baixa aristocracia se destacaram escrevendo romances góticos na Inglaterra. Eram talvez frutos das transformações sociais advindas da Revolução Industrial, que levou à constituição de uma classe média mais estruturada, e operou a reorganização da vida doméstica e conjugal. A valorização do amor e da livre escolha tirou muitas mulheres do sistema protetor das grandes famílias e obrigou-as a lutar por seu próprio sustento.¹⁹⁰ Dentre essas mulheres temos, além de Clara Reeve: Sophia Lee, que escreveu *The Recess* entre 1783 e 1785, uma das primeiras novelas do gênero a ter uma protagonista feminina; Anna Laetitia Barbauld (1743-1825) com "On the Pleasure Derived from Objects of Terror; with Sir Bertrand, a Fragment", texto em que discute a própria formação dos textos de terror e o prazer gerado por eles; Eliza Parsons (1748-1811) que escreveu *The Castle of Wolfenbach*; Jane Austen (1775-1851) com suas obras mais conhecidas - *Pride and Prejudice* (1813), *Mansfield Park* (1814) e *Northanger Abbey* (1818).

como o fazia Ann Radcliffe com o mundo dos romances medievais. De acordo com Maria Laura Bittencourt Pires, Walter Scott operou com alguns conceitos fundamentais para compor seus romances: o medievalismo, o nacionalismo, a intriga amorosa característica dos romances tradicionais, e por fim, certos recursos utilizados pelos romances góticos.

Scott soube aliar às tendências românticas de medievalismo e nacionalidade a tradicional intriga amorosa do romance sentimental e a descrição pormenorizada e precisa de romances regionais que se encontra nos romances de Miss Edgworth, sem desprezar, também, alguns dos processos geralmente usados no romance gótico, pelos quais confessa até um certo gosto pessoal.
191

Assim sendo, podemos apreender que o essencial do romance ou da novela histórica está na apresentação de eventos históricos de forma romanceada, definindo-se como um “gênero de fronteira” entre a história e a literatura. De acordo com Edgar de Decca, esse tipo romance teria nascido ao mesmo tempo em que a historiografia moderna, “fundada sobre as premissas da cientificidade (...), com a emancipação do sujeito propiciada pelo pensamento iluminista do século XVIII.”¹⁹² Ou seja, o romance histórico não implicava ainda um distanciamento claro entre a verdade e a ficção, que será delineada ao longo do século XIX. Assim como a historiografia, o romance histórico constitui, portanto, em uma forma de “narrar eventos humanos com o objetivo de extrair os seus significados.”¹⁹³ Sugerindo ainda a construção de um passado arquetípico, como salienta Maria de Fátima Marinho, e apresentando uma “determinada idéia paradigmática das figuras e dos acontecimentos.”¹⁹⁴

Oscilando entre o real e o fictício, o romance histórico estabelece uma dialética entre o verdadeiro e o verossímil, ou seja, entre o que é realmente documentado e o que o

¹⁹¹ PIRES, Maria L. Bittencourt. *Walter Scott e o Romantismo Português*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1979. p. 17.

¹⁹² DECCA, Edgar de. “O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White”. In: Flávio Aguiar, José Carlos Sebe e Sandra Guardini (Org). *Gêneros de Fronteira - Cruzamentos entre o Histórico e o Literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 198.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 200.

¹⁹⁴ MARINHO, op. cit., p. 99.

autor imaginariamente afirma ter visto¹⁹⁵, o que leva Valéria de Marco a afirmar que não se pode julgar o grau de acerto do romance tomando por base sua fidelidade histórica, o que chama de “pseudo—historicismo”.¹⁹⁶

Em Portugal, de acordo com Sérgio Campos Matos, o romance histórico conquistou seu espaço com a introdução da sensibilidade romântica, a partir dos anos que se seguiram à Guerra Civil. O principal responsável pela introdução e difusão do gênero no país teria sido Alexandre Herculano. O romance exigia o recurso à efabulação e à imaginação artística, concomitante ao seu intuito de autenticidade e verossimilhança. Dessa forma também, adquiria dinâmica própria e diversa da historiografia: “A dicotomia entre o conceito positivo de verdade do historiador, fundamentada com rigor na documentação coeva e a verdade do romancista, em larga medida construída pela sua criatividade e imaginação, constitui aliás, tema controverso nos meios literários no romantismo Português, em meados do Oitocentos.”¹⁹⁷ Os romances históricos seriam portanto, uma fonte para o estudo das mentalidades dos autores e do modo como eles liam o passado.

A partir da análise que toma o romance histórico como gênero de divulgação popular da cultura erudita, Sérgio Campos Matos vê no romance uma forma de transmitir eventos históricos a uma população portuguesa pouco instruída para a formação de uma memória nacional e histórica. Assim, uma de suas principais funções seria o papel pedagógico de levar ao público o conhecimento do passado nacional.¹⁹⁸ Seguindo uma vertente semelhante, Maria de Fátima Marinho insiste também no papel didático do romance, “um meio que o intelectual tem à disposição para educar o povo”.¹⁹⁹

O romance histórico português originado a partir dos processos descritos, e funcionando como um “gênero de fronteira” entre o histórico e o ficcional, apontam diretamente para a obra de Herculano. Seus romances: *Eurico o Presbítero*, *O Monge de*

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ MARCO, Valéria de. “A questão do romance histórico”. In: Flávio Aguiar, José Carlos Sebe e Sandra Guardini (Org). *Gêneros de Fronteira - Cruzamentos entre o Histórico e o Literário*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 196.

¹⁹⁷ MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa: Colibri, 1998. p. 45

¹⁹⁸ Ibidem, p. 44.

¹⁹⁹ MARINHO, Maria de Fátima. “O romance histórico na primeira pessoa”, *Intercâmbio*, Porto, p.67-80, 1995.

Cistér e O Bobo, assim como as *Lendas e Narrativas*, incorporaram e desenvolveram diversas das características dos romances históricos tradicionais, ao mesmo tempo que influíram na criação de um gênero de características lusitanas muito fortes, que contribuíram para o processo de afirmação da identidade nacional portuguesa. Embora Varnhagen não fosse um escritor literário, nem a “Crônica do Descobrimento do Brasil” seja um romance, diversos dos procedimentos utilizados na criação do romance histórico por Herculano, aparecem também nessa obra, o que aponta para a grande popularidade desse novo gênero entre o público intelectual, e para o interesse que homens dedicados ao ofício de historiar desenvolveram por essa literatura que operava com recursos da historiografia e do romanesco ao mesmo tempo. Veremos a seguir, como as obras enveredaram por esse caminho ao construir um universo ficcional de fundo histórico, e como os elementos se relacionaram para a criação de textos característicos do nacionalismo romântico, preocupado com as origens da pátria.

CAPÍTULO 4

A imaginação e a história

4.1. A “Crônica do Descobrimento do Brasil” e as narrativas de Herculano

*Esta é a história íntima dos homens que já não são:
esta é a novella do passado.*
(Alexandre Herculano, *A Velhice*)

A partir das questões levantadas acerca da atuação de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen no meio historiográfico e literário, e do desenvolvimento de um gênero romanesco em que esses dois campos passam a ser observados lado a lado como uma via de mão dupla em que o histórico interage com o ficcional e vice-versa, propomos a leitura de alguns textos de Herculano, tais como *O Bobo*, *O Bispo Negro* e *Eurico o Presbítero*. Assim como a *Crônica do Descobrimento do Brasil* e *O Caramuru perante a história*, de Varnhagen, a fim de problematizar o pensamento dos autores em relação aos conhecimentos sobre a história e o lugar que ela ocupa dentro da literatura ficcional.

Herculano foi um escritor que se dedicou integralmente ao projeto romântico português, desenvolvendo de forma primorosa o gênero do romance histórico, com todas as ressalvas e especificidades que o meio português oitocentista requer. Varnhagen, por sua vez, seguiu por outro caminho, e não podemos dizer que tenha uma obra considerável que possa ser definida dentro dos termos do romance histórico. Sendo assim, por que nossos olhos se voltam para um paralelo entre os dois escritores no que tange suas obras literárias e que em um primeiro momento encontram-se relativamente distanciadas no que se refere ao desenvolvimento estilístico?

A justificativa está na própria “Crônica do Descobrimento do Brasil”. Embora não possa ser designada propriamente como romance histórico por uma série de motivos técnicos, como esclareceremos a seguir, a proposta de Varnhagen nesse momento não se afasta sobremaneira dos intentos de Herculano ao escrever seus romances e narrativas. Ou seja, a idéia da construção de uma identidade nacional brasileira, mesmo que a partir de um viés português e de forma institucionalizada, já que Varnhagen se via ligado ao IHGB, pode ser vista ao lado dos intuitos de Herculano ao escrever sua obra literária, visto que, cada um a sua maneira, estava preocupado com a construção das origens da nacionalidade de seus países e para isso, retornavam ao passado através de um acervo documental a que ambos tiveram acesso durante seus anos de trabalho, como apontado anteriormente.

Desse modo, podemos observar a “Crônica do Descobrimento do Brasil” e as narrativas de Herculano a partir de uma leitura paralela que parte dos propósitos de se narrar um evento histórico fazendo uso de recursos ficcionais para recriar as cenas e as personagens da história portuguesa e brasileira.

Um problema que se coloca nessa análise comparada refere-se ao estilo seguido por cada autor ao compor suas obras, sendo que algumas delas adotam mais explicitamente as acepções do romance histórico como já caracterizado anteriormente, e outras, apesar de não comportarem tal denominação, fazem uso de diversos recursos inerentes a ele. Alguns textos de Herculano, em um primeiro momento, são de designação mais clara e podemos considerar suas obras mais longas (*O Bobo*, *Eurico o Presbítero* e *O Monge de Cistér*) como romances históricos, mesmo com os questionamentos feitos pelo próprio autor como veremos a seguir. No entanto, nem suas narrativas nem a “Crônica do Descobrimento do Brasil” podem ser classificadas de tal forma, sobretudo por não se tratarem de romances no sentido estrito da palavra.

Em meio à vasta obra literária de Herculano, Varnhagen escreve sua “Crônica do Descobrimento do Brasil” no mesmo período e seguindo a ideologia romântica desenvolvida no *Panorama*, interessado em narrar a chegada da esquadra portuguesa no Novo Mundo, sob a perspectiva de um narrador bastante original na época: Pero Vaz de Caminha.

Sem adentrar no desenvolvimento etimológico da palavra “crônica”, com a qual Varnhagen designa seu texto, é válido ao menos conjecturar a abrangência do conceito. Embora Massaud Moisés afirme que o termo tenha sido utilizado durante o século XIX sem as conotações historicistas dos séculos anteriores, comportando um sentido estritamente literário, a “Crônica do Descobrimento do Brasil” apresenta-se como uma mescla entre a documentação utilizada por Varnhagen para escrevê-la e a imaginação inserida para criar a ficção literária. Aproximando-se talvez do sentido comportado nos séculos anteriores, quando teria estreitas ligações com a historiografia sem, no entanto, deixar de apresentar traços da ficção literária.²⁰⁰ Ou ainda, como sugere Flora Süssekind, um misto de crônica e novela.²⁰¹

A classificação dos textos foi uma questão que mereceu alguma atenção do próprio Herculano, e se hoje nos é difícil dividir as obras de tempos anteriores em categorias a fim de melhor analisá-las, não era mais fácil ao escritor definir o que intentava fazer em seu próprio trabalho. No prefácio a *Eurico, o Presbítero* Alexandre Herculano se interroga quanto sua classificação:

*Sou eu o primeiro que não sei classificar este livro: nem isso me aflige demasiado. Sem ambicionar para ele qualificação de poema em prosa – que não é por certo – também vejo, como todos hão de ver, que não é um romance histórico, ao menos conforme o creou o modelo e desesperação de todos os romancistas, o imortal Scott. Pretendendo fixar a ação que imaginei n’uma época de transição – a da morte do império gothico, e do nascimento das sociedades modernas da Peninsula, tive de lutar coma dificuldade de descrever sucessos e de retratar homens, que se por um lado pertenciam a eras, que nas recordações da Hespanha tenho por análogas aos tempos Heroicos da Grecia, precediam imediatamente por outro a época a que, em rigor, podemos chamar histórica, ao menos em relação ao romance. Desde a primeira até a ultima pagina do meu pobre livro caminhei sempre por estrada duvidosa traçada em terreno movediço; se o fiz com passos firmes ou vacilantes, outros, que não eu, o dirão.*²⁰²

²⁰⁰ MOISES, Massaud. *A Criação Literária – Prosa II*, São Paulo: Cultrix, 1997. p. 101-102.

²⁰¹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 187.

²⁰² HERCULANO, Alexandre. “Eurico o Presbytero” in: *O Monasticon*, Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867. p.171.

O intuito de aproximar ou não seu escrito do romance histórico, assim como a referência ao modelo scottiano e a incerteza quanto à sua classificação, evidenciada pelo título da nota: “Chronica-poema, lenda, ou o que quer que seja”, refletem o conhecimento de Herculano sobre a obra do escritor inglês tido desde então, como base para essa categoria de romance. Ao visualizar sua obra ao lado dos textos de Walter Scott, titubeia quanto à melhor forma de designar *Eurico o Presbítero*, não por não saber de fato como classificá-lo, mas para inserir, através deste recurso retórico, seu projeto de escrita de um romance histórico fora dos moldes desenvolvido por Scott. Esses questionamentos o levam a uma tentativa de definição para justificar, a princípio, o seu não enquadramento:

*O romance histórico, como o concebeu Walter Scott, só é possível áquem do oitavo – talvez áquem do décimo século; porque só áquem dessa data, a vida em família, o homem sinceramente homem, e não ensaiado e trajado para aparecer na praça publica, se nos vae pouco a pouco revelando. As fórmãs e o estylo que convem aos tempos visigoticos seriam desde então absurdos, e parece-me, até, que ridiculos.*²⁰³

Um dos quesitos para a existência do romance histórico aos moldes de Walter Scott seria, portanto, a datação do enredo com base documental, ou seja, não seria possível elaborar uma obra de tal gênero sobre um tempo anterior ao oitavo ou décimo século, por não se ter conhecimento da vida íntima desse povo.

Eurico o Presbítero se passa numa época de transição entre o fim do império gótico e o nascimento das sociedades modernas da Península Ibérica. Embora talvez se conhecesse melhor a sociedade visigótica do que a de Oviedo e Leão durante a restauração cristã, no que se refere às leis, instituições e traços materiais e intelectuais, seria para Herculano, impossível reproduzir a vida desses povos na forma do romance histórico tradicional, por se conhecer apenas a vida pública dos visigodos, mas não a vida particular dessa sociedade.

Dos godos restam-nos códigos, história, literatura, monumentos escriptos de todo o gênero, mas os códigos e a literatura são reflexos mais ou menos pálidos das leis e erudição do império romano, e a historia desconhece o povo. O gothicismo hespanhol ao primeiro aspecto parece

²⁰³ Ibidem, p. 172.

*mover-se. Palpamo-lo: é uma estrutura de mármore, fria, imóvel, hirta. As portas das habitações dos cidadãos cerram-nas os sete sellos do Apocalypse: são a campa da família: a família goda é para nós como se nunca existira.*²⁰⁴

Nesse sentido, vamos ao encontro das assertivas de Perry Anderson, de acordo com o qual o romance histórico em sua definição clássica seria “uma épica que descreve a transformação da vida popular através de um conjunto de tipos humanos característicos, cujas vidas são remodeladas pelo vagalhão das forças sociais.”²⁰⁵ Essa característica pode ser observada na descrição que Herculano faz do romance histórico em *Eurico o Presbítero*. Quando diz que o romance histórico não pode ser escrito sobre o período visigótico é porque a história dessa época “desconhece o povo”: “As portas das habitações dos cidadãos cerram-nas os setes sellos do Apocalypse: são a campa da família: a família goda é para nós como se nunca existira.”²⁰⁶

Ao caracterizar o romance histórico a partir do conhecimento da vida popular, apenas apreensível a partir do século VIII, Herculano distingue a forma literária utilizada de acordo com o recorte temporal da história peninsular que se pretende tratar, ou seja, a antiga Hespanha, a romano-germânica e a moderna. Como a obra se situa em um momento de transição, ele também teria intentado operar com os diferentes estilos ao mesmo tempo, ou seja, a obra literária referente a essa mudança da Hespanha romano-germanica para a Hespanha moderna passando pela conquista árabe deveria combinar as duas extremidades a que se prende:

... fazer sentir que o descendente de Theoderik ou de Leuwichild será o ascendente do Cid ou do Lidador; que o heroe se vae transformar em cavaleiro; que o servo, entidade duvidosa entre homem e cousa, começa a converter-se em altivo e irrequieto burguez.

E a fôrma e o estylo devem aproximar-se mais ou menos d’um ou d’outro extremo, conforme a época em que lançamos a nossa concepção está mais vizinha ou mais remota da que vae deixando d’existir, ou da que vem surgindo. A dificultosa mistura dessas cores na palheta do artista nenhuma doutrina, nenhum preceito lh’a diz: ensinar-lh’a-há o instincto.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”, *Novos Estudos*, São Paulo, n. 77, março de 2007. p. 205.

²⁰⁶ HERCULANO, op. cit., p. 172.

*Tive eu esse instinto? – É mais provável o não que o sim. – Se a arte fôra fácil para todos os que tentam possuí-la, não nos faltariam artistas!*²⁰⁷

Herculano tem clara sua idéia de romance histórico, com base no modelo inglês que se tornava muito conhecido em Portugal, sobretudo pelas traduções para o português das obras de Scott que já eram constantes, principalmente no *Panorama*. Embora resista a aceitar sua obra como romance histórico dentro de tais padrões, funda um novo conceito para o gênero, desenvolvido com as características lusitanas. Tanto que, na “Advertência” ao primeiro volume das *Lendas e Narrativas* publicado em 1851, Herculano se refere aos textos que virão a seguir como as primeiras tentativas de romance histórico em língua portuguesa:

*Os pequenos romances e narrativas contidos neste volume foram impressos, em epochas mais ou menos remotas, nas duas publicações periódicas o Panorama e a Illustração, bem como o foram nestes ou em outros jornaes os que tem de formar o segundo volume das Lendas e Narrativas; collecção que, se trabalhos mais arduos o consentirem, será continuada com alguns outros apenas esboçados ou inéditos no todo ou em parte, que ainda restam ente os manuscritos do autor. Corrigindo-os e publicando-os de novo, para se ajunctarem a composições mais extensas e menos imperfeitas, que já viram a luz publica em volumes separados, elle quis apenas preservar do esquecimento, a que por via de regra são condemnados a mais cedo ou mais tarde os escriptos inseridos nas columnas das publicações periódicas, as primeiras tentativas do romance historico que se fizeram na lingua portugueza. Monumentos dos esforços do auctor para introduzir na litteratura nacional um gênero amplamente cultivado, nestes nossos tempos, em todos os paizes da Europa, é este o principal, ou talvez o unico merecimento delles, o titulo de que podem valer-se para não serem entregues de todo ao esquecimento.*²⁰⁸

Essas reflexões patentes em *Eurico o Presbítero* e nas *Lendas e Narrativas*, podem ser ampliadas também para outros escritos de Herculano, tais como *O Monge de Cistér*, que compõe a segunda parte do *Monasticon*, e também *O Bobo*, obras escritas de acordo com a mesma ideologia romântica da primeira metade do oitocentos. Enfim, romance histórico ou não, tanto os romances e as narrativas de Herculano quanto a

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*, Lisboa: Em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1851, tomo I. p. V-VI.

“Crônica do Descobrimento do Brasil” de Varnhagen seguem o mesmo princípio constitutivo de aliar a documentação histórica a recursos imaginários.

Nesse momento deter-nos-emos, portanto, na discussão sobre a forma como os autores constroem sua literatura a partir da mesma documentação utilizada para escrever análises historiográficas, e a forma como a ficção e a imaginação interagem com a realidade dentro da obra literária, colocando em cheque a concepção de uma verdade histórica nos moldes como era concebida durante o século XIX e propiciando a criação de um relato verossímil, necessário para a transmissão das lendas e tradições da nação, que invariavelmente eram objetos de tais narrativas.

Alexandre Herculano escreveu muitos textos de ficção histórica ao longo das décadas de 1830 e 1840, mas foi em “O Bobo”²⁰⁹ (1843) que elegeu como tema a constituição de Portugal como um território independente, onde localiza o berço da nação portuguesa. A narrativa, ambientada no século XII, retrata os últimos acontecimentos que levaram Afonso Henriques a assumir o poder e tornar Portugal uma província independente culminando na Batalha de S. Mamede, em Guimarães, onde vence as tropas aliadas a sua mãe, D. Teresa. Apresenta, assim, um misto entre personagens que tiveram uma existência histórica, como o próprio Afonso Henriques, sua mãe D. Tereza, Fernando Perez e Gonçalo Mendes da Maia, dentre outros, ao lado de caracteres inventados, a exemplo do triângulo amoroso composto por Garcia Bermudes, Egas Moniz e Dulce, e o próprio Bobo da corte, que dá o nome à narrativa, e que é a peça chave para o desenrolar dos acontecimentos.

Varnhagen, por sua vez, narra a origem da nação brasileira em sua “Crônica do Descobrimento do Brasil”, publicada também no *Panorama* sob a forma de folhetim, três anos antes de “O Bobo”, entre 18 de janeiro e 28 de março de 1840.²¹⁰ Da mesma forma como a literatura de Herculano se baseava na documentação sobre a história portuguesa, a “Crônica do Descobrimento do Brasil” relata de forma romanceada a chegada da armada de

²⁰⁹ Optamos por apresentar o título da obra em itálico (*O Bobo*) quando nos referirmos ao romance em si, e entre aspas (“O Bobo”) quando nossos objetos forem as publicações no *Panorama*, que são as fontes utilizadas na análise. Em 1843 o texto é publicado no *Panorama* inicialmente na forma de folhetim, distribuído ao longo de 15 números, iniciado em 14 de janeiro e finalizado no dia 5 de agosto. Mas, a edição como obra única saiu apenas muitos anos depois, em 1878, após a morte do autor, ocorrida em 13 de setembro do ano anterior

²¹⁰ Posteriormente publicada no *Diário do Rio de Janeiro* com o nome de “O Descobrimento do Brasil: crônica do fim do 15º século” entre 10 e 23 de junho do mesmo ano. Ver: SÜSSEKIND, op. cit., p. 184.

Pedro Álvares Cabral nas terras que viriam a ser o Brasil, fazendo uso das mesmas fontes encontradas por Varnhagen nos seus anos de pesquisa nos arquivos portugueses, e que foi ao mesmo tempo objeto de análise e atenção historiográfica, com destaque para a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão oficial da esquadra, ao rei de Portugal. Essa fonte servirá de base tanto para a elaboração de sua crônica, quanto da *História Geral do Brasil*, sendo que o grande diferencial da primeira está na recriação ficcional de um relato documentado, seguindo o mesmo processo de Herculano, mesclando episódios reais e personagens referenciais, como o próprio Pero Vaz de Caminha e Pedro Álvares Cabral, com personagens ficcionais e cenas inventadas, tais como os indígenas que encontra no novo território e outros membros da tripulação da esquadra.

Embora existam distinções entre o fazer histórico e literário, quando Varnhagen e Herculano escrevem sua literatura ficcional, não deixam completamente de lado sua perspectiva de historiadores, embora se dediquem a um trabalho com propósitos distintos, que lhes exige recursos diferenciados e uma capacidade de abstração da realidade impensável quando o objetivo era um trabalho historiográfico, o que justifica o valor que continuam a dar às fontes que alicerçam a narração. No caso de Varnhagen, além da carta de Pero Vaz de Caminha, que como salienta, estaria conservada na Torre do Tombo, local de muitas pesquisas tanto suas quanto de Herculano, promove paralelo também com outros documentos relativos ao período narrado, como aqueles de: Castanheda, se referindo provavelmente a Fernão Lopes de Castanheda, autor de *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, João de Barros, Damião de Góis, Gaspar Correa, autor de *Lendas das Índias* e Gabriel Soares de Sousa. Todos eles escritores do século XVI, cujos interesses estavam voltados para os relatos de viagem e estudo das novas terras descobertas. Dentre todas as fontes citadas, interessa-lhe, sobremaneira, a carta de Caminha por um motivo muito claro: a veracidade do escrito, dotado da autoridade de uma “testemunha ocular”, “sendo escrita no mesmo local e ocasião em que se passavam os fatos”:

Cedo veio a noite de 22 de Abril de 1500 em que se realizou esse descobrimento, segundo a narração ingênua e circunstanciada, feita a elrei por Pero Vaz de Caminha, que ia por escrivão para a feitoria de

*Calecut, e que sendo testemunha ocular, tem tambem a seu favor ser esta sua narração uma carta particular a elrei em que até lhe fala de negócios domesticos. E sendo escripta no mesmo local e occasião em que se passavam os factos, e não depois de decorridos tempos em que algumas miudezas poderiam ter escapado, é de tão ponderosa auctoridade que estando, de mais, em harmonia com a narração do piloto portuguez em Ramusio, deve em nossa opinião supplantar as dos mais acreditados escriptores que não foram coevos, incluindo nestes Castanheda, Barros, Goes, e até o mesmo Gaspar Correa, a quem seguiremos em muitos outros pontos, por ser o escriptor verdadeiramente original dos fastos da Índia nos primeiros doze annos. Deste documento de Pero Vaz, já impresso, conserva-se o veneravel original na Torre do Tombo. É o primeiro escripto de Penna portugueza (21) no Novo-mundo, e nesta historia o seguimos por vezes textualmente. Quanto pois á data do descobrimento dizemos afoitamente que erram os que seguindo a Marco, Gaspar Correa, Barros e Soares querem, deduzindo-a do nome dado á terra, que fosse a 3 de Maio, em que a igreja solemnisa a festa da Santa-cruz. Esta opinião errônea produziu um anachronismo de consequência, que até em actos públicos voga indevidamente pelo Brazil.*²¹¹

A mesma importância dada ao relato contemporâneo ao acontecimento retratado aparece em outra passagem mais ao final da obra. Quando a esquadra retorna a Portugal, em meio às grandes festas promovidas pela descoberta da nova terra, Varnhagen cita que um importante astrólogo fora consultado para dar seu parecer sobre a novidade “... e achou que ella havia de ser opulenta e servir de refugio e abrigo da gente portuguesa”, e afiança para aqueles que não dessem crédito a tal profecia: “Quem duvidar desta particularidade curiosa, saiba que a conta um escriptor, que viveu no mesmo século, e que a invasão francesa foi causa de que o astrólogo não ficasse por impostor.”²¹² A diferença dessa passagem está em não citar o nome do escritor, se fiando apenas no testemunho de alguém que viveu no mesmo período para dotar o fato de autoridade inquestionável.²¹³

²¹¹ VARNHAGEN, Francisco A. de, “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 142, p. 21-22, 18 de janeiro de 1840.

²¹² VARNHAGEN, Francisco A. de, “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 152, p. 101-104, 28 de março de 1840. p. 103.

²¹³ Recurso que também é utilizado por Herculano em diversas ocasiões, como no início de “A Dama do Pé-de-Cabra”, em que adverte: “Vós os que não credes em bruxas, nem em almas penadas, nem nas tropelias de Satanás, assentae-vos aqui ao lar, bem junctos ao pé de mim, e contar-vos-hei a historia de D. Diogo Lopes, senhor de Biscaia. E não me digam no fim: - não pode ser.”- Pois eu sei cá inventar cousas destas? Se a conto, é porque a li n’um livro muito velho, quasi tão velho como o nosso Portugal. E o auctor do livro velho leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares. É uma tradição veneranda;

Não contente com a minúcia com que apresenta suas fontes, questionando mesmo a opinião de alguns escritores acerca da data do descobrimento, Varnhagen cita o trabalho de João Pedro Ribeiro, estudioso importante no desenvolvimento da crítica documental em Portugal, como abordado anteriormente, a fim de confirmar suas informações:

*Já no altar luziam accesas as velas e tochas: pouco tardaram os padres, que se estavam revestindo. Segundo nos consta por documentos e provas confirmadas pela arte de verificar as datas, e reconhecidas valiosas pelo grande critico J. Pedro Ribeiro, a vestimenta era branca, bem como o há-de ser este anno neste dia.*²¹⁴

Quando observamos a “Crônica do Descobrimento do Brasil” ao lado dos mesmos eventos narrados na *História Gera do Brasil* vemos que, em certas partes, Varnhagen as diferencia muito pouco, apresentando inclusive trechos muito parecidos nas duas obras, mesmo que cada uma seguisse um gênero particular. Dois pontos merecem ser ressaltados: o primeiro é a caracterização de Caminha como um cronista ingênuo apresentada na obra historiográfica: “Dispensa-nos dessa tarefa o minucioso chronista deste descobrimento, o ingênuo Pero Vaz de Caminha, cuja narrativa epistolar dirigida ao próprio rei, destas plagas virgens em tudo, tanto nos encanta.”²¹⁵ E na crônica: “segundo a narração ingênua e circunstanciada, feita a elrei por Pero Vaz de Caminha”.²¹⁶ Outro exemplo concomitante seria a transcrição da mesma passagem da carta de Pero Vaz de Caminha nas duas obras:

O capitão, quando elles vieram, estava assentado em uma cadeira, com uma altatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um collar de ouro mui grande ao pescoço; e Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicoláo Coelho, e Ayres Corrêa, e nós outros, que aqui na não com elle

e quem descrê das tradições lá irá para onde o pague.” HERCULANO, Alexandre. “A Dama do Pé-de-Cabra”, *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p. 7.

²¹⁴ VARNHAGEN, Francisco A. de, “Chronica do descubimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 145, p. 43-45, 8 de fevereiro de 1840. p. 44.

²¹⁵ VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em caza de E. e H. Laemmert, 1854. Tomo Primeiro. p. 14.

²¹⁶ VARNHAGEN, Francisco A. de, “Chronica do descubimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 142, p. 21-22, 18 de janeiro de 1840. p. 21.

imos, — assentados no chão por essa alcatifa. Acenderam tochas; e entraram; e não fizeram nenhuma menção de corlezia, nem de falar ao capitão, nem a ninguém. Pero um delles poz olho no collar do capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o collar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E também viu ura castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata. Mostraram-lh«s um papagaio pardo, que aqui o capitão traz, tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como que os havia ahi. Mostraram-lhes uma gallinha; quasi haviam medo delia e não lhe quizeram pôr a mão; e depois a tomaram como espantados. Deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeitos, farteis, mel e figos passados; não queriam comer daquillo quasi nada, e alguma cousa, se a provavam, lançavam-na logo fora. Trouxeram-lhes vinho por uma taça; pozeram-lhes assim á boca tam-a-lavez, e não gostaram delle nada, nem o quizeram mais. Trouveram-lhes água por uma albarrada ; tomaram delia senhos bocados, e não beberam; somente lavaram as bocas e lançaram fora. Viu um delles umas contas de rosário brancas; acenou que lhas dessem, e folgou muito com ellas, e lançou-as ao pescoço. E depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava para a terra, e então pára as contas e para o collar do capitão, como que dariam ouro por aquillo. Isto tomávamos nós assim pelo desejarmos, mas se elle queria dizer que levaria as contas e mais o collar, isso não queríamos nós entender; porque. lh'o não havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lh'as deu. E então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir... O capitão lhes mandou pôr ás suas cabeças senhos coxins..., e lançaram-lhes um manto em cima. E elles consentiram e jouveram e dormiram.»²¹⁷

Muitos desses recursos são utilizados por Herculano em seus escritos, sobretudo no que se refere aos documentos de que lança mão ao elaborar suas obras sobre a história de Portugal, que foram também a base para a escrita de seus romances históricos e demais narrativas do gênero, ou seja, o autor abordou o mesmo evento em diversos textos que seguiam propósitos distintos. No caso das obras analisadas, o processo de independência do reino português efetivado por Afonso Henriques, ao tomar o poder das mãos de sua mãe D. Teresa, que ao governar ao lado de seu cônjuge Fernando Peres de Trava causava grande desgosto a seus súditos, assim como as batalhas travadas contra D. Urraca, rainha de Leão e Castela e herdeira de Afonso VI, por questões territoriais, são

²¹⁷ VARNHAGEN, Francisco A. de. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em caza de E. e H. Laemmert, 1854. Tomo Primeiro. p. 14-15; VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 144, p. 33-35, 1 de fevereiro de 1840. p. 34.

passagens da história portuguesa que constam tanto na *História de Portugal* e nas “Cartas sobre a História de Portugal” quanto nas narrativas literárias como “O Bobo” e “O Bispo Negro”.

Nas “Cartas sobre a História de Portugal”, Herculano aborda os acontecimentos que levaram à origem e independência de Portugal e sua separação do reino leonês a partir de uma perspectiva crítica, que de um lado questiona a validade das fontes em que os historiadores seus coetâneos teriam baseado a versão comumente aceita da transmissão da terra através do casamento do príncipe Henrique de Borgonha com D. Teresa, filha de Afonso VI, que recebera como dote a terra de Portugal, e de outro coloca em cheque o próprio costume de conceder a terra em dote para a filha que se casava.

*Se Portugal foi dado em dote a D. Theresa com direito hereditario, segundo affirma a chronica latina do imperador Affonso Raimundez, provindo d'essa circumstancia o governo de Henrique, como se ha-de suppor que D. Urraca, filha mais velha e incontestavelmente legitima, não recebesse em dote tambem, jure haereditario, as terras que seu marido governou? E se assim foi, como e porque se destruiu em parte este direito, dando em dote de outra filha uma porção do que já era dote de D. Urraca, e isto sem que Raimundo se queixasse, antes fazendo pactos de concordia e mútua alliança, como o que fez com o conde Henrique?*²¹⁸

Preocupado em atingir a versão mais exata possível dos acontecimentos, Herculano discute não apenas a visão corrente dos historiadores coetâneos, mas também a validade das fontes que embasavam tais discursos.

*Ajunte-se a isso que d'esta historia apenas restavam copias incorrectas e incompletas quando, depois de Berganza, a publicou Flores, e que ella passou pelas mãos do celebre falsario, consocio de Fr. Bernardo de Brito, o padre Higuera[17]. Será portanto bastante por si só para dissolver as dúvidas apontadas? Aconselha-lo-ha a boa critica? Parece-me que não.*²¹⁹

Da mesma forma, o primeiro livro da *História de Portugal* é inteiramente dedicado ao mesmo processo de criação do reino de Portugal, partindo do estabelecimento

²¹⁸ HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”. In: *Opúsculos*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.. Tomo V. p. 53.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 57.

do condado portugalense por Afonso VI e a transferência do governo ao seu genro Henrique, esposo de D. Urraca e culminando no domínio estabelecido por Afonso Henriques. Todo esse primeiro tomo da grande obra histórica de Herculano dá o tom inicial em “O Bispo Negro” e é resumido nas primeiras páginas de “O Bobo”. A narração desta última obra inicia já com a contextualização do ambiente histórico em que toda a ação do romance irá se desenvolver, ou seja, a morte de Afonso VI, rei de Leão e Castela e a necessidade de encontrar um marido para sua filha mais velha, D. Urraca, que fosse digno de substituí-lo a frente do reino:

A morte de Affonso 6º de Leao e Castella produziu nos estados christãos da Hespanha acontecimentos ainda mais graves do que os previstos por elle, no momento em que ia trocar a cota e a cervilheira de guerra pela mortalha pacifica do sepulchro, que o recebeu no mosteiro de S. Facundo ou Sahagun. O gênio inquieto dos barões leonezes, gallegos e castelhanos, facilmente achou pretextos, para dar largas ás suas ambições e vinganças, na violenta situação política em que o príncipe moribundo collocara o paiz. Costumado a considerar o valor brilhante, a audácia desmesurad, o phrenesi das batalhas e conquistas, como o primeiro dote de qualquer monarcha, e achando-se orphão do único filho que o céu lhe concedêra – o infante D. Sancho morto em annos viçosos no ineliz conflicto d’Ucles – Affonso alongava os olhos pelas províncias do império, buscando um homem cujo braço fosse assaz firme para fazer reluzir o seu montante ao sol dos combates, e cuja frente fosse assaz robusta para não vergar sob o peso do seu diadema de ferro. Era mister escolher um marido para D. Urraca sua filha mais velha, viúva do conde de Galliza Raymundo; porque a ella pertencia o throno por um costume introduzido a despeito das leis gothicas, que davam aos grandes e homens livres o direito d’eleger os reis. Ente os ricos-homens mais illustres dos seus vastos estados nenhum achou o velho digno de tão altos destinos. Affonso rei d’Aragão tinha, porem, todos os predicados que o altivo monarcha entendia serem necessários ao primeiro dos defensores da cruz, e foi a este que no seu leito de agonia desejou que D. Urraca desse a mão d’esposa, apenas succedesse no throno. Assim esperava por um lado que a severidade e energia do novo príncipe contivesse as perturbações intestinas, e que o seu esforço não deixasse folgar os árabes com a noticia da morte daquelle que por tantos annos lhes fora flagello e destruição. Os acontecimentos posteriores provaram, todavia, que Affonso 6º inteiramente se enganara.²²⁰

(...)

²²⁰ HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 55, p. 10-12, 14 de janeiro de 1843. p. 10.

*Mas a sua viúva, a bastarda de Afonso 6º, era digna do ambicioso e ousado borgonhez. A leoa defendeu o antro, onde já não se ouvia o rugido de seu fero senhor, com a mesma energia e esforço, de que elle lhe dera tão repetidos exemplos. Durante quinze annos luctou por conservar intacta a independência da terra que lhe chamava rainha, e quando o seu filho lhe tirou das mãos a herança paterna, só havia um anno que a altiva dona dobrara, até certo ponto, a cerviz á fortuna do jovem herói Affonso Raimundez. Mas esta pedra preciosa, arrancada à força da coroa leoneza, nunca mais devia tornar a engastar-se nella.*²²¹

Essas passagens não seriam mais do que a preparação para os acontecimentos que levarão à separação de Portugal, já que D. Teresa, ao se relacionar com Fernando Peres, conde de Trava, dispõe-se pela vontade do marido, a curvar-se ao jugo de Leão e Castela e abrir mão da independência de seu território pela qual tanto lutava anteriormente, o que provoca o descontentamento dos barões que irão se unir a seu filho Afonso Henriques na luta pela independência do que virá a ser o reino português.

A trama do romance, portanto, se desenvolve nesse breve limiar da história portuguesa entre o governo de D. Teresa ao lado do conde de Trava, entrando em conflito com Afonso Henriques, a preparação da resistência ao poder de Leão e Castela, e a vitória do Infante sobre sua mãe na batalha de S. Mamede, marco da instauração do reino português como território independente. Ou seja, é o mesmo evento discutido nas “Cartas sobre a História de Portugal” e na *História de Portugal*, mas sem a preocupação de se determinar a validade ou não da transmissão de terras e direitos de hereditariedade e a veracidade das fontes documentais.

Diferente da forma como Varnhagen aborda a história em sua “Crônica do Descobrimento do Brasil”, discutindo acerca das fontes mais fidedignas e apresentando trechos documentais, Herculano atua de maneira mais sutil, narrando no corpo do texto todo o episódio histórico que deseja ter como base, mas não gasta linhas a fio discutindo versões de historiadores e as fontes utilizadas, a exemplo de como procede, por exemplo, nas “Cartas sobre a História de Portugal”, ao problematizar o direito de herança e as versões históricas mais aceitas pelos historiadores em geral. Sua preocupação com as fontes e esclarecimentos sobre certos termos utilizados, que porventura remetam a um tempo

²²¹ Ibidem, p. 11.

demasiadamente remoto e outras questões do gênero aparecem nas notas de pé de página, e refletem as preocupações eruditas do autor. Mas como ele mesmo assevera, a ausência de referências deve-se a uma opção estilística, já que se trata de um romance e não de um trabalho teórico, o que nem por isso torna sua obra totalmente desprovida de uma perspectiva histórica:

*Fique dito por uma vez que todos os nomes que empregamos, cenas que descrevemos, costumes que pintamos, são rigorosamente históricos. Fácil nos fora sumir este romance em um pélogo de citações; mas falece-nos a fúria da erudição. E não seria ella ridícula no humilde historiador d'um humilíssimo truão?*²²²

A utilização de temática histórica e o embasamento da narrativa em documentação primária, aliados aos comentários críticos e à interlocução com historiadores reconhecidos são recursos empregados tanto por Herculano quanto por Varnhagen para sustentar o elemento de realidade dentro do texto literário. Se a mesma documentação era, portanto, utilizada para construir obras de caráter distinto, o que as diferenciava? Ou seja, o que tornava esses textos literários tão peculiares para não serem nem trabalhos teóricos sobre a história de Portugal ou Brasil, e nem romances ou novelas tradicionais? E no que esse processo implicava?

4.2. A Ficção histórica

Uma chave para a análise dessas questões é encontrada na crítica literária contemporânea, que faz uso do termo “ficção histórica” para compreender tais obras. Sem denegar o “romance histórico”, considerado dentro de seu contexto romântico oitocentista e que foi tão trabalhado por Herculano, a “ficção histórica” abrangeria uma maior gama de estilos literários que também fazem uso do aporte historiográfico para se constituir, sendo

²²² HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, n. 58, p. 37-40, 4 de fevereiro de 1843. p. 37.

considerados, para além do romance, o drama, a novela, o conto, o poema narrativo, dentre outros.²²³ Dessa forma, percebemos nesse conceito uma designação mais adequada para textos como a própria “Crônica do Descobrimento do Brasil” e as demais narrativas de Herculano que não compõem sua tríade romanesca, e que não se enquadram exatamente na definição de romance, sobretudo por sua estrutura e seu tamanho relativamente reduzido.

Apesar de “ficção histórica” ser um conceito moderno, sua aplicação se justifica pela abordagem teórica contemporânea exclusivamente para fins de análise, não deixando de considerar a perspectiva histórica de como os textos seriam designados na época de sua produção, nem suas características ligadas ao desenvolvimento do romance histórico em si.²²⁴

A “ficção histórica”, no entanto, vem ao encontro da proposta dessa dissertação ao estabelecer uma tensão entre a ficção e a história. A fim de compreender como a ficção se adequa à análise da literatura sobre a qual nos debruçamos, convém retornar à sua formação conceitual. De acordo com Catherine Gallagher, a composição do conceito moderno de narrativa de invenção se deu ao lado da mudança de significado da própria ficção, ocorrida entre os séculos XVII e XVIII. A nova acepção de uma composição inventada, com eventos e personagens imaginários substituiu a antiga idéia de ficção como engano e fingimento: “Se a etimologia da palavra tem algo a nos ensinar, devemos concluir que a ficção foi descoberta como modalidade discursiva com estatuto próprio somente quando os leitores desenvolveram a capacidade de distingui-la tanto da realidade como – sobretudo – da mentira.”²²⁵

A verossimilhança aparece aqui como um elemento constitutivo dessa literatura, característica não comportada pela narrativa ficcional até então.²²⁶ A passagem do *romance* ao *novel*, considerada dentro da tradição crítica americana e inglesa a partir da qual a autora constrói sua análise sobre a constituição da narrativa ficcional, remete a uma

²²³ CAVALIERE, Mauro. *As coordenadas da viagem no tempo : uma contribuição para a teoria da ficção histórica baseada em alguns textos portugueses dos séculos XVI, XIX e XX*, Stockholms: Stockholms Universitet, 2002. p. 25.

²²⁴ Ibidem, p. 23.

²²⁵ GALLAGHER, Catherine. “Ficção”. In: MORETTI, Franco (org.). *O Romance I – A cultura do romance*, Cosac & Naify, 2009. p. 631.

²²⁶ Ibidem, p. 643

mudança epistemológica, em que a limitação do conceito de verdade ligado à exatidão histórica passa a incluir uma acepção mais ampla a partir da simulação mimética: “A aceitação geral da verossimilhança como forma de verdade, antes que de fraude, está na origem do conceito de ficção e, ao mesmo tempo, na do romance como gênero literário.”²²⁷

Logo, ao pensar a ficção histórica a partir da definição tradicional que caracteriza a ficção pela ausência total dos elementos definidores do real²²⁸, e a história como presa necessariamente ao relato de acontecimentos reais, os dois gêneros seriam automaticamente excludentes. No entanto, Mauro Cavaliere, amparado por estudiosos como Umberto Eco, Gérard Genette e José Maria Pozuelo, afirma a inexistência de aspectos textuais totalmente determinantes a partir dos quais se possa distinguir entre um texto factual e outro ficcional, da mesma forma como o conceito de verdade absoluta não seria o elemento distintivo entre o ficcional e o histórico.²²⁹ Nessa mesma linha Wolfgang Iser considera que um texto literário não pode ser definido apenas por sua ficcionalidade: “Just as the text cannot be confined to those of its elements which are taken from referential reality, so it cannot be pinned down to its fictional features”.²³⁰ Mas sim, como uma combinação entre realidades e ficções, uma interação entre o que é dado e o que é imaginado, motivo pelo qual deslegitima a antiga oposição entre ficção e realidade, propondo uma tríade de conceitos em seu lugar: o real, o fictício e o imaginário.²³¹

Seguindo a proposta de acordo com a qual um texto literário não necessita de uma total ficcionalidade para se constituir, tanto a “Crônica do Descobrimento do Brasil” quanto “O Bobo”, “O Bispo Negro”, *Eurico o Presbítero* e as demais obras semelhantes dos autores, comportariam concomitantemente a imaginação, o fictício e uma parcela de realidade, dada pelo aporte histórico e documental e pela postura crítica de historiadores que Varnhagen e Herculano mantêm mesmo quando escrevem trabalhos de gênero distinto. Como salienta Pedro Telles da Silveira, ao considerar a “Crônica do Descobrimento do

²²⁷ Ibidem, p. 634

²²⁸ ISER, Wolfgang. *The fictive and the imaginary: charting literary anthropology*, Baltimore, MI.: The Johns Hopkins University Press, 1993. p. 2.

²²⁹ CAVALIERE, op. cit., p. 27-28.

²³⁰ “Assim como o texto não pode se limitar aos seus elementos que são tirados da realidade referencial, também não pode se prender à suas características ficcionais.” (livre tradução) ISER, op. cit., p. 1-2.

²³¹ Ibidem, p. 1.

Brasil” como uma recriação ficcional do descobrimento do Brasil, coloca-se em questão os elementos definidores da história e da ficção no contexto oitocentista, já que, nesse caso, a ficcionalidade é obtida a partir de um documento, “enquanto o ficcional engendra a narrativa e a veracidade histórica”.²³² O mesmo pode ser observado em relação às obras de Herculano, em que a separação entre o literário e o histórico não são mais totalmente verificadas frente a relativização das funções tradicionais de tais elementos.

4.3. A dialética entre a verdade e a verossimilhança

Herculano apresenta a relação entre o histórico e o ficcional a partir da dualidade conceitual em que coloca em cheque elementos como a história de um lado e de outro a tradição, a lenda ou mesmo a fábula. Assim, a atuação da história dentro da literatura pode ser observada da seguinte forma:

*Aproximava-se o meiado do duodecimo seculo. O principe de Portugal Affonso Henriques depois de uma revolução feliz, tinha arrancado o poder das mãos de sua mãe. Se a historia se contenta com o triste espectáculo de um filho condemnando ao exilio aquella que o gerou, a tradição carrega as tinctas do quadro, pintando-nos a desditosa viuva do conde Henrique arrastando grilhões no fundo de um calabouço. A historia conta-nos o facto; a tradição os costumes. A historia é verdadeira, a tradição verosimil; e o verosimil é o que importa ao que busca as lendas da patria.*²³³

Nessa passagem que principia “O Bispo Negro”, Herculano opera com dois conceitos distintos: história e tradição. Seguindo os pressupostos da escrita da história oitocentista delineados anteriormente, preocupada em narrar o acontecimento da forma mais direta possível, a história é apresentada como “o triste espetáculo” do filho

²³² SILVEIRA, Pedro Telles da. “Ficção, literatura e história através da ‘Crônica do descobrimento do Brasil’ (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen”, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 34-52, setembro de 2009. p. 35.

²³³ HERCULANO, Alexandre. “O Bispo Negro (1130)”. In: *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p. 58.

condenando sua mãe ao exílio, se referindo à querela entre Afonso Henriques e D. Teresa. Por contar um fato, portanto, a história é pressupostamente verdadeira. Mas, ao mesmo tempo, apresenta como o evento seria narrado sob o viés da tradição: “a desditosa viúva do conde Henrique arrastando grilhões no fundo de um calabouço”, ou seja, a imparcialidade do relato histórico abre passagem para uma imagem passional e dramática. A metáfora se torna pertinente ao sugerir que a tradição carrega as tintas do quadro da história, tornando o relato verossímil, e não mais verdadeiro, sendo essa verossimilhança mais importante do que a verdade para a construção das lendas da pátria.

Lidamos aqui com a multiplicidade assumida pelo autor de história e literatura ao construir seu discurso, ou seja, um mesmo evento que pode ser narrado de formas distintas de acordo com os objetivos que pretende alcançar. Como bem salienta Margarida Cardoso, a recriação ficcional do passado era capaz de atingir um público sem conhecimentos específicos em história e, nesse sentido, Herculano recorreria a seu profundo conhecimento sobre as épocas passadas para obter o arcabouço necessário à verossimilhança que intenta obter na elaboração dos cenários, das personagens, dos comportamentos e das situações imaginadas.²³⁴

Dessa forma, como historiador que era, finaliza “O Bispo Negro” apresentando a fonte de onde tirara o relato, ou seja, das “chronicas de Acenheiro” e da “chronica de Affonso Henriques”, que inseridas por Duarte Galvão seriam, a seu ver, um “rol de mentiras e disparates publicado pela nossa Academia, que teria procedido mais judiciosamente em deixa-las no pó das bibliothecas, onde haviam jazido em paz por quasi tres seculos.”²³⁵ Mas como seu objetivo não é narrar a história, e sim as tradições, a verossimilhança criada a partir de tais conhecimentos assume posição preponderante. Em contrapartida, não se abstém completamente da “verdade”, tão cara a ele: “Toda a narrativa da prisão de D. Theresa, das tentativas _oposicionistas_ do bispo de Coimbra, da eleição do bispo negro, da vinda do cardeal, e da sua fuga contrastam a historia daquella epocha.” Motivo que o leva a investigar inclusive as origens de tal lenda:

²³⁴ CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”, *História da Literatura Portuguesa*, Portugal: Publicações Alfa, 2003. p. 171.

²³⁵ HERCULANO, op. cit., p.75.

A tradição é falsa a todas as luzes: mas também é certo que ella se originou de algum acto de violencia praticado nesse reinado contra algum cardeal legado. Um historiador coevo, e, posto que estrangeiro, bem informado geralmente ácerca dos successos do nosso paiz, o inglez Rogerio de Hoveden, narra um facto acontecido em Portugal, que, pela analogia que tem com o conto do bispo negro, mostra a origem da fabula. A narrativa do chronista está indicando que o acontecimento fizera certo ruído na Europa, e a propria confusão de datas e de individuos, que aparece no texto de Hoveden, mostra que o successo era anterior e andava já alterado na tradição. O que é certo é que o achar-se esta conservada fóra de Portugal desde o seculo duodecimo por um escriptor que Ruy de Pina e Acenheiro não leram (porque só foi publicado no século decimo-setimo) prova que ella remonta entre nós, por maioria de razão, também ao seculo duodecimo, embora desfigurada como já a vemos no chronista inglez. Eis a notavel passagem a que alludimos, e que se lê a pag. 640 da edição de Hoveden, por Savile:

"No mesmo anno (1187) o cardeal Jacintho, então legado em toda a Hespanha, depôs muitos prelados (abbates) ou por culpas delles ou por impeto proprio, e como quizesse depôr o bispo de Coimbra, o rei Affonso (Henriques) não consentiu que elle fosse deposto, e mandou ao dicto cardeal que saísse da sua terra, quando não cortar-lhe-hia um pé." ²³⁶

Na ótica de Herculano, a história que se apresenta como pano de fundo é verdadeira, mas a tradição que transmite o evento “é falsa a todas as luzes”. O autor tem consciência de que ao escrever a literatura, seu compromisso não está mais ligado com a verdade, e por mais que a base para a narração do evento seja histórica, ele narra uma lenda. Ou seja, coloca em cheque o próprio conceito de verdade.

Costa Lima estabelece uma relação muito semelhante ao apresentar as concepções de Tucídides e Homero sobre os eventos da guerra de Tróia e o exército que invadira a cidade. Enquanto para Tucídides o interesse estava em assinalar o tamanho da frota invasora, a Homero importava utilizar as informações para sua construção épico-dramática. Essa diferença de objetivos remete a dois princípios distintos: à fábula de cujas voltas dependia o direito à glória dos protagonistas versus o relato declarador do que houve. Ou seja, os dois autores antigos trabalhavam com os mesmos dados, mas com propósitos

²³⁶ Ibidem, p. 75-76.

distintos: “Se a Tucídides, Homero parecia um adornador, a Homero, Tucídides pareceria um tacanho, preocupado com coisas pequenas.”²³⁷

A relação apontada por Herculano entre a história e a tradição apresentada a partir das lendas do país apresenta-se de modo muito semelhante à dualidade entre Tucídides e Homero elaborada por Costa Lima. Enquanto a história se importaria com o relato do que se passara, a fábula se prestaria a criar a “glória do protagonista”, o que diferenciaria as metas do historiador e do poeta, mesmo que conservassem diversos pontos de contato.

O mesmo paralelo entre os objetivos de um historiador e de um escritor preocupado em narrar a tradição através da literatura, pode ser verificada, também, na descrição da velha catedral coimbrese, cenário da ação de “O Bispo Negro”:

Houve tempo em que a sé abandonada de Coimbra era formosa; houve tempo em que essas pedras, ora tismadas pelos annos, eram ainda pallidas, como as margens areentas do Mondego[1]. Então o luar, batendo nos lanços dos seus muros, dava um reflexo de luz suavissima, mais rica de saudade que os proprios raios daquelle planeta guardador dos segredos de tantas almas, que crêem existir nelle, e só nelle, uma intelligencia que as perceba.

Então aquellas ameias e torres não haviam sido tocadas das mãos de homens, desde que os seus edificadores as tinham collocado sobre as alturas; e todavia já então ninguém sabia se esses edificadores eram da nobre raça goda, se da dos nobres conquistadores arabes.

*Mas, quer filha dos valentes do norte, quer dos pugnacíssimos sarracenos, ella era formosa na sua singella grandeza entre as outras sés das Hespanhas. Ahi succedeu o que ora ouvireis contar.*²³⁸

Após a descrição, Herculano apresenta em nota a data documentada da construção da catedral (século XII), mas aceita para fins da narrativa a remotíssima antiguidade atribuída pela tradição. Ou seja, embora suas pesquisas históricas apontem para um dado preciso, que não deixa de evidenciar, no corpo do texto ele abre mão desta exatidão para sucumbir às necessidades do relato literário.

²³⁷ LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 397.

²³⁸ HERCULANO, op. cit., p. 57-58.

Varnhagen também envereda pelo mesmo caminho em “O Caramuru perante a história”, publicado na Revista do IHGB em 1848, em que diferencia os contos da tradição de um povo, da história feita por historiadores:

Quasi todas as nações offerecem exemplos, nos primeiros tempos da historia da sua civilização, de contos maravilhosos que acalentaram no berço, e depois entretiveram a fantasia de seus povos, em quanto estes não tinham de si muito o que dizer. Há n'esses contos quase sempre um fundo verdadeiro: nem era possível a quem tinha pouco de que historiar esquecer-se de um feito extraordinario praticado por homeus mais eminentes de corpo ou de espirito, ou oriundos de gente de maior illustração, aos quaes os simplices aborigenes selvagens deviam de ter venerado como creatuas de outra espécie, como deuses ou semi-deuses.²³⁹

Da mesma forma como Herculano apresenta em “O Bispo Negro” um mesmo evento narrado sob a luz da história e em seguida da tradição, Varnhagen apresenta o processo de transmissão de um acontecimento após ser narrado muitas vezes de acordo com a tradição, em que a poesia e a imaginação atuariam na elaboração das cenas registradas na memória do povo, antes do trabalho de qualquer historiador.

Depois d'elle succedido conta-o, torna-o a contar: a poesia o vai enfeitando, a imaginação enriquecendo (1), o espirito associando, e no fim de annos tem a historia sahido d'esse chaos, d'essa Babel de linguas dispersas já outra, sempre para mais pasmosa e estupenda: e tanto mais o for, tanto maior certeza terá de ferir a imaginação e tocar os corações, especialmente do sexo que recolhe mais itimas sensações, e que depois nol-as transmite com o leite. O historiador só apparece mais tarde quando o povo se tem constituido e adiantado em civilização; mas d'esse facto que ao povo interessou, e pela fórma que lhe interessou, já elle tem registado a historia n'um archivo muito mais popular, e não menos duradouro que os documentos escriptos em pergaminho: é o da tradição.²⁴⁰

Essas narrativas, por sua vez, não seriam menos válidas do que o discurso dos historiadores, e tampouco isentas de realidade, visto aliam a imaginação à parcela histórica que não deixam de sustentar.

²³⁹ VARNHAGEN, “O Caramuru perante a história”. In: *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 129-152, segundo semestre de 1848. Tomo X. p. 129.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 130.

*Succede como na Mythologia: todos sabemos que há n'esta uma parte histórica, e outra imaginativa; aprendemos até nas escolas a distinguilas: entretanto quando lemos um poeta clássico acreditamos com igual fé assim as entidades que tiveram uma existência histórica como as propriamente fabulosas. Quem nos dá a verdadeira fé é a magia do poeta, que melhor sabe tocar-nos, vibrando-nos as cordas do sentimento.*²⁴¹

Em suma, a pluralidade conceitual que essas narrativas histórico-ficcionais engendram coloca em questão o próprio conceito de verdade histórica oitocentista ligado exclusivamente aos relatos documentais. Como afirma Margarida Cardoso sobre Herculano, em uma proposição que pode ser estendida também a Varnhagen, ele procurou realizar uma simbiose entre imaginação e “verdade” ao escrever sua ficção histórica, “tornando-a capaz de responder ao “ideal” do criador e ao escrúpulo do estudioso do passado, juntos num só artista.”²⁴²

4.4. Personagens referenciais na “Crônica do Descobrimento do Brasil” e “O Bobo”

A relação entre o histórico e o ficcional dentro das narrativas aqui abordadas pode ser observada não apenas no que se refere ao acontecimento em si, mas também na análise das personagens históricas contidas nessas obras, pois nelas o “real”, refletido na utilização de personalidades que tiveram uma existência documentada, é mesclado com o universo fictício ao interagir com elementos puramente imaginários. Portanto, ao lado do episódio histórico e da base documental, a personagem é um dos caracteres determinantes da ficção histórica oitocentista.

De acordo com Mauro Cavaliere, a relevância da personagem histórica pode ser observada tanto por sua simples existência, como também em sua relação com a personagem ficcional, e nesse sentido, torna-se importante a partir de suas instâncias: “... no

²⁴¹ Ibidem, p. 130-131.

²⁴² CARDOSO, op. cit., p.160.

domínio do romance histórico por determinar certas mudanças do ponto de vista histórico-literário e relativamente a outros gêneros porque é um dos traços constituintes de todas as manifestações de ficção histórica.”²⁴³ Ou seja, essa relação entre a personagem inventada e a histórica seria característica marcante da ficção histórica e um dos traços que a diferenciaria de outros gêneros romanescos.

Como apresenta Maria de Fátima Marinho, dois processos costumam ser seguidos tanto por Walter Scott, quanto por Herculano para a inclusão de personagens referenciais: nas *Lendas e Narrativas* os heróis e heroínas corresponderiam invariavelmente às personagens históricas, motivados por vezes pela maior fidelidade ao texto das crônicas em que o autor se baseia. Já nos três romances (*O Bobo*, *Eurico o Presbítero*, e *O Monge de Cister*) eles teriam papéis variáveis, “mas sempre dentro de uma relativa obscuridade”.²⁴⁴ Essa opção do romancista histórico em relegar as personagens referenciais para segundo plano (os reis e os estadistas entrariam apenas superficialmente na trama), privilegiando os heróis inventados, era um recurso que permitia ao autor uma maior liberdade de efabulação, pois como o próprio Walter Scott reconheceria, a inclusão de personagens históricos limitaria a liberdade do narrador.²⁴⁵ Proposição que também aparece em Lukács, que construindo sua análise a partir das obras de Scott, sugere que as figuras históricas de renome ocupariam apenas um lugar marginal na narrativa.

Assim sendo, percebe-se que “O Bobo” tem como peça central D. Bibas (o bobo da corte), ao lado do triângulo amoroso fictício composto por Dulce, Egas Moniz e Garcia Bermudez, personagens que interagem constantemente com os demais e por vezes comandam os rumos da história, como o auxílio crucial prestado pelo bobo da corte na fuga das tropas do Lidador que estavam presas dentro dos muros do castelo de Guimarães, cujos portões haviam sido trancados por ordens do Conde de Trava, na tentativa de capturar os que se posicionavam contrários aos seus intentos. No entanto, eles nem sempre mantêm o foco principal da narrativa, sendo que as personagens que tiveram participação conhecida no processo de independência de Portugal, como a rainha D. Tereza, o conde Fernando

²⁴³ CAVALIERE, op. cit., p. 137.

²⁴⁴ MARINHO, Maria de Fátima. “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”, *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, n. 09, p. 97-117, 1992. p. 109.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 101-108.

Peres de Trava e o infante D. Afonso Henriques (esse sem uma participação tão ativa no romance), seguidos de Gonçalo Mendes da Maia, apelidado de o Lidador, e outros nomes de menor importância, conseguem se impor de maneira a ofuscar invariavelmente o enredo do núcleo imaginário.

Essas personagens referenciais²⁴⁶, isto é, que possuem uma existência histórica conhecida entre o público leitor, seriam as “molas propulsoras” indispensáveis para a criação dos heróis e heroínas inventados e o desenrolar do triângulo amoroso entre Dulce – Egas - Garcia, mas nem por isso seriam as “menos interessantes”, como afirma Maria de Fátima Marinho. Muito pelo contrário, o recurso de dar vida aos reis, rainhas, estadistas e membros da corte seria a grande distinção dessa literatura, e por mais complexas que possam ser as construções das demais personagens exclusivamente ficcionais, não é esse o elemento que caracteriza o romance histórico, pois elas podem ser encontradas em romances anteriores, sobretudo da tradição gótica setecentista, que legou o modelo da heroína frágil perseguida por um senhor perverso que impede a concretização de seu amor com o herói da trama, aos moldes de Ann Radcliffe, e que pode ser observado no amor entre Dulce e Egas Moniz, impedido de se realizar pelos interesses do Conde de Trava.

Na “Crônica do Descobrimento do Brasil” o foco principal também recai sob as personagens documentadas, com atenção especial para Pedro Álvares Cabral e mais ainda a Pero Vaz de Caminha, por ser o autor da carta que embasa a narrativa. Acompanhados pelos navegadores: Affonso Lopes, Sancho de Toar, Nicolau Coelho, Simão de Miranda, Ayres Correa, Duarte Pacheco Pereira, João de Sá, que embora não sejam protagonistas nem membros cruciais da trama, dialogam e debatem sobre os rumos a serem tomados pela expedição. Ao lado deles, apresenta-se o núcleo ficcional, também encenado a partir de um caso amoroso, reforçando a introdução do indígena na novelística brasileira, entre a jovem índia Ypeca: “uma das mais lindas raparigas que a imaginação nos pode apresentar”²⁴⁷ e o tripulante Braz Ribeiro: “natural de Torrão e de uma família mui conhecida, não só por

²⁴⁶ Mauro Cavaliere define o conceito de personagem referencial de acordo com os preceitos de Philippe Hamon, de acordo com o qual ele remeteria a um saber institucionalizado ou um conceito apreendido, além de serem invariavelmente definidos pelo dicionário. Ver: CAVALIERE, op. cit., p.144-145.

²⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descubimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 150, p. 85-87, 14 de março de 1850. p. 86.

sangue e gentilezas cavalleirosas, como ainda mais pela posse hereditária de uma alma sensível e apaixonada”²⁴⁸. Embora de grande importância, a querela sentimental e fictícia não adquire posição central, e nem a mesma força delegada a Pero Vaz e Cabral, por exemplo, cujas presenças se fazem imprescindíveis.

A presença ao mesmo tempo de personagens históricos e ficcionais seria, portanto, um dos traços mais característicos da ficção histórica. Tanto “O Bobo” quanto a “Crônica do Descobrimento do Brasil” fazem uso desses dois tipos de caracteres, mas o ponto mais importante, nesse momento, é observar como as personagens referenciais tornam-se membros atuantes da narrativa literária e ganham vida e sentimentos a maneira daqueles exclusivamente ficcionais. Não é nosso interesse, portanto, fazer uma análise das personagens históricas à luz da teoria literária, mas sim compreender em que sentido a introdução desse elemento auxilia na compreensão de como o fator histórico se apresenta dentro de tais narrativas. Ou seja, a partir do momento em que os autores imaginam as atitudes e reações das personagens históricas frente a determinados acontecimentos, criam um ponto de encontro entre as duas instâncias, o real e o imaginário, recriando de forma mais ou menos livre os episódios históricos.

Na obra de Herculano, tal construção pode ser observada, por exemplo, na configuração da personagem de Gonçalo Mendes da Maia, conhecido como o Lidador por suas proezas nos campos de batalha. Sua morte aparece como um tópico muito conhecido na tradição portuguesa a que Herculano não dá muito crédito por suas inverossimilhanças, mas por constar no *Livro de Linhagens*²⁴⁹, cita o evento brevemente na sua *História de Portugal*. Assim sendo, contando mais de noventa anos e estando por fronteiro da cidade de Beja, sucumbe contra os sarracenos após uma batalha heróica.²⁵⁰

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ De acordo com a explicação de Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica*, os Livros de Linhagem foram catálogos históricos das famílias nobres redigidos durante a Idade Média. Essa documentação referente ao Conde D. Pedro teria sido compilada e publicada por Herculano. Ver: *Portugaliae Monumenta Historica – Scriptores* / Alexandre Herculano (org.), Olisipone: Typis Academicis, 1860. 1 vol.

²⁵⁰ HERCULANO, Alexandre. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*. 8ª ed. Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d.. Tomo I. p. 413.

É, todavia, por estes tempos que a tradição colloca a morte de Gonçalo Mender, irmão de Sueiro Mendes da Maia, e denominado Lidador pelo seu esforço nas batalhas. Estava por fronteiro de Béja, posto que tivesse mais de noventa annos. Certo dia, saindo a correr campo, encontrou-se com um esquadrão de sarracenos, que desbaratou; mas, apparecendo novas tropas, e estando elle cançado e ferido, ficou morto no campo, ainda que com victoria dos seus. As circumstancias deste successo, que se lêem nos historiadores, são pela maior parte de tal modo inverosímeis, que nós o teríamos absolutamente omittido, se um monumento, que reputamos assás remoto, não alludisse a elle.

De forma distinta, Gonçalo Mendes da Maia adquire maior importância nas narrativas ficcionais, o que motiva Herculano a dedicar um texto à narrativa de sua derradeira batalha, retratando sua morte de forma dramática e honrosa:

O fronteiro vacillou; deu um gemido, e os braços lhe ficaram pendentes: a boa espada de Damasco teria caído no chão, se não estivesse presa ao punho do cavalleiro por uma grossa cadeia de ferro: o ginete, sentindo as rédeas frouxas, fugiu um bom pedaço pela campanha a todo o galope. Mas o Lidador tornou em si: uma forte soffreada avisou o ginete de que seu senhor não morrerá. Á redea solta lá volta o Fronteiro de Béja; escorre-lhe o sangue, involto em escuma, pelos cantos da bôca: traz os olhos torvos de ira: ai de Almoleimar!

Semelhante ao vento de Deus, Gonçalo Mendes da Maia passou por entre os christãos e mouros: os dous contendores viram-se, e, como o leão e o tigre, correram um para o outro: as espadas reluziram no ar: mas o golpe do Lidador era simulado, e o ferro, mudando de movimento no ar, foi bater de ponta no gorjal de Almoleimar, que cedeu á violenta estocada; e o sangue, saindo ás golfadas, cortou a ultima maldição do agareno.²⁵¹

A força do caráter do herói que luta até a morte em defesa da pátria, embora com traços inverossímeis como reconhece Herculano, adquire grande importância pelo ideal de nacionalismo que representa. Em “O Bobo”, a mesma figura é uma das personagens chave para o desenrolar da querela entre D. Teresa e Afonso Henriques, que embora temendo a eclosão de uma guerra civil, toma o partido do infante na batalha de S. Mamede. O Lidador aparece sempre como um homem de caráter forte e imponente, proferindo suas palavras com voz retumbante.

²⁵¹ HERCULANO, Alexandre. “A Morte do Lidador (1170)”. In: *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p. 91.

“E Gonçalo Mendez da Maia? – interrompeu o velho aio Egas Moniz. – Porque se conserva um dos mais esforçados e poderosos filhos-d’algo de Portugal entre os inimigos do infante? – Viste-o? – Alcançaste acaso saber quaes eram seus intentos?” –

“Os seus intentos foram o impedir a guerra entre homens da mesma fé e da mesma linhagem: hoje a sua lança será a primeira que se enriste nessas lides que Deus quis fossem inevitáveis.”

Estas palavras preferia-as um cavalleiro que affastára o reposteiro da entrada da tenda, e cruzando os braços ahi ficára parado.

Era o senhor da Maia.

*O sobressalto foi geral. O trovador correu para ele, e depois de o abraçar, tomando-o pela mão o fez aproximar do infante.*²⁵²

Com maior relevância, Herculano apresenta também D. Teresa, a formosíssima infanta de Portugal, epíteto que constaria em seus diplomas, e que foi uma personalidade de suma importância no episódio da independência de Portugal, cujas ações são muito discutidas em debates historiográficos, mas que nesse romance, adquire um caráter peculiar, dotada de sentimentos intensos e controversos, como o de amante e de mãe, mulher submissa e forte. Seu segundo casamento com Fernando Peres de Trava, fortemente ligado à corte de Leão e Castela, teve conseqüências desastrosas. Ao aceitar submeter seu reino ao poder leonês e castelhano por vontade de seu novo marido, causou grande desgosto popular, sobretudo entre os grandes líderes que se uniram ao infante Afonso Henriques para oferecer resistência aos intentos do conde de Trava. D. Tereza percebe-se, então, dividida entre seu amor pelo marido e os sentimentos por seu filho.

Para aquelles que, como Gonçalo Mendez, se tinham mostrado parciaes do infante, apenas lançava a rainha um olhar rápido, em que se misturava a cólera e ao mesmo tempo o desprêso, como se previsse já a hora do triumpho, e por consequencia do castigo. D. Thereza, que desde a partida do seu filho se mostrára triste, abatida, e irresoluta, parecia nesta noite reassumir toda a sua antiga energia. No seu rosto, banhado de uma alegria algum tanto forçada, conhecia-se-lhe o desejo de que lhe cessem o animo tranquilo ao aproximar da procella. Dir-se-ia até que intentava fazer sobressair sua formosura, que os annos, os cuidados do governo, e os trabalhos nas longas guerras que sustentara contra D.

²⁵² HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 75, p. 169-173, 3 de junho de 1843. p. 171

Urraca, e depois contra o imperador, tinham assar desbotado, mas que ainda faziam realçar os ricos trajos que naquelle dia vestíra. ²⁵³

(...)

A situação de D. Thereza, quando o Trovador entrou em Guimarães, era na verdade terrível. A colera que nessa noite transbordara do coração do conde, e a sede impacavel de sangue e de vingança que o devorava fizeram conhecer claramente á rainha que para Afonso Henríquez não havia esperar delle nem paz nem perdão. Esta certeza avivára, enfim, na sua alma os sentimentos de mãe, sentimentos que já não podiam ser para D. Thereza senão uma nova causa de desventura. Tinha jurado perante os cavalleiros do conde sahir com elles á lide, e quando ousou fallar de reconciliação, o senhor de Trava com palavras de respeito hypocrita e de verdadeiro escarneo lhe recordou a promessa que tão recentemente havia feito. Subjugado pelo predomínio infernal, que nelle alcançára Fernão Perez, aquelle pobre coração de mulher, que cria sentir em si os brios de um coração d'homem, sabia apenas despedaçar-se n'uma contínua alternativa de affectos. ²⁵⁴

Herculano pretende resgatar os sentimentos da rainha ao se ver obrigada a escolher entre seu filho e seu esposo, e os tormentos de seu coração ao ser colocada em uma posição controversa. Suas características doces e emocionais transparecem nomeadamente, em relação a sua dama de companhia, a jovem Dulce, personagem ficcional, por quem nutre um sincero sentimento maternal. Por sua protegida fictícia, D. Tereza se entristece e chora por sua impotência ante o destino cruel imposto a ela pelo conde de Trava, que a obrigara a se casar com Garcia Bermudez e abrir mão de seu amor por Egas Moniz, aliado ao infante:

Dolorosa era a situação de D. Thereza. Amava sinceramente Dulce; mas entre ella e o conde havia laços que não podia, nem quizera quebrar. Aquellas expressões insolentes de Fernão Peres, a audácia com que elle substituí a própria vontade á sua, tinham uma significação terrível: despertavam-lhe recordações e remorsos! O primeiro impulso do seu espírito altivo foi a indignação, mas a vergonha, talvez o temor, lhe

²⁵³ HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 67, p. 106-109, 8 de abril de 1843. p. 106.

²⁵⁴ HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 79, p. 202-206, 1 de julho de 1843. p. 202.

*embargou o manifesta-la. Abaixou o rosto, e duas lagrymas lhe escorregaram pelas faces.*²⁵⁵

Esta duplicidade complacente não aparece no conde Fernando Peres de Trava, personagem histórico e ao mesmo tempo o grande vilão do romance, que interage tanto com o núcleo ficcional, ao forçar o casamento entre Dulce e Garcia Bermudez, quanto com os acontecimentos que decidirão os rumos do reino de que se considerava senhor. Herculano constrói essa figura com base em sentimentos intensos e intimidadores, criando uma personalidade cruel, que por vezes dualiza com a presença mais delicada, mas não menos forte, de D. Tereza: “A raiva suffocava e tolhia a falla do Conde de Trava, cujos olhos banhados de fel pareciam não lhe caberem nas orbitas: estendeu apenas a mão tremula e contrahida fazendo signal que recusava. O seu terrivel silencio durou por alguns instantes. Quem se atreveria a quebra-lo?”²⁵⁶

Na “Cônica do Descobrimento do Brasil”, não encontramos personagens tão passionais, nem com o desenvolvimento psicológico elaborado por Herculano. O estilo de Varnhagen ao recriar o descobrimento do Brasil é distinto, suas personagens são mais sóbrias e mais próximas das descrições documentais. Duas figuras, no entanto, são centrais na sua narrativa, desenvolvidas cada qual de forma muito específica: a primeira é o capitão-mor Pedro Álvares Cabral, que por sua própria posição dominante na esquadra adquire também importância no desenlace da narrativa. Assim sendo, suas ações são mais diretas, e Varnhagen não se detém muito em divagações acerca de seu comportamento e suas atitudes, arriscando-se apenas discretamente nesse sentido em determinados excertos:

A noite já ia adiantada, e Pedr’Alvares estava ainda a arranjar a correspondencia para elrei, enviando-lhe as derrotas e observações dos pilotos, a fim de melhor se regularem os que lá voltassem. Pero Vaz fechava a sua carta, escripta em sete folhas de papel ordinario, acrescentando que ainda naquella noite tinham sahido dois grumetes da

²⁵⁵ HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 69, p. 125-127, 22 abril de 1843. p. 126.

²⁵⁶ HERCULANO, Alexandre. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 79, p. 202-206, 1 de julho de 1843. p. 203.

*capitana, e recommendava muito a ocupação da terra, que julgava com os seus uma ilha de 20 a 25 leguas.*²⁵⁷

No entanto, ao tratar de Pero Vaz de Caminha, o escrivão oficial da armada, Varnhagen permite-se uma maior parcela de invenção e sua imaginação flui mais livremente. Como Flora Sussekind sugere, Varnhagen se identifica com Pero Vaz, pois, assim como ele, sua meta é descrever as “origens” da “Nação brasileira”. O autor apresenta uma maior intimidade com tudo que remeta ao escrivão, assumindo-se invariavelmente como seu duplo: “... buscando fixar o seu ponto de mira com base no do cronista”.²⁵⁸ Essa identificação possibilita uma maior digressão ao elaborar as cenas com Caminha.

*Porem, como íamos dizendo, chegara a noite e corria já quase no fim o quarto de prima: - Pero Vaz na sua camara recostado com o cotovelo no coxim e o rosto na palma da mão, ideava o escrever uma carta a seu rei. Tudo estava em socêgo – só se ouvia o sussurrar da água chapinhando nos costados da capitania – o ranger dos aparelhos nos moitões e quadernaes em virtude do balouçar da nau – o bocejar das vigias nos chapiteus de ré e d’avante que se conservavam sobre rolda – e os passos cadenciados do official de quarto que, andando pela tolda, e pensando na futura sorte daquella navegação, admirava o estrelado firmamento do Novo-mundo, que reflectindo-se no mar deixava a frota entre dois mantos azues recamados de perolas e bordados de lantejoulas. E a briza suave refrescava o ar afoqueado pelo ardor do sol durante o dia, e trazia bafagens terrais prenhes de balsâmicos perfumes.*²⁵⁹

Nessa noite tranqüila, em que Pero Vaz planejava a carta que escreveria ao rei de Portugal, Varnhagen imagina toda a cena, desde sua postura, suas atitudes, até seus próprios pensamentos, sua posição recostada no coxim embalado pela brisa suave e o sussurrar da água, proporcionando um toque delicado à reconstituição. Varnhagen parece entreter-se ao conceber as condições de Caminha ao escrever sua epístola, pois em outros momentos também se detém a idealizar como o escrivão se portaria em tal ocasião:

²⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 152, p. 101-104, 28 de março de 1840. p. 103.

²⁵⁸ SÜSSEKIND, op. cit., p.186.

²⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 142, p. 21-22, 18 de janeiro de 1840. p. 22.

...e Pero Vaz retirou-se ao seu camarim aonde tinha que fazer. Era alta noite, e ao resoar da água vasante, cortada na proa da nau, estava elleem pellote e embuçado no ferragoulo escrevendoo periodo que acima deixamos transcripto, e mais algumas particularidades não mejos elegantes e curiosas. – Depois recostou-se, e dormiu. –²⁶⁰

Em outra passagem, Caminha se regozija pela imensidão de novidades que poderá remeter ao rei, e mais ainda devido às benesses que espera alcançar em favor de sua filha e genro:

Dahi a pouco já estas ordens se estavam a pôr em execução. Pero Vaz, que, segundo consta, de todos estes factos lavrou uma acta, exultou de contentamento, vendo que lhe apareciam tantos novos assumptos curiosos para a carta que escrevia a elrei D. Manuel; com a qual esperava porventura obter delle a vinda para o reino de sua amada filha e de Jorge de Soiro seu marido, que contra vontade residiam na ilha de S. Thomé; a qual todavia era de muito trato não só civil pelos muitos judeus lá estabelecidos, como também commercial em consequência de varias dúzias de engenhos d’assucar que então alli moíam effectivamente.

Há porem quem se persuada que no goso desse intimo contentamento, sobrevinha algum desprazer por ir sem ver a terra; de que é o primeiro escriptor, para a insidiosa Calecut aonde segundo cremos foi ser também victima das traições em que morreu o feitor-mor Ayres Correa.²⁶¹

Caminha é o melhor exemplo do tipo de reconstrução ficcional de uma personagem histórica que oscila entre o relato documental e a recriação imaginativa. No entanto, por Varnhagen estar mais preso ao relato original, suas digressões romanescas são menos expressivas e menos frequentes. Uma importante característica de sua obra, que não encontramos tanto em Herculano, está na constante migração do relato crítico historiográfico ao ficcional e vice versa. Motivo pelo qual Varnhagen utiliza muitas vezes trechos literais de suas fontes para compor a crônica. A própria descrição dos indígenas

²⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 144, p. 33-35, 1 de fevereiro de 1840. p. 34.

²⁶¹ VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 146, p. 53-56, 15 de fevereiro de 184. p. 56.

pouco tem de inventada por ele, visto que se baseia quase que completamente no relato do próprio Pero Vaz de Caminha, cedendo-lhe a palavra por mais de uma vez:

Deixando para os mais curiosos as bellas e ingênuas descrições da simplicidade desta gente, feitas por Pero Vaz de Caminha ao seu rei, as quaes todas revelam na forma e no estilo a religião e os costumes innocentes de nossos maiores, estimamos não poder resistir ao desejo de trasncrever a sua seguinte narração de uma scena por ele apresentada. Prepare-se pois o leitor que vai ler um periodo escripto há muito mais de tres séculos. –²⁶²

Esse misto entre história e invenção, e o destaque dado hora ao relato documental e hora ao imaginativo, nos permite retomar a citação de Herculano que abre o capítulo: “Novella, historia, qual destas duas cousas é mais verdadeira? Nenhuma, se o affirmarmos absolutamente de qualquer dellas...”²⁶³ e continua:

Quando o character dos indivíduos ou das nações é sufficientemente conhecido, quando os monumentos e as tradições, e as chronicas desenharam esse character com pincel firme, o novelleiro pôde ser mais verídico que o historiador; porque está mais habituado a recompor o coração do que é morto pelo do que vive, o gênio do povo que passou pelo povo que passa.²⁶⁴

Enfim, a liberdade permitida ao autor literário abre caminhos, a princípio, não permitidos ao historiador oitocentista tão preocupado com uma história fidedigna, baseada em dados documentais. O historiador que se dedicava a romancear os eventos históricos, apoiando-se nas mesmas fontes, operava no limite entre o “real” e o fictício, limite este talvez ainda não tão certos e definitivos. Ampliava-se assim, a própria concepção da história que se desenvolvia e se reconstruía nessa primeira metade do século XIX, relativizando a idéia da história científica e objetiva, a partir do momento em que era inserida a imaginação de cunho histórico para preencher as lacunas que o documento não

²⁶² VARNHAGEN, Francisco A. de, “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 144, p. 33-35, 1 de fevereiro de 1840. p. 33-34.

²⁶³ HERCULANO, Alexandre. “A velhice”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 170, p. 242-245, 1 de agosto de 1840. p. 243.

²⁶⁴ *Ibidem*.

permitia contar. Era a mesma história, produzida pelos mesmos historiadores e com a mesma base documental, mas contada e apresentada ao público de uma maneira diversa: imaginativa, com personagens vivos e emocionais, que se mesclam entre figuras históricas e personagens inventados de acordo com a imaginação de cada escritor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cerne desse estudo foi apresentar, ao longo dos capítulos, como o conceito de uma história objetiva e científica que tanto interessou aos historiadores oitocentistas, foi colocado em questão pelos mesmos estudiosos ao escreverem a ficção histórica. Para isso o caminho pensado foi apresentar os autores, justificando sua escolha a partir das consonâncias entre eles, e ressaltando o fato de serem historiadores muito conhecidos e cujas obras foram de inegável importância para a historiografia nacional oitocentista.

Procuramos refletir sobre o percurso de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen, indo desde a formação nos estudos, até as pesquisas históricas e a publicação de seus primeiros textos nos jornais lusitanos, ressaltando os pontos de intersecção entre eles. Os arquivos e bibliotecas portuguesas, que abrigavam toda a história primeira da Península Ibérica e apaixonaram Herculano, incutiram também em Varnhagen o desejo de sempre saber mais, e esmiuçar os documentos em busca de uma história de origem do Brasil. Ao buscar uma identidade para a pátria, Varnhagen encontrava a sua própria.

O romantismo foi o pano de fundo do desenvolvimento de questões s tanto sobre as definições dos padrões e conceitos historiográficos quanto sobre as implicações do fazer literário, e é com base nesse pensamento romântico refletido nessas duas instâncias que a nacionalidade adquire a força e a importância nessas primeiras décadas do século XIX. É também no romantismo que o romance histórico, e mais amplamente a ficção histórica, surge e se estabelece, funcionando como um gênero de fronteira entre o histórico e o literário, e que permite o diálogo direto entre as duas instâncias. Assim sendo, da mesma forma como os temas nacionais eram cruciais nos trabalhos históricos desses autores, na literatura o retorno ao passado na busca de uma identidade para a nação era também o norte da produção ficcional.

A problemática principal dessa dissertação foi compreender como a história foi utilizada tanto por Herculano em seus romances e narrativas históricas quanto por

Varnhagen ao escrever a “Crônica do Descobrimento do Brasil”, para compor um universo ficcional que interagia com a realidade e com a imaginação ao mesmo tempo, criando uma forma de transmissão do conhecimento que não pertencia mais ao campo da verdade, mas da verossimilhança. Ou seja, no momento em que se primava pela elaboração de um sentimento nacional, mais do que o valor dado à verdade e objetividade dos fatos históricos, estava a importância da transmissão de lendas e tradições que compunham a nação e as origens da pátria.

Alexandre Herculano e Varnhagen colocam em questão o próprio desenvolvimento da historiografia oitocentista, que buscava a cientificidade de seu conhecimento, ao inserirem o elemento imaginário ao lado do factual nas ficções históricas. Conscientes ou não dessa junção de dois universos que supostamente não dialogariam, a verdade deixa de ser absoluta e a ficção não é mais puramente imaginativa.

Ao escreverem a ficção histórica, cada qual com as suas respectivas especificidades, as obras literárias de Herculano e Varnhagen adquirem uma importância impar na construção da memória nacional exercendo seu papel ao lado das grandes obras históricas. Publicadas em periódicos acessíveis a uma parcela maior da população e com uma linguagem romanceada, tornava a história mais atrativa e mais acessível do que as obras de cunho erudito.

FONTES

Periódicos

O Panorama, Lisboa, n. 1, 6 de maio de 1837.

O Panorama, Lisboa, n. 115, 13 de junho de 1839.

HERCULANO, Alexandre. “A velhice”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 170, p. 242-245, 1 de agosto de 1840.

_____. “Futuro Literário de Portugal e do Brasil”. In *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, vol. VII, p. 5-8, 9 de dezembro de 1847.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 55, p. 10-12, 14 de janeiro de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 56, p. 19-23, 21 de janeiro de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 58, p. 37-40, 4 de fevereiro de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 59, p. 44-48, 11 de fevereiro de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 60, p. 51-52, 18 de fevereiro de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 61, p. 60-64, 25 de fevereiro de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 63, p. 77-79, 11 de março de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 65, p. 90-94, 24 de março de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 67, p. 106-109, 8 de abril de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 69, p. 125-127, 22 abril de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 71, p. 141-144, 6 de maio de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 75, p. 169-173, 3 de junho de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 79, p. 202-206, 1 de julho de 1843.

_____. “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 82, p. 226-230, 22 de julho de 1843.

_____ . “O Bobo”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, n. 84, p. 242-246, 5 de agosto de 1843.

VARNHAGEN, Francisco A. de. “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 142, p. 21-22, 18 de janeiro de 1840.

_____ . “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 144, p. 33-35, 1 de fevereiro de 1840.

_____ . “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 145, p. 43-45, 8 de fevereiro de 1840.

_____ . “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 146, p. 53-56, 15 de fevereiro de 1840.

_____ . “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 148, p. 68-69, 29 de fevereiro de 1840.

_____ . “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 150, p. 85-87, 14 de março de 1850.

_____ . “Chronica do descobrimento do Brazil”. In: *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, n. 152, p. 101-104, 28 de março de 1840.

_____. “O Caramuru perante a história”. In: *Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 129-152, segundo semestre de 1848. Tomo X.

Capítulos e obras completas

HERCULANO, Alexandre. “A Dama do Pé-de-Cabra”, *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p. 7-53.

_____. “Advertência”. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*. 8ª ed. Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d., Tomo I.

_____. “A Morte do Lidador (1170)”. In: *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p 79-100.

_____. “Cartas sobre a História de Portugal”. In: *Opúsculos*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.. Tomo V.

_____. “Elogio Histórico de Sebastião Xavier Botelho”. In: *Opúsculos*, Lisboa: Bertrand, 1909. Tomo IX.

_____. *Eurico, o Presbítero* – Direção: Vitorino Nemésio – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, 2ª edição.

_____. “Eurico o Presbytero” In: *O Monasticon*, Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

_____. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*. 8ª ed. Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d.. Tomo I.

_____. *Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III*, 8ª ed. Paris; Lisboa; Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Livrarias Aillaud & Bertrand; Livraria Francisco Alves, s.d.. Tomo II.

_____. *Lendas e Narrativas*, Lisboa: Em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1851. Tomo I.

_____. “O Bispo Negro (1130)”. In: *Lendas e Narrativas*. 2ª ed. Lisboa: Em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1859. Tomo II. p 57-76.

_____. *O Monasticon*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

_____. “Poesia: Imitação – Bello – Unidade”. In: *Opúsculos*. 3ª ed., Lisboa: Livraria Bertrand, 1909. Tomo IX.

_____. “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” In: *Opúsculos*, Lisboa: Bertrand, 1909. Tomo IX, pp. 3-20.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa, Rio de Janeiro (RJ): INL, 1961.

_____. “Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil”. In: *Florilegio da poesia brasileira: ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as lettras no Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. Tomo I.

_____. *Épicos brasileiros*. Lisboa: Impr. Nacional, 1845.

_____. *Florilegio da poesia brasileira: ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as lettras no Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. Tomo I.

_____. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em casa de E. e H. Laemmert, 1854. Tomo Primeiro.

_____. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em caza de E. e H. Laemmert, 1857. Tomo Segundo.

_____. “Introdução”. *Trovas e Cantaresde um códice do XIV século: ou antes, mui provavelmente, o “Livro das Cantigas” do Conde de Barcellos*. Na Imprensa de D. Alexandre Gomes Fuentenebro, 1849.

Bibliografia geral

Alexandre Herculano à luz do nosso tempo – Ciclo de Conferências. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1977.

ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, março de 2007.

AUGUSTI, V. *Os deveres do romance para com a nação*. In: Congresso Internacional da ABRALIC, 2008, São Paulo. Caderno De Programação - Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo: ABRALIC, 2008.

BANN, Stephen. *As Invenções da História – Ensaio sobre a representação do passado*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. *Romanticism and Rise of History*, New York: Twayne Publishers, 1997.

BAPTISTA, Jacinto. *Alexandre Herculano – Jornalista*, Amadora: Bertrand, 1977.

BARREIRA, Aníbal. “João Pedro Ribeiro – sua posição na historiografia nacional”. In: *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, 1979.

BEAU, Albin Eduard, *Considerações sobre Alexandre Herculano e a Historiografia Alemã*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1937.

BEIRANTE, Candido, *A ideologia de Herculano: da teoria do progresso da civilização às reformas regeneradoras de Portugal*. Santarém: Junta Distrital, 1977.

- BITTENCOURT, Liberato. *Psychologia de Alexandre Herculano*. Imprensa Rio de Janeiro; Paris: F. Alves: Aillaud e Bertrand, [1910?].
- CAEIRO, Francisco da Gama. “Herculano – homem romântico ou liberal?” In: *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo – Ciclo de conferencias*, Lisboa, 1977
- CAIRO, Luiz Roberto Velloso. “Do Florilégio à Antologia da Poesia Brasileira da Invenção: uma reflexão sobre o paradigma da história da literatura brasileira”. *Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, v.3, p. 43-53, out. 95.
- CALMON, Pedro. *Varnhagen*. In: *RIHGB*, v. 338, 1983, p. 249. Conferência proferida no IHGB em 9 de agosto de 1978.
- CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CARDOSO, Margarida. “Alexandre Herculano”. In: *História da Literatura Portuguesa*, Portugal: Publicações Alfa, 2003.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Seara Nova, 1971.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a Política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Kelly. *O nascimento de uma nação: Varnhagen e a construção do pensamento histórico e da identidade nacional*, Campinas, SP: [s.n.], 2002 (Mestrado, IFCH/UNICAMP).
- CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. 3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico”. In TORGAL, MENDES, CATROGA. *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. pp. 45-98.
- CAVALIERE, Mauro. *As coordenadas da viagem no tempo: uma contribuição para a teoria da ficção histórica baseada em alguns textos portugueses dos séculos XVI, XIX e XX*. Stockholms: Stockholms Universitet, 2002.

CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da História, Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX”, *Diálogos*, DHI/UEM, v.8, n.1, 2004, pp. 11-29.

_____. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. Rio de Janeiro: *Revista Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez 2007.

CHAVES, Castelo Branco. *O Romance Histórico no Romantismo Português*. Amadora: Bertrand, 1980.

DECCA, Edgar de. “O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola para você, Hayden White”. In: Flávio Aguiar, José Carlos Sebe e Sandra Guardini (Org). *Gêneros de Fronteira - Cruzamentos entre o Histórico e o Literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

DIAS, Maria Odila S.. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. SP: Alameda, 2005.

Dicionário de história de Portugal. Co-autoria de Joel Serrão. Porto: Figueirinhas, 1992. Vol. I – VI.

DOSSE, François, *História a Prova do Tempo: da História em Migalhas ao Resgate do Sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FERREIRA, Ema Tarracha. Introdução à obra: Herculano, A. *Lendas e narrativas*. 2ª ed. [Seleção e introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira] Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1998.

FIGUEIREDO, Fidelino de. *História Literária de Portugal (Séculos XII-XX)*. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FRANÇA, José-Augusto. “Perspectiva do Romantismo Português”. In: *História da Literatura Portuguesa*. Portugal: Publicações Alfa, 2003.

GALLAGHER, Catherine. “Ficção”. In: MORETTI, Franco (org.). *O Romance I – A cultura do romance*. Cosac & Naify, 2009.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes / organização de José Murilo de Carvalho – Rio de Janeiro: Brasileira, 2007. p. 99.*

_____. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002. pp. 184-200.

_____. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. *Estudos sobre a escrita da história* / Organizador: Manoel Luiz Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. pp. 68-85.

_____. “Nação e Civilização nos Trópicos – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1989. pp. 3-27.

_____. “Vendo o passado: representação e escrita da história”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, jul-dez.2007.

GUINSBURG, J.. *O romantismo*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*; tradução Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

HOMEM, Armando Luis de Carvalho. “A Rosa e a Batata: em torno de O Romance Histórico em Portugal de Maria de Fátima Marinho”. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, XVIII, 2000. pp. 421-430.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. “Sobre a tarefa do historiador (1821)”. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX* / organizador Estevão de Rezende Martins. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 82.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ISER, Wolfgang. *The fictive and the imaginary: charting literary anthropology*. Baltimore, Md.: The Johns Hopkins University Press, 1993.

JONES-KELLOGG, Rebecca L. *Alexandre Herculano and the historical-gothic tradition in Portugal: dark times, mad monks and national critique in O Fronteiro d’África ou Três Noites Aziagas (1838), Eurico o Presbítero (1844) and O Monge de Cister (1848)*, University of Wisconsin-Madison, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp. 134-146.

_____. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

LESSA, Clado Ribeiro. “Colaboração de Varnhagen no “O Panorama””. In: *RIHGB*, v. 193, 1946, pp. 105-109.

_____. “Vida de Obra de Varnhagen”, in: *RIHGB*, v. 223, 1954, pp. 96-98.

LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginação no Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LOVECRAFT, H. P. *O horror sobrenatural em literatura*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Iluminuras, 2008.

LÖWY, M.; SAYRE, R.. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Imprensa Petrópolis: Vozes, 1995.

LUKÁCS, Georg. *La Novela Historica* / tradução: Jasmin Reuter. México: Ediciones Era, 1966.

MACEDO, José Borges de. *Alexandre Herculano e a Arqueologia*. Lisboa: 1970.

MARCO, Valéria de. “A questão do romance histórico”. In: Flávio Aguiar, José Carlos Sebe e Sandra Gardini (Org). *Gêneros de Fronteira - Cruzamentos entre o Histórico e o Literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

MARINHO, Maria de Fátima. “O Romance Histórico de Alexandre Herculano”. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, n. 09, p. 97-117, 1992.

_____. “O romance histórico na primeira pessoa”. *Intercâmbio*. Porto, p.67-80, 1995.

_____. *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

- MARQUES, Wilton José. “Alexandre Herculano, Gonçalves Dias e a teoria da história”. *Revista de Literatura Comparada*, n. 14, 2009. p. 207-225.
- MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998.
- MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, c1997.
- MENEGUELLO, Cristina; DE DECCA, Edgar Salvadori (orient.). *Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000.
- MENEZES, Hugo Lenes. *Literatura, história e metalinguagem: um olhar sobre a ficção de Alexandre Herculano*. Mestrado, IEL/Unicamp, 1997.
- _____. *A Formação Da Prosa Moderna Em Língua Portuguesa: O Lugar De Garrett e Herculano*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNCAMP, 2005.
- MOISES, Massaud. *A Criação Literária – Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. “A geração formadora”. In: *História da Literatura Portuguesa*, Portugal: Publicações Alfa, 2003.
- MONGELLI, Lênia Márcia, “Alexandre Herculano, entre a ficção e a História: talento ameaçado”. São Paulo: Revista da ANPOLL, n. 5, jul-dez 1998. pp. 151-161.
- MOREIRA, Thiers M.. “Varnhagen e a história da Literatura Portuguesa e Brasileira”. In: *RIHGB*, v.275, 1967.
- NEMÉSIO, Vitorino. *A mocidade de Herculano até a volta do exílio (1810-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo. Ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 2001.
- PRAZ, Mario. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Campinas: Ed.Unicamp, 1996.

- PEREIRA, Leonardo Atayde. *O Sentido de História para Alexandre Herculano: uma interpretação romântica (1830-1853)*. São Paulo: USP, 2009. Dissertação de Mestrado.
- PIRES, Maria L. Bettencourt, *Walter Scott e o Romantismo Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1979.
- RAMOS, Luis A. de Oliveira. “Concepções sobre a História (Segunda metade do século XVIII)”. In: *Revista de História*, v. XII, Porto, 1993.
- Resenha Histórica (1838-1988)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1988.
- RICÚPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, [1949?].
- SANT’ANNA, Benedita de Cássia Lima. “O PANORAMA (1837-1868): História de um jornal”, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 244-262, 2009.
- SHORSKE, Carl E., *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Romantismo Tropical*. *Latin American Literary Review*, v. 25, n. 50, Special Issue Nineteenth Century Latin American Literature (jul-dec – 1997), pp. 47-48.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Alexandre Herculano – o historiador*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1964.

SILVEIRA, Pedro Telles da. “Ficção, literatura e história através da ‘Crônica do descobrimento do Brasil’ (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 34-52, setembro de 2009.

SOUSA, Maria Leonor Machado. *Mito e Criação Literária*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORGAL, Luís Reis. “Antes de Herculano...”. In: TORGAL; MENDES; CATROGA, *História da História em Portugal – Sécs. XIX – XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 23-42.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: USP, 1995.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ANEXO

1. Textos utilizados de Francisco Adolfo de Varnhagen

Crônica do Descobrimento do Brasil

Publicada inicialmente em 1840, no jornal lisbonense *O Panorama*, e republicada no *Diário do Rio de Janeiro* com o nome de *O Descobrimento do Brasil: crônica do fim do 15º século*.

A partir da carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal contando sobre as curiosidades e aventuras da esquadra que chegou até as terras posteriormente chamadas de brasileiras, Varnhagen constrói uma narrativa em que as impressões do cronista são entremeadas com elementos imaginativos.

Em meio aos contatos estabelecidos com os indígenas, o reconhecimento do novo território, as missas celebradas e as reuniões da tripulação para decidir os rumos a serem seguidos: permanecer mais tempo, retornar para Portugal, ou tentar encontrar o caminho para as Índias, Varnhagen apresenta um caso amoroso, caracteristicamente romântico entre o português Braz Ribeiro e a jovem índia Ypeca, que com a partida de seu namorado com a esquadra, morreu definhada de paixão ao ser obrigada pelos parentes a unir-se a com quem não amava.

História Geral do Brasil

História Geral do Brasil, composta de dois volumes publicados respectivamente em 1854 e 1857, e que se dedica à construção de uma história do Brasil, como o título já deixa claro, iniciando com as teorias de Raymundo Lull e os projetos de circunavegação da África e da Europa, até a chegada das embarcações ao território americano e posteriormente brasileiro, ou seja, finais do século XV e início do XVI, finalizando com a declaração de Independência em 1822 e a criação do Império do Brasil

2. Textos utilizados de Alexandre Herculano

A Morte do Lidador

Publicado no *Panorama* em 1839.

Narra a derradeira batalha de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, que perece em luta contra os mouros. Contando com 95 anos de idade, e no posto de fronteiro da cidade de Beja, é ferido mortalmente na luta, mas permanece em combate até o esgotamento de suas forças, levando à vitória de suas tropas, mesmo que quantitativamente em desvantagem.

Cartas sobre a História de Portugal

Cartas sobre a História de Portugal escritas à Revista Universal Lisbonense entre 1842 e 1843, tratando de uma gama de temas caros à constituição da história de seu país, sobretudo dos primórdios da formação da nação portuguesa. Compõem um total de cinco cartas, com os títulos: “Sobre a História de Portugal” (Cartas 1 e 2); “Separação de Portugal do Reino de Leão”; “Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História”; “Ciclos ou grandes divisões históricas” e que posteriormente foram reunidas no Tomo V – “Controvérsias e Estudos Históricos”, dos *Opúsculos*. Nessas cartas o autor delinea tanto a forma como concebia a história, críticas aos trabalhos de estudiosos anteriores, como a maneira de interrogar os documentos e discussões acerca de fatos e eventos tidos a priori como certos e incontestáveis. Dessa forma, também temas como Nação e memória constituem pontos cruciais de sua abordagem.

Historia de Portugal: desde o começo da monarchia ate o fim do reinado de Affonso III

Obra composta de quatro volumes datados respectivamente de 1846, 1847, 1849 e 1853, cujo recorte temporal se restringe aos séculos XII e XIII, abordando desde as origens da monarquia portuguesa até o fim do reinado de D. Afonso III.

O Bispo Negro

Texto retirado de “O Chronista”, publicado em 28 de setembro de 1839 no *Panorama*. A narrativa remete ao século XII, logo após Afonso Henriques vencer a batalha de S. Mamede e é ambientada, em grande parte, na antiga catedral de Coimbra.

Os personagens principais são o príncipe Afonso Henriques, o espadeiro Lourenço Viegas, o bispo D. Bernardo e ao final Gonçalo Mendes da Maia.

Tendo aprisionado sua mãe após a batalha de S. Mamede, que lhe dera os poderes sobre o território portugalense, Afonso Henriques encontra-se com o bispo D. Bernardo, que traz uma notícia do papa, ordenando que libertasse D. Teresa. Julgando sua autoridade superior à da Igreja, o Infante desafia diretamente as ordens papais e nega o pedido, o que leva o bispo a ameaçá-lo de excomunhão. Tomado de cólera, Afonso Henriques considera que não deve se submeter aos desejos da Igreja se isso significar abrir mão de seus negócios de batalha. Nesse ínterim, elege como novo bispo um sacerdote negro, que era parcial de todas as suas ideias. Indignado com tal atitude, o papa envia um cardeal sob suas ordens que excomunga toda a cidade de Coimbra. Ainda mais indignado, o infante sai em busca do velho cardeal e por força das armas o obriga a rescindir a excomunhão.

O Bobo

Romance publicado por Herculano na forma de folhetim no *Panorama* entre 14 de janeiro e 5 de agosto de 1843, sendo publicado em livro apenas em 1878, após a morte do autor.

A narrativa se desenvolve quase que inteiramente dentro dos muros do castelo de Guimarães e apresenta os antecedentes da batalha de São Mamede, que transferiu o poder das mãos de D. Tereza para seu filho Afonso Henriques, e é considerada o marco inicial do

reino Português. Apresenta as tramas e estratégias que teriam permeado os dois lados rivais, assim como intenta reconstruir a vida cortês, com os saraus e banquetes medievais. A narrativa pode ser dividida em dois núcleos: o primeiro representado pelos personagens históricos: D. Tereza, o conde de Trava, Gonçalo Mendes da Maia, Afonso Henriques, dentre outros que aparecem em menores proporções. E o segundo centrado em personagens fictícios gira em torno de D. Bibas, o Bobo da corte, é a personagem central, pois em sua insensatez de truão desacata a autoridade do Conde de Trava e por isso é castigado. Como vingança ajuda os soldados aliados de Gonçalo Mendes da Maia a fugirem do castelo, para se encontrarem com as tropas do infante que estavam nas proximidades. E do triangulo amoroso: D. Dulce, a protegida da rainha, que se apaixona por Egas Moniz cavaleiro aliado de Afonso Henriques, com que não pode se casar, pois tem sua mão prometida em casamento à Garcia Bermudes, soldado de confiança do conde de Trava.